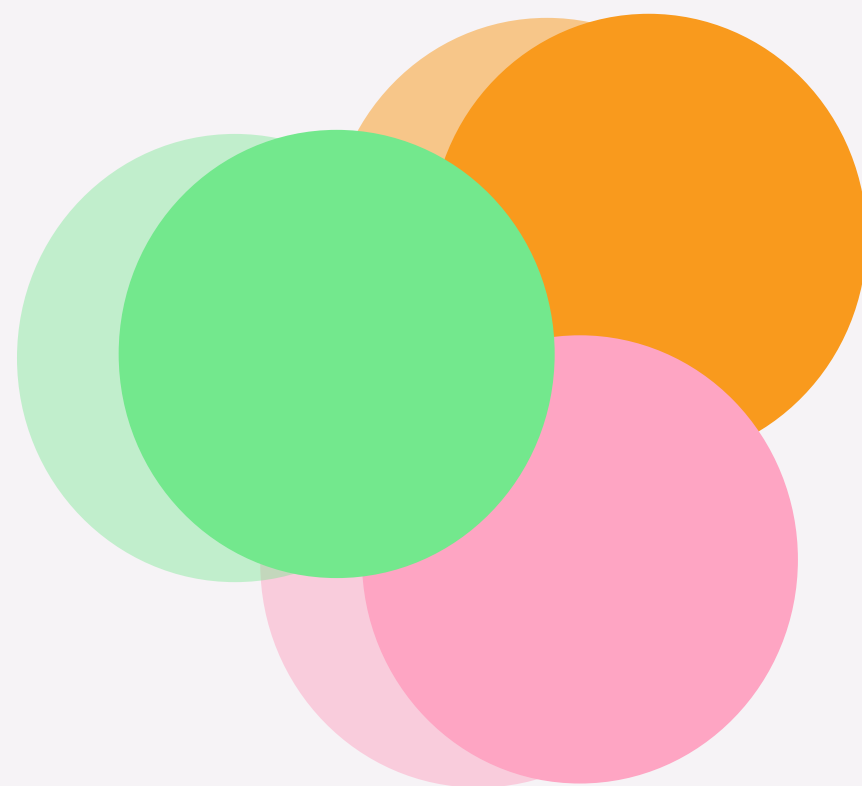




ACOLHER:
casa abrigo para mulheres vítimas de violência
doméstica em Campo Grande-MS.

Mariana Afonso Rosa
Campo Grande - MS
2023

Trabalho de conclusão de curso
Universidade Federal do Mato
Grosso do Sul
Arquitetura e Urbanismo

Acadêmica: Mariana Afonso Rosa
Orientadora: Profa. Dra. Victória Mauricio Delvizio



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



ATA DA SESSÃO DE DEFESA E AVALIAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC) DO CURSO DE
ARQUITETURA E URBANISMO DA

FACULDADE DE ENGENHARIAS, ARQUITETURA E URBANISMO E GEOGRAFIA - 2023-2

No mês de novembro do ano de dois mil e vinte e três, reuniu-se de forma presencial a Banca Examinadora, sob Presidência da Professora Orientadora, para avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Engenharias, Arquitetura e Urbanismo e Geografia da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul em acordo aos dados descritos na tabela abaixo:

DATA, horário e local da apresentação	Nome do(a) Aluno(a), RGA e Título do Trabalho	Professor(a) Orientador(a)	Professor(a) Avaliador(a) da UFMS	Professor(a) Convidado(a) e IES
23 de novembro/2023 Ateliê 4 10 horas CAU-FAENG-UFMS Campo Grande, MS	MARIANA AFONSO ROSA 2019.2101.058-4 Título: ACOLHER: Casa abrigo para mulheres vítimas de violência doméstica em Campo Grande-MS	Profa. Dra. Victoria Mauricio Delvizio	Prof. Dr. Alex Nogueira Rezende	Profa. Me. João Bosco Urt Delvizio (BDAU)

Após a apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso pela acadêmica, os membros da banca examinadora teceram suas ponderações a respeito da estrutura, do desenvolvimento e produto acadêmico apresentado, indicando os elementos de relevância e os elementos que couberam revisões de adequação.

Ao final a banca emitiu o **CONCEITO B** para o trabalho, sendo **APROVADA**.

Ata assinada pela Professora Orientadora e homologada pela Coordenação de Curso e pela Coordenação da disciplina de TCC.

Campo Grande, 23 de novembro de 2023.

Profa. Dra. Victoria Mauricio Delvizio
Professora Orientadora

Prof. Dr. Jose Alberto Ventura Couto
Coordenador do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo (FAENG/UFMS)

Profa. Dra. Juliana Couto Trujillo
Presidente da Comissão do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

NOTA
MÁXIMA
NO MEC

UFMS
É 10!!!



Documento assinado eletronicamente por **Victoria Mauricio Delvizio, Professora do Magistério Superior**, em 04/12/2023, às 21:35, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

NOTA
MÁXIMA
NO MEC

UFMS
É 10!!!



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Couto Trujillo, Professora do Magistério Superior**, em 04/12/2023, às 22:25, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

NOTA
MÁXIMA
NO MEC

UFMS
É 10!!!



Documento assinado eletronicamente por **Jose Alberto Ventura Couto, Professor do Magisterio Superior**, em 05/12/2023, às 08:26, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufms.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4509771** e o código CRC **7104A50C**.

FACULDADE DE ENGENHARIAS, ARQUITETURA E URBANISMO E GEOGRAFIA

Av Costa e Silva, s/nº - Cidade Universitária

Fone:

CEP 79070-900 - Campo Grande - MS

Referência: Processo nº 23104.033813/2021-56

SEI nº 4509771

agradecimentos

Aos meus pais que mesmo com toda a distância geográfica sempre estiveram presentes durante a minha jornada acadêmica e nunca mediram esforços para que eu realizasse esse sonho. O meu amor por vocês transcende qualquer barreira física.

Aos meus irmãos, por deixarem o caminho mais leve, me encorajando e dando todo o suporte emocional necessário para que eu pudesse chegar até aqui.

A Ana Lúcia, por ter sido um verdadeiro anjo na minha vida e me recebido em sua família com tanto amor. Por ser mãe e amiga.

Aos meus amigos e companheiros de trabalho Bernardo, Fernando, Gabriel, Júlia e Sofia, por terem compartilhado não apenas seus conhecimentos acadêmicos, como também suas vulnerabilidades, histórias e até mesmo suas famílias. Sem dúvidas viver a UFMS com vocês foi muito mais divertido.

As minhas amigas, Ana Luiza, Beatriz, e Lyvia, por terem sido colo e sustento quando precisei.

A minha orientadora de TCC, professora doutora arquiteta e urbanista Victória Maurício Delvizio, por ter realizado esse papel com maestria, além do constante apoio, tempo e dedicação destinados ao trabalho.

A professora doutora arquiteta e urbanista Mayara Dias por todo o conhecimento compartilhado e orientação na monografia.

Por fim, a todos os professores e colaboradores do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Mato Grosso do Sul, por todo o conhecimento compartilhado.

A violência contra a mulher representa um grave problema social tanto no Brasil quanto no mundo. Este fenômeno, que atinge todas as classes sociais, raças/etnias, sem distinção de crenças, idade e orientação sexual, pode ser descrito como extremamente democrático. Na perspectiva da sociedade brasileira, deparamo-nos com uma estrutura onde predominam relações de poder e domínio masculino sobre as mulheres e demais indivíduos que não se enquadram no padrão normativo de raça, gênero e orientação sexual. Estamos, portanto, inseridos em uma sociedade patriarcal, na qual a mulher é frequentemente silenciada e tem sua liberdade e direitos restringidos por homens violentos. O presente trabalho busca compreender os contextos da violência e o papel da arquitetura na ruptura dessas relações hierárquicas que sustentam a desigualdade de gênero e que são, de certa maneira, os principais motivadores da dominação e opressão sofridas por mulheres vítimas de violência doméstica. Desse modo, o projeto visa, por meio de uma Casa Abrigo, proporcionar segurança, acolhimento, empoderamento, autonomia econômica e conscientização, contribuindo, dessa forma, na luta contra a violência doméstica.

Palavras-Chave: Casa Abrigo; violência doméstica; mulher; gênero; acolhimento.

La violencia contra la mujer representa un grave problema social tanto en Brasil como en el mundo. Este fenómeno, que afecta a todas las clases sociales, razas/etnias, sin distinción de creencias, edad y orientación sexual, puede describirse como extremadamente democrático. Desde la perspectiva de la sociedad brasileña, nos enfrentamos a una estructura donde predominan las relaciones de poder y dominio masculino sobre las mujeres y otros individuos que no se ajustan a la norma estándar de raza, género y orientación sexual. Por lo tanto, estamos insertos en una sociedad patriarcal, en la que la mujer es frecuentemente silenciada y tiene su libertad y derechos restringidos por hombres violentos. El presente trabajo busca comprender los contextos de violencia y el papel de la arquitectura en la ruptura de estas relaciones jerárquicas que sostienen la desigualdad de género y que son, de cierta manera, los principales motivadores de la dominación y opresión sufridas por mujeres víctimas de violencia doméstica. De este modo, el proyecto pretende, a través de una Casa Refugio, proporcionar seguridad, acogida, empoderamiento, autonomía económica y concienciación, contribuyendo así en la lucha contra la violencia doméstica.

Palabras-Clave: Casa Refugio; violencia doméstica; mujer; género; acogida.

lista de figuras

Figura 01: Linha do tempo das ondas do feminismo.

Figura 02: Conquistas do feminismo no Brasil.

Figura 03: Simone de Beauvoir.

Figura 04: Mary Wollstonecraft.

Figura 05: Mary Wollstonecraft.

Figura 06: Malala Yousafzai.

Figura 07: Djamila Ribeiro.

Figura 08: Assassinato de mulheres por homicídios dolosos.

Figura 09: Feminicídios Registrados.

Figura 10: Organograma Casa Abrigo de Campo Grande para mulheres vítimas de violência doméstica.

Figura 11: Pátio Interno/Dormitórios.

Figura 12: Planta baixa da Casa Abrigo KWIECO.

Figura 13: Corte AA da Casa Abrigo KWIECO.

Figura 14: Fachada Sul da Casa Abrigo KWIECO.

Figura 15: Fotografias da Casa Abrigo KWIECO.

Figura 16: Área externa do Abrigo para Vítimas de Violência Doméstica / Amos Goldreich Architecture + Jacobs Yaniv Architects.

Figura 17: Área interna do Abrigo para Vítimas de Violência Doméstica / Amos Goldreich Architecture + Jacobs Yaniv Architects.

Figura 18: Planta Baixa Térrea do Abrigo para Vítimas de Violência Doméstica / Amos Goldreich Architecture + Jacobs Yaniv Architects.

Figura 19: Pátio central do Abrigo para Vítimas de Violência Doméstica / Amos Goldreich Architecture + Jacobs Yaniv Architects.

Figura 20: Planta Baixa Segundo Pavimento do Abrigo para Vítimas de Violência Doméstica / Amos Goldreich Architecture + Jacobs Yaniv Architects.

Figura 21: Corte do Abrigo para Vítimas de Violência Doméstica / Amos Goldreich Architecture + Jacobs Yaniv Architects.

Figura 22: Fachada e ambientes internos.

Figura 23: Sacada.

Figura 24: Organograma Setor Administrativo.

Figura 25: Organograma setor de apoio e convívio.

Figura 26: Organograma setor de profissionalização.

Figura 27: Organograma setor de profissionalização.

Figura 28: Fluxograma setor de abrigo..

Figura 29: Terreno Bairro São Francisco.

Figura 30: Terreno Bairro Jardim do Estados.

Figura 31: Entorno.

Figura 32: Frente - Via Arterial.

Figura 33: Delegacia.

Figura 34: Frente - Via Local

Figura 35: Frente - Via Local.

Figura 36: Vizinho.

Figura 37: Fachada Norte.

Figura 38: Fachada Leste.

Figura 39: Fachada Sul.

Figura 40: Fachada Oeste.

lista de tabelas

- Tabela 01: Maior e menor taxa de feminicídio no Brasil.
- Tabela 02: Espaços que compõem o setor administrativo da Casa Abrigo.
- Tabela 03: Espaços que compõem o setor de acolhimento da Casa Abrigo.
- Tabela 04: Espaços que compõem o jardim da Casa Abrigo.
- Tabela 05: Ficha Técnica Casa-Abrigo KWIECO.
- Tabela 06: Ficha Técnica Abrigo para Vítimas de Violência Doméstica / Amos Goldreich Architecture + Jacobs Yaniv Architects.
- Tabela 07: Ficha Técnica Mozhi, The House of Conversations..
- Tabela 08: Plano de Necessidades Casa Abrigo Acolher.
- Tabela 09: Descrição dos espaços do setor administrativo.
- Tabela 10: Descrição dos ambientes do setor de profissionalização.

09 **introdução**

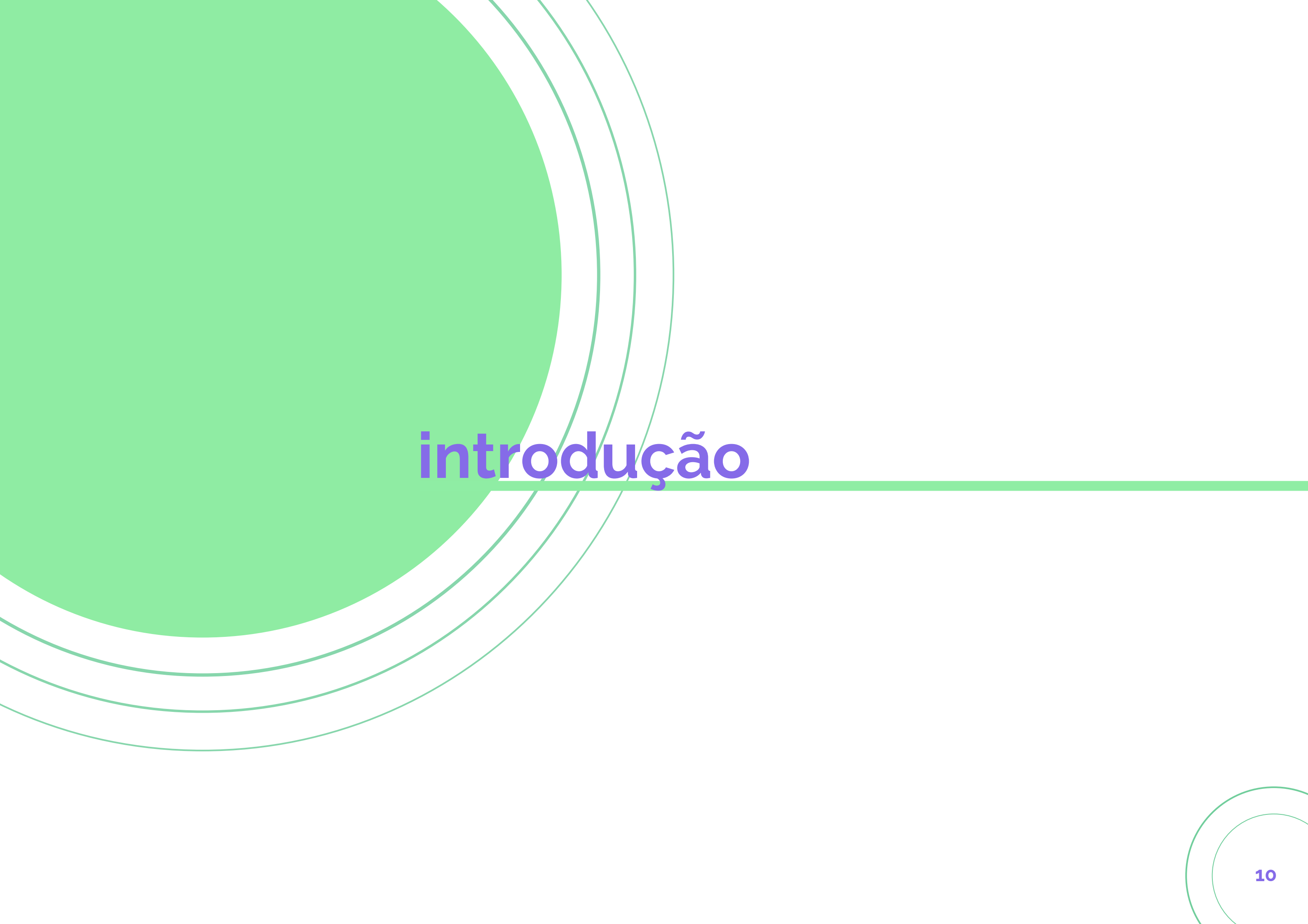
46 **projeto**

11 **contexto**

81 **conclusões**

33 **estudo de caso**

83 **referências**

The slide features a large green circle on the left side, partially cut off by the edge. Several concentric green circles of varying radii are centered on the left, extending towards the right. A solid green horizontal line spans the width of the slide, positioned below the word 'introdução'.

introdução

introdução

A violência doméstica é um grave problema social no Brasil e no mundo. É um fenômeno complexo que envolve relações de poder, controle e violação dos direitos humanos e que tem como principais vítimas as mulheres. De acordo com o art. 5º da Lei Maria da Penha (2006), violência doméstica e familiar contra a mulher constitui-se de qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial. A violência doméstica é, portanto, caracterizada por ocorrer dentro dos lares, no âmbito familiar e íntimo, ambientes que deveriam oferecer segurança e acolhimento transformam-se em locais de medo e insegurança.

Segundo Lima & Büchele (2001), a violência de gênero é considerada um problema de saúde pública prioritário. De acordo com o Correio do Estado, em Campo Grande, em 2022, foi registrado um aumento de 233,3% de casos de tentativa de feminicídio no recorte entre 1º de janeiro e 24 de maio, em relação ao mesmo período de 2021, com Mato Grosso do Sul sendo o estado com maior número de casos no Brasil, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Ao longo dos anos esse tema tem sido objeto de discussões e esforços para sua compreensão, prevenção e enfrentamento. A luta contra essa forma de violência exige uma abordagem multidisciplinar, que envolve não apenas o sistema de justiça, mas também a educação, a conscientização pública e a implementação de políticas efetivas. Nesse contexto, é fundamental compreender as raízes e os mecanismos que perpetuam essa violência, assim como explorar as estratégias e iniciativas que visam sua superação.

Nesse viés, é de extrema importância a existência de espaços seguros e acolhedores para ouvir as mulheres vítimas de violência doméstica, receber suas denúncias e oferecer acolhimento. Ao oferecer um ambiente acolhedor e empático, as vítimas se sentem encorajadas a compartilhar suas experiências e a buscar apoio emocional, psicológico e jurídico para enfrentar a violência que estão vivenciando.

Este trabalho tem por objetivo, então, desenvolver o projeto arquitetônico de uma Casa Abrigo em Campo Grande-MS, destinada a mulheres em situação de violência doméstica, com o intuito de auxiliar a proteção das mesmas, empoderá-las e, juntamente com a Casa da Mulher de Campo Grande, restabelecê-las em sociedade.

Dentre os objetivos específicos estão:

1. Analisar as leis, em especial a Lei Maria da Penha - Lei 11340, de 7 de agosto de 2006, e das normas federais.
2. Entender como se caracterizam as situações de violência doméstica para compreensão do conceito de acolhimento.
3. Definir o plano de necessidades e o funcionamento dos espaços.
4. Estudar projetos semelhantes no Brasil e no exterior.
5. Escolher e realizar o diagnóstico da área de intervenção.
6. Elaborar um anteprojeto com memoriais descritivos, plantas, cortes, fachadas, volumetria e detalhamentos.

A metodologia utilizada para o desenvolvimento do trabalho baseou-se em : revisão bibliográfica e consulta em banco de dados oficiais, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Incluiu também pesquisa de campo e a realização de entrevistas com profissionais, visando compreender a situação atual das vítimas em Campo Grande e identificar as necessidades reais tanto das mulheres e seus filhos. A metodologia também englobou a análise de precedentes projetuais, visando obter uma maior compreensão da complexidade e das intenções do espaço proposto.

O trabalho foi estruturado em três capítulos, além de uma introdução e conclusão. O primeiro capítulo abrange tópicos relacionados à história, ao feminismo, à violência, aos dados sobre a violência e à legislação vigente no cenário brasileiro atual. O segundo capítulo concentra-se nos estudos de caso realizados em Campo Grande - MS e em outras partes do mundo. Por fim, o terceiro capítulo apresenta o partido arquitetônico do projeto, detalhando as diretrizes e conceitos que nortearam o desenvolvimento arquitetônico

contexto

/papel da mulher na sociedade: breve histórico

/feminismo: definição, caracterização, exemplos marcantes.

/discutindo Questões Relacionadas à violência

/violência em Dados

/legislação

/principais contribuições do capítulo para o desenvolvimento do projeto

contexto / papel da mulher na sociedade: breve histórico

O papel da mulher na sociedade ao longo da história foi marcado por uma variedade de contextos e experiências, muitas vezes sob a influência do patriarcado. O patriarcado é um sistema social em que os homens detêm o poder e a autoridade, enquanto as mulheres são subordinadas e têm acesso limitado a recursos e oportunidades. Nas sociedades antigas, por exemplo, as mulheres eram, de um modo geral, relegadas ao espaço doméstico cuidando da família e das tarefas relacionadas ao lar. Suas vozes eram frequentemente silenciadas e tinham acesso limitado à educação, à propriedade e à política. Ao longo dos séculos, no entanto, as mulheres travaram uma luta por igualdade de direitos que resultou em avanços significativos, como o direito ao voto, a igualdade no local de trabalho e o acesso à educação superior (SAFFIOTI, 2001).

Vasconcelos (2005) menciona que devido a reclusão no mundo doméstico e a restrição no silêncio do mundo privado, as mulheres não tinham vez na história, já que, era no espaço público que ocorriam os grandes acontecimentos, lugar esse, destinado apenas para os homens. Nesse mesmo viés, para Azevedo (1985), durante séculos a mulher foi silenciada do ponto de vista histórico, já que a sociedade é organizada de uma maneira patriarcal, onde prevalecem relações de poder e domínio dos homens sobre as mulheres e todos os demais sujeitos que não se encaixam com o padrão considerado normativo de raça, gênero e orientação sexual.

Durante a Idade Média, o papel da mulher variava de acordo, com sua posição social, localização geográfica e período específico dentro da Idade Média. No entanto, em termos gerais, as mulheres na sociedade medieval eram frequentemente vistas como inferiores aos homens e seu papel era principalmente definido pela família, pelo casamento e pela maternidade (POWER, 1978).

Power (1978), examina sob várias óticas a vida das mulheres durante o período medieval. Ela oferece uma análise abrangente dos diferentes papéis e experiências das mulheres, abordando questões como casamento, família, trabalho, educação, religião e poder.

A autora ressalta, ainda, que embora as mulheres na Idade Média estivessem sujeitas a restrições e desigualdades em relação aos homens, elas também exerciam influência e desempenhavam papéis importantes em suas comunidades. Power desafia a visão tradicional de que as mulheres medievais eram meramente submissas e passivas. Power evidencia a capacidade das mulheres de exercer influência e desempenhar papéis importantes em suas comunidades, seja no âmbito familiar, econômico ou religioso.

Nessa perspectiva, em relação à família e ao matrimônio, Power (1978) destaca que o principal papel das mulheres na sociedade medieval era o de serem mães e donas de casa. A maternidade era valorizada e ter muitos filhos era considerado um dever e uma bênção. Cabia à ela a educação moral e religiosa de seus filhos e tinham, portanto, uma importante responsabilidade pela manutenção da própria sociedade, já que cabia a ela garantir que sua célula familiar tivesse o desempenho considerado ideal. Eram também suas obrigações: a administração dos recursos domésticos, como a gestão do orçamento familiar e a supervisão das tarefas domésticas.

Em relação ao trabalho feminino na Idade Média, de acordo com Power (1978), elas eram amplamente influenciadas pelas normas de gênero e pela divisão tradicional de trabalho. As mulheres eram mais frequentemente associadas ao trabalho doméstico e a ocupações relacionadas ao cuidado da família, enquanto o trabalho remunerado fora do lar era mais comumente associado aos homens. Nas áreas rurais, portanto, elas frequentemente participavam de atividades agrícolas, ajudando no plantio, colheita e cuidado dos animais. Estavam, também, envolvidas na produção de alimentos, como o processamento de laticínios, a preparação de pães e a fabricação de cerveja.

O trabalho das mulheres era, então, fundamental para garantir a subsistência da família e a sobrevivência da comunidade. Já do ponto de vista urbano, elas desempenhavam funções de artesãs, tecelãs, costureiras, ajudantes de atividades comerciais familiares e etc. No entanto, é importante destacar que, mesmo nessas ocupações, as mulheres

enfrentavam restrições e eram muitas vezes subvalorizadas em relação aos homens. Já durante o Renascimento, que abrange aproximadamente os séculos XIV a XVI, houveram algumas transformações sociais, culturais e intelectuais que tiveram impacto nas expectativas e oportunidades para uma pequena parcela da sociedade feminina. Algumas mulheres nobres e da alta burguesia tiveram acesso à educação e puderam se envolver em atividades intelectuais. Isso foi possível devido ao surgimento de cortes humanistas, onde as mulheres podiam receber educação formal em humanidades, literatura e música.

No entanto, ainda havia muitas cobranças à mulher no âmbito familiar e social. O casamento ainda era considerado uma das principais metas e expectativas sociais para elas, sendo visto como um meio de garantir alianças políticas, econômicas e sociais entre as famílias. Nessa perspectiva, Kelly-Gadol (1977), questiona a visão tradicional de que o Renascimento foi um período de progresso e oportunidades para as mulheres. Ela argumenta que, apesar de haver algumas mulheres notáveis e bem-sucedidas durante esse período, a maioria das mulheres enfrentava limitações e restrições significativas em termos de poder, acesso à educação e participação na esfera pública.

Para Kelly-Gadol (1977), a mudança econômica e cultural da época resultou em uma maior segregação de gênero e no reforço de papéis tradicionais. Segundo ela, à medida que as atividades econômicas se tornavam cada vez mais associadas ao comércio e ao capital, as mulheres eram excluídas dessas esferas e sua participação era restrita ao domínio doméstico. Kelly-Gadol (1977) sugere que as poucas mulheres que conseguiram se destacar em campos como a literatura, a arte ou a música representavam exceções, em vez de refletirem uma mudança ampla e sistêmica na posição social das mulheres da época.

Observa-se, portanto, que durante esse período, a ideia da "virtù" masculina, ainda enfatizava as características consideradas masculinas, como coragem e domínio público, e continuava a influenciar a visão da sociedade sobre as mulheres. Esperava-se que elas fossem recatadas, submissas e dedicadas à sua família e ao cuidado do lar. Embora algumas mulheres da nobreza e burguesia tivessem acesso à educação, isso era muitas vezes voltado para fins decorativos e para melhorar sua posição social, em vez de encorajar uma participação igual

nas esferas públicas. Logo, o período foi marcado por desigualdades de gênero e expectativas sociais restritivas para as mulheres. As oportunidades ampliaram-se para um pequeno grupo privilegiado, mas a maioria das mulheres continuou a enfrentar limitações e restrições em relação à sua participação pública e ao seu papel na sociedade.

Ainda no final do século XVIII, as mulheres ocupavam esse espaço traçado ao longo dos períodos supracitados. Segundo Jean-Jacques Rousseau, um proeminente pensador iluminista e defensor da ideologia que pregava uma distinção rigorosa entre os sexos, às mulheres estava reservado o papel determinado por sua natureza feminina frágil. Sua felicidade estava associada à vida doméstica, cuidando do marido e dos filhos, conforme preconizado pela sociedade da época (ROUSSEAU, 1999).

Nessa época, durante a Revolução Francesa, as mulheres eram consideradas "a representação do privado" e sua participação ativa na esfera pública era rejeitada por quase todos os homens (HUNT, 2009, p.23). Como dito anteriormente, elas ocupavam, portanto, as esferas privadas, cuidavam de seus maridos, da casa e dos filhos, excluídas, então, dos assuntos da vida pública. Rousseau escreveu ainda a D'Alembert: "Toda mulher que se mostra em público se desonra" (PERROT, 2008, p.136). Na sociedade da época era muito nítido a distinção de papéis entre os gêneros. Tal rigidez na sociedade francesa é evidenciada também por Michelle Perrot, que coloca "o homem público é uma honra; a mulher pública é uma vergonha" (PERROT, 2008, p.136), cada um ocupava, portanto, o espaço delimitado ao longo da história.

O pensamento iluminista, no entanto, despertou em algumas mulheres da sociedade da época a intenção de participar e partilhar dos valores do movimento onde, mesmo excluídas das discussões políticas, tentaram ser ouvidas mediante manifestações. Temos nesse período, portanto, o surgimento de clubes femininos, conforme mencionado por Hunt (2009). Entre 1791 e 1793, foram estabelecidos pelas mulheres clubes políticos em pelo menos cinquenta cidades provinciais e maiores, incluindo Paris. Segundo Elisabeth Badinter:

As mulheres tentaram fazer-se ouvir durante a Revolução. Algumas através da pena ou da palavra, e a maioria com seus gritos nas tribunas da Assembleia e das sociedades populares, ou com suas manifestações nas ruas. [...] Dois tipos de mulheres chamaram a atenção.

Umas anônimas são as mulheres do povo: operárias de tecidos (lavadeiras e fiandeiras...), lojistas, feirantes. São elas as primeiras a reagirem ao período de miséria, e a tomar frente dos motins da fome. [...] Mas a revolução teve outras atrizes: um número pequeno de mulheres [...] mulher de letras que mal sabiam escrever, como Olympe de Gouges; [...] mulheres oriundas da pequena burguesia, se interessavam pela política, assistiam às sessões das sociedades populares, e fundaram elas mesmas, em Paris e na província, clubes femininos (BADINTER, 1989, p. 9).

Sendo assim, seus direitos começaram a ser debatidos nesses clubes, assim como em jornais e panfletos (HUNT, 2009, p.172). Essas organizações contavam com mulheres ocupando diversas posições, inclusive a presidência dos clubes. Uma das sociedades mais importantes dentre elas foi a Associação das Republicanas Revolucionárias, fundada em 1793 por Claire Lacombe e Pauline Léon. Elas reuniam mulheres que, como verdadeiras cidadãs, administravam seus próprios clubes, mesmo sendo malvistas pelos homens quando desempenhavam funções que não eram tradicionalmente atribuídas ao seu sexo.

Foi nesse período, também, que surgiram alguns defensores da igualdade entre os sexos e da ideia de que as mulheres participassem ativamente de decisões públicas. Dentre esses homens estava Marquês de Condorcet, deputado da Convenção Nacional da França, esposo de Sophie de Condorcet, uma das salonnieres mais influentes da época, segundo ele:

Os direitos dos homens resultam unicamente do fato de que são seres sensíveis, susceptíveis de adquirir ideias morais, e de raciocinar sobre essas ideias. Assim, tendo as mulheres essas mesmas qualidades, têm, necessariamente, direitos iguais. [...] ou nenhum indivíduo da espécie humana tem verdadeiros direitos, ou todos têm os mesmos; e aquele que vota contra o direito de outro, quaisquer que sejam a sua religião, a sua cor ou o sexo, abjurou, a partir desse momento, dos seus próprios direitos (BADINTER, 1985, p. 170).

A ideia, porém, foi bastante refutada pela maioria dos homens que seguiam os ideais de Rousseau, por exemplo, e que também representavam o povo no governo.

Nota-se, portanto, que durante a Revolução Francesa as mulheres tiveram uma notoriedade jamais vista anteriormente, já que, embora subjugadas aos maridos e relegadas à vida doméstica, conforme ditava a ideologia da época, elas exerceram efetivamente a cidadania civil e desempenharam um papel de grande importância para os ideais revolucionários. Nas ruas, elas incitavam o povo a se rebelar, o que ia de encontro aos interesses dos homens que então detinham o poder.

Já no século XIX, pós revolução, tem-se o capitalismo e a industrialização cada vez mais fortes, o que trouxe, também, consequências à esfera feminina. As mulheres passam a exercerem funções dentro do setor fabril porém sempre com remuneração inferior ao do homem. Na Europa elas a buscaram, portanto, os seus direitos e igualá-los aos dos homens. Já no Brasil o patriarcalismo e o meio de produção escravocratas ainda se mantinham.

Observa-se, também que no Brasil, nesse período, houveram algumas mudanças na educação, onde as mulheres de elite tiveram mais acesso à informação (e recebiam diretamente de suas casas), porém segundo Follador (2009), entendia-se por instrução feminina a dança, o aprendizado de piano, a escrita e a leitura. Onde na realidade, segundo a historiadora, as mulheres eram educadas e não instruídas, e, esse fato é notável pelos aprendizados destinados a elas, que não tinham nenhum teor de análise crítica da sociedade ou conteúdos científicos. Era, portanto, ensinado a elas só o que fosse considerado necessário para viver em sociedade.

Já para as mulheres pobres, segundo Follador (2009), quando possível elas frequentavam as escolas normais, que não possuíam boa qualidade, e cursava ao máximo o ensino primário. O ensino era privilégio de poucos e a maioria da população brasileira era composta por analfabetos. Ademais, a primeira lei sobre educação feminina, datada de 1827, estipulava que as meninas tinham permissão para frequentar escolas apenas até o nível elementar, sendo proibido o acesso delas às instituições de ensino superior, e previa ainda que as escolas femininas oferecessem aulas de prendas domésticas, como corte, costura e bordado.

Ainda na metade do século XIX, o acesso à informação para as mulheres passou a ser mais descomplicado para aquelas que tiveram a oportunidade de cursar o ensino primário e o secundário. Com uma maior instrução elas se dedicavam ao magistério profissão que era vista pela sociedade, destinada apenas às “mulheres dignas”. Já para as mulheres de camadas inferiores, segundo Follador (2009), poucas foram as mudanças.

No início do século XX, diversas vozes femininas se levantaram publicamente para expressar o descontentamento diante das restrições impostas às mulheres pelos governantes do país, ou seja, pelos homens. Segundo Follador (2009), elas ansiavam por uma maior participação na economia, na política e, principalmente, buscavam ser reconhecidas como cidadãs livres, com os mesmos direitos daqueles que séculos antes se declararam senhores e proprietários de suas vidas.

Deste modo, nos tempos atuais, o papel social da mulher ainda varia significativamente de acordo com a cultura, o contexto social, as normas e as leis de cada país. No entanto, em muitas partes do mundo, tem havido um movimento em direção à igualdade de gênero e à ampliação das oportunidades para as mulheres. Sendo alguns aspectos relevantes do papel social da mulher nos tempos atuais (BRAGANÇA, 2010):

1 - Participação política: As mulheres estão cada vez mais envolvidas na política e ocupando cargos de liderança. Elas têm conquistado posições de destaque

como chefes de estado, parlamentares, ativistas e líderes comunitárias, contribuindo para a tomada de decisões e a formulação de políticas.

2 - Educação e carreira: As mulheres têm acesso mais amplo à educação formal e estão cada vez mais presentes em diversas áreas profissionais.

Elas estão se formando em maior número nas universidades e conquistando posições de destaque em campos como ciência, tecnologia, engenharia, artes e negócios.

3 - Direitos e autonomia: Há um movimento contínuo em direção aos direitos das mulheres e à promoção de sua autonomia. Isso inclui a luta pela igualdade salarial, o acesso à saúde sexual e reprodutiva, a proteção contra a violência de gênero e a garantia de igualdade de oportunidades.

4 - Família e maternidade: As expectativas em torno da família e da maternidade têm evoluído, com uma maior valorização da diversidade de arranjos familiares e das escolhas individuais das mulheres em relação à maternidade. Muitas mulheres estão conciliando carreira e família, buscando equilibrar suas responsabilidades profissionais e pessoais.

5 - Movimentos feministas: O ativismo feminista continua a desempenhar um papel crucial na promoção dos direitos das mulheres e na luta contra a discriminação de gênero. Movimentos como o movimento #MeToo, o feminismo interseccional e o feminismo global têm desafiado as normas e lutado pela igualdade de gênero em várias frentes.

É importante ressaltar que existem desafios e desigualdades persistentes em relação aos direitos das mulheres em muitas partes do mundo, e ainda há muito trabalho a ser feito para alcançar a igualdade de gênero plena. No entanto, o papel social das mulheres nos tempos atuais tem sido caracterizado por avanços significativos em direção à igualdade, maior participação na esfera pública e o reconhecimento do seu valor e contribuições em diversos campos da sociedade.

contexto / **feminismo: definição, caracterização, exemplos marcantes.**

O feminismo é um movimento social, político e cultural que busca a igualdade de gênero, bem como a eliminação das opressões e desigualdades baseadas no gênero. Simone de Beauvoir, filósofa francesa e uma das principais precursoras do movimento, em seu livro "O Segundo Sexo" (Le Deuxième Sexe), publicado em 1949, aborda extensivamente a questão do feminismo e da condição das mulheres.

DE BEAUVOIR (1949) argumenta que as mulheres são frequentemente definidas em relação aos homens, e não como indivíduos autônomos e plenos. Aborda, ainda, a maneira como as mulheres são socializadas desde a infância para se conformar a papéis de gênero específicos, restringindo suas possibilidades de desenvolvimento pessoal e limitando sua liberdade. A autora defende, portanto, a necessidade de uma luta coletiva das mulheres pela sua emancipação, enfatizando a importância de reivindicarem sua própria existência e agência, buscando uma igualdade real e a superação das estruturas patriarcais. O trabalho de Simone de Beauvoir continua sendo uma referência fundamental para o feminismo e o estudo das questões de gênero. Sua análise crítica da condição das mulheres e sua defesa da igualdade de gênero influenciaram profundamente o movimento feminista ao longo das décadas.

O feminismo pode ser analisado e definido de acordo com seu período histórico, e com isso, é frequentemente dividido em ondas. Linda Nischoolson, Angela McRobbie e Rebeca Walker são algumas escritoras e ativistas que abordam sobre as ondas do feminismo, e embora não haja um consenso absoluto sobre quantas ondas existem, a divisão em 3 períodos é comumente reconhecida. De um modo geral, temos:

Primeira Onda do Feminismo (final do século XIX e início do século XX):

A primeira onda do feminismo se concentrou principalmente na conquista do direito de voto e no acesso à educação. As principais demandas das feministas desse período eram a igualdade política, jurídica e educacional. As sufragistas, como Emmeline Pankhurst e Susan B. Anthony, foram figuras proeminentes dessa fase.

Segunda Onda do Feminismo (décadas de 1960 e 1970):

A segunda onda do feminismo foi caracterizada por uma abordagem mais ampla e questionou as normas de gênero, além de lutar por direitos reprodutivos, igualdade salarial e combate à violência doméstica e sexual. As feministas da segunda onda buscavam uma transformação social e institucional. Nomes importantes nesse período incluem Betty Friedan, Gloria Steinem e Simone de Beauvoir.

Terceira Onda do Feminismo (meados da década de 1990 até o presente):

A terceira onda do feminismo surge como uma resposta às críticas à segunda onda e destaca a diversidade de experiências das mulheres. Essa onda enfatiza a importância da interseccionalidade, reconhecendo as interseções de gênero com raça, classe, sexualidade e outras formas de opressão. Também se concentra na autonomia das mulheres e na redefinição de conceitos de feminilidade e sexualidade. Autoras e ativistas como bell hooks, Audre Lorde e Judith Butler desempenharam papéis significativos nessa fase.

Nesse viés, é importante demarcar alguns marcos importantes do movimento feminista durante essas 3 ondas, sendo eles:

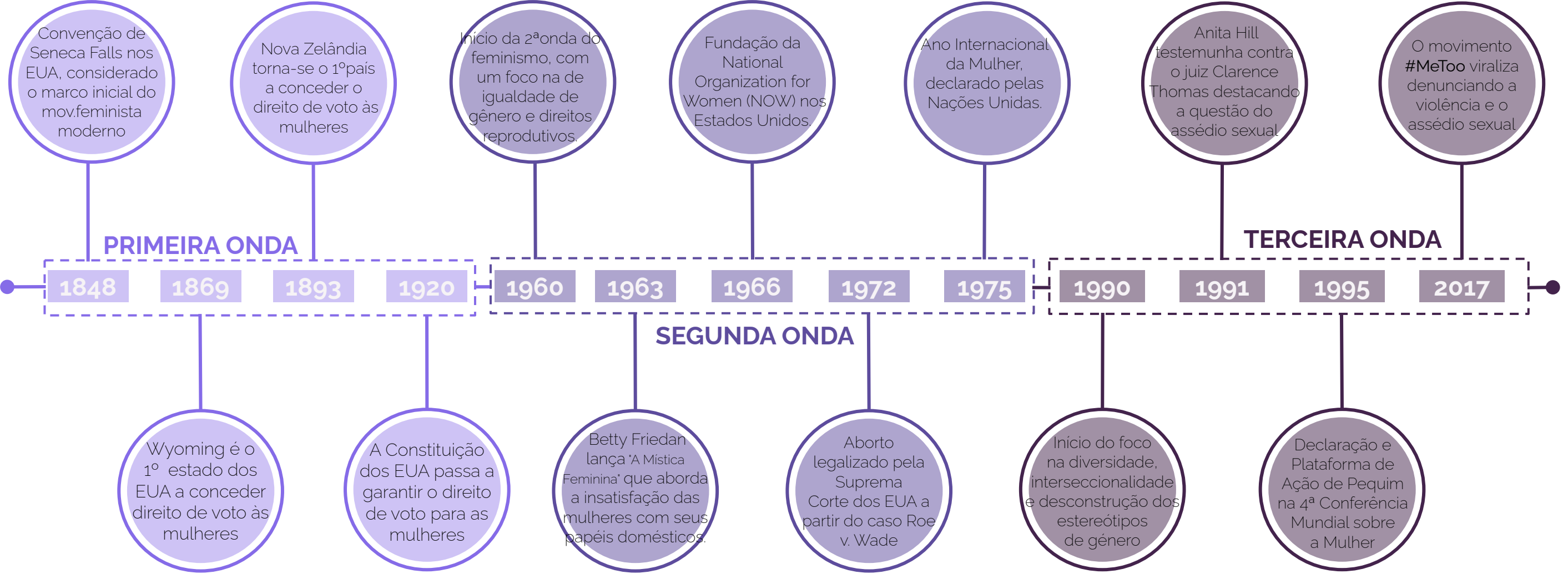


Figura 01: Linha do tempo das ondas do feminismo.
Fonte: Elaborado pela autora.

Já no Brasil, o movimento feminista teve suas raízes no final do século XIX e início do século XX, período marcado pela abolição da escravidão e pelo sufrágio feminino. No entanto, foi durante a ditadura militar (1964-1985) que o movimento ganhou mais força e começou a se organizar de maneira mais estruturada, nessa época as mulheres foram impactadas diretamente pelas violações dos direitos humanos e pela repressão política, o que contribuiu, de certa maneira, para uma maior conscientização e mobilização em relação ao feminismo.

Em 1970, com a emergência do movimento das mulheres, o feminismo ganha mais visibilidade, questões como a busca pelos direitos reprodutivos, igualdade salarial, violência doméstica e a participação das mulheres na política começaram a ser mais debatidas.

Nesse viés, em 1988, com a promulgação da Constituição, alguns têm-se alguns avanços significativos para as mulheres e o reconhecimento de igualdade de direitos entre os gêneros. Desde então, o movimento tem se fortalecido no Brasil, abrangendo uma ampla gama de pautas como o combate ao feminicídio, a representatividade política, a igualdade no mercado de trabalho e a desconstrução de estereótipos de gênero.

São alguns marcos importantes de conquistas do feminismo no Brasil:

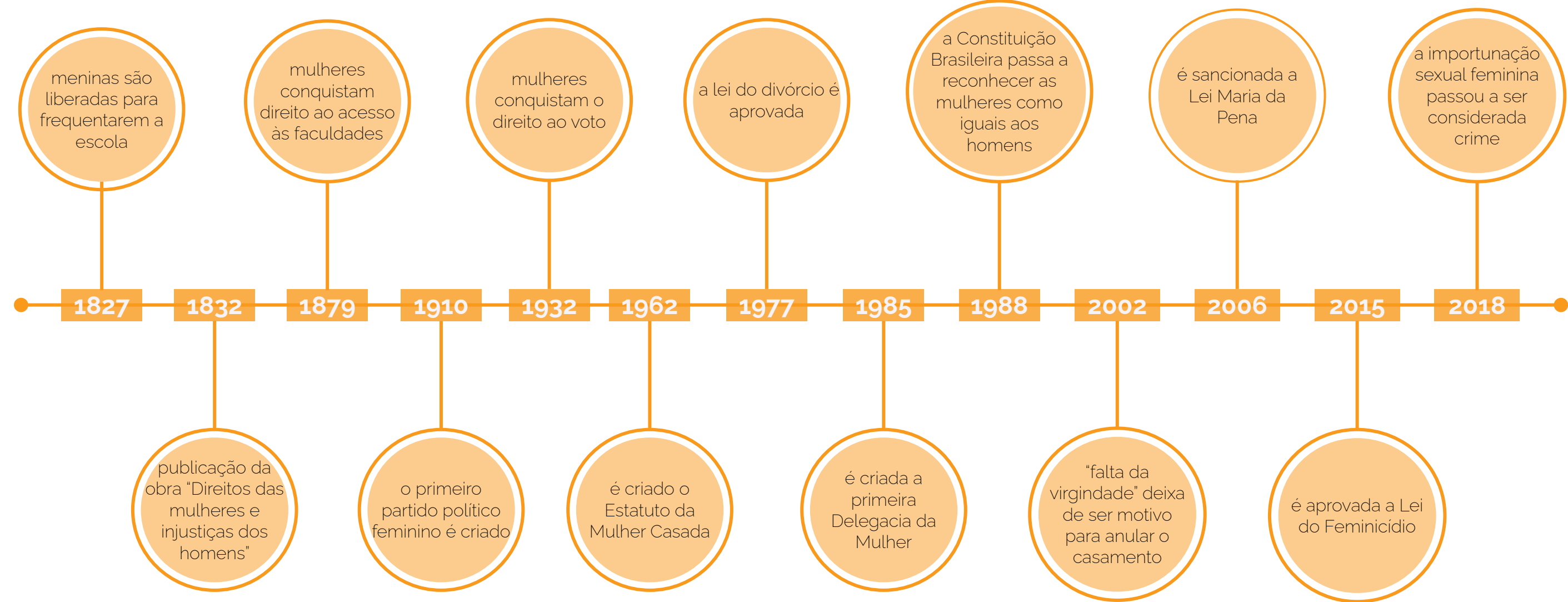


Figura 02: Conquistas do feminismo no Brasil.
Fonte: Elaborado pela autora.

É importante ressaltar que ao longo de todos esses anos de luta muitas mulheres tiveram papéis fundamentais dentro da sociedade para as conquistas do movimento. São algumas delas:

simone de beauvoir

Simone de Beauvoir foi uma importante escritora filósofa francesa, escritora da obra “O Segundo sexo”, defendia a importância do trabalho como um meio para as mulheres alcançarem a igualdade de gênero e superarem as desigualdades sociais e econômicas. Para De Beauvoir:

"É pelo trabalho que a mulher vem diminuindo a distância que a separava do homem; é pelo trabalho que ela poderá aumentar essa igualdade e superar os obstáculos que ainda se interpõem entre ela e o homem: falta de qualificação, ausência de oportunidades de promoção, discriminação salarial."



mary wollstonecraft

Mary Wollstonecraft foi uma escritora e ativista dos direitos humanos, britânica, traçou uma trajetória nada convencional para o seu tempo. Dentre suas obras mais importantes está “Uma reivindicação pelos direitos da mulher (1792)”, ela é, também, considerada uma das pioneiras do movimento feminista. Para Mary Wollstonecraft:

"Eu não desejo que as mulheres tenham poder sobre os homens, mas sobre elas mesmas."



audre lorde

Audre Lorde foi uma poeta, escritora e ativista afro-americana que abordou questões de gênero, raça e sexualidade em seu trabalho. Sua obra "Sister Outsider" é uma importante contribuição para o feminismo interseccional. Lorde defendia que a liberdade e a igualdade devem ser buscadas coletivamente, ressalta a importância e a necessidade de as mulheres se apoiarem para alcançarem a igualdade. Para Audre Lorde:

"Se não podemos nos ver umas às outras, não podemos nos ver a nós mesmas. E isso nos torna divididas de uma maneira que nos mantém impotentes."



malala yousafzai

Malala Yousafzai é uma ativista paquistanesa pelos direitos das mulheres e da educação. Foi vítima de um atentado em 2012 e ficou exilada na Inglaterra, tornou-se porta-voz do direito à educação e dos direitos das mulheres. Malala é a vencedora do "Prêmio Nobel da Paz de 2014. Para Malala:

"Quando o mundo inteiro está em silêncio, até uma só voz se torna poderosa."



djamila ribeiro

Djamila Ribeiro é uma filósofa, escritora, ativista e feminista brasileira. É uma das vozes mais proeminentes e influentes do movimento negro e feminista contemporâneo no Brasil. É autora de importantes obras como "Quem tem medo do feminismo negro?", "O que é lugar de fala?" e "Pequeno manual antirracista". Para Djamila:

"O feminismo não é apenas para mulheres, é uma luta por uma sociedade mais justa e igualitária, em que todas as pessoas possam viver livres de opressão, independentemente de seu gênero."



Pode-se definir a violência doméstica como qualquer forma de abuso ou agressão física, psicológica, emocional ou econômica que ocorre no âmbito familiar ou em relações íntimas. É uma manifestação de poder e controle exercida por um membro da família ou parceiro íntimo sobre o outro, resultando em danos físicos, emocionais ou psicológicos para a vítima.

Para Chauí (1985), entende-se por violência a concretização das relações de poder estabelecidas, tanto em termos de classe social quanto em termos de relações interpessoais. Ao invés de tomar a violência como violação e transgressão de normas, regras e leis, preferimos considerá-la sob dois ângulos. A primeira é a transformação da heterogeneidade e da assimetria em relações hierárquicas de desigualdade para fins de dominação, exploração e opressão. Ou seja, a conversão do diferente em desigual e a desigualdade na relação entre o superior e o inferior. Em segundo lugar, como a ação que trata o ser humano não como sujeito, mas como coisa. Caracteriza-se pela inércia, passividade e silêncio, de modo que quando a atividade e a fala dos outros são interrompidas ou canceladas, então a violência aconteceu.

Maria Amélia Azevedo, em "Mulheres espancadas/violência denunciada: repensando a problemática", realizou a fundo uma pesquisa com base em dados consultados em boletins de ocorrência no estado de São Paulo no ano de 1981, com a finalidade de compreender do ponto de vista histórico a trajetória das manifestações do espancamento de mulheres. Na pesquisa a autora conclui que o abuso de mulheres está enraizado em um modelo hierárquico de relações sociais de gênero no qual homens e mulheres participaram historicamente e continuam a participar no nível do discurso e da prática. Segundo a autora:

As relações hierárquicas de gênero vividas no cotidiano de uma certa sociedade e de uma certa família, legitimadas por uma dada ideologia, reproduzidas por uma determinada educação no "mundo de representação" de cada indivíduo, constituem o "caldo de cultura", a trama social no seio da qual a violência contra mulher explode e da qual se nutre (AZEVEDO, 1981, p.132).

Além disso, de acordo com Azevedo (1981), são dois os fatores "explicativos da violência contra a mulher", sendo eles: os fatores condicionantes e os fatores precipitantes.

fatores condicionantes

1

As formas perceptíveis de opressão do regime socioeconômico e político às quais estamos submetidos, dada a formação social que vivenciamos e a posição da mulher nela (fatores estruturais). Segundo a autora, é o nível da macrofísica do Poder.

2

Caráter discriminatório, instituições relacionadas à segurança da vida: família, direito, lei, polícia (fatores institucionais). É o nível microfísico de poder.

3

Ideologia Machista, que legitima as relações entre os gêneros como relações de dominação-subordinação (fatores ideológicos).

4

Educação diferenciada que possibilita a incorporação da ideologia machista na sociedade (fatores pedagógicos).

5

A representação (ideologizada) das relações entre homem e mulher formadas por familiares violentos. (fatores psicológicos).

fatores precipitantes

Nesses fatores estão inclusos: o álcool, as drogas, as situações de stress e situações de desequilíbrio emocional.

Segundo Azevedo (1981), portanto, a violência à qual a mulher está submetida pode ser explicada por diversos fatores sócio-psico-pedagógicos mediados por um padrão de relações sociais entre homens e mulheres: o machismo, em que a literatura especializada denomina de padrão patriarcal.

De acordo com a Lei n. 11.340/2006, violência contra mulher é toda conduta baseada no gênero, que visa causar sofrimento físico, sexual, psicológico e, ainda, que visa causar dano patrimonial ou moral à mulher. A Lei estabelece, portanto, que a violência doméstica e familiar é configurada também pela violência verbal e gestual, e não apenas pela violência física, já que essas causam igualmente danos à mulher podendo ser considerado, também, uma violação aos direitos humanos. Além disso, as formas de violência podem ser caracterizadas como explícitas e sutis, sendo as explícitas: feminicídio, agressão física, ameaça e estupro; as sutis: inviabilização, chantagem emocional, controle, humor machista, humilhar, culpabilizar, publicidades e mídias machistas, entre outras.

No Artigo 7, incisos I, II, III, IV E V do Capítulo II da Lei Maria da Penha estão previstas 5 tipos de violência contra a mulher, sendo elas: a violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral, que estão descritos como: "Essas formas de agressão são complexas, perversas, não ocorrem isoladas umas das outras e têm graves consequências para a mulher. Qualquer uma delas constitui ato de violação dos direitos humanos e deve ser denunciada. De acordo com a Lei, são formas de violência contra a mulher:

Violência Física: qualquer conduta que ofenda a integridade ou saúde corporal da mulher.

Violência psicológica: qualquer conduta que cause dano emocional e rebaixe a autoestima; que prejudique e interrompa o desenvolvimento pleno, ou que vise humilhar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões.

Violência sexual: entendida como comportamento que o obriga a consentir, ter ou participar de relações sexuais indesejadas por meio de intimidação, ameaças, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou explorar sua sexualidade de qualquer forma, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo, ou que a obrigue a se casar, engravidar, abortar ou se prostituir por meio de coerção, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício dos direitos sexuais e reprodutivos;

Violência patrimonial: que se refere a qualquer ação que envolva a retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, ferramentas de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, inclusive os destinados às suas necessidades.

Violência moral: qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

Em uma campanha realizada pelo tribunal de justiça do Mato Grosso do Sul relata-se que a violência contra a mulher estaria justificada em razão das características atribuídas a elas durante o processo de formação da sociedade onde foram estabelecidos estereótipos de gênero. Os homens são vistos como dominadores do espaço público, racionais, objetivos, fortes e provedores, enquanto a mulher seria dominadora do espaço privado, passional, submissa, a "rainha da casa", frágil, sensível, cuidadosa e zelosa.

A campanha ressalta também que a violência contra a mulher é um fenômeno social extremamente democrático, isto é, ocorre em diversos lugares do mundo e atinge todas as classes sociais raças/etnias, sem distinção de idade, crenças e orientação sexual. Além disso, salienta que o álcool e as drogas são fatores que desencadeiam a violência, porém não podem ser vistos como a causa do abuso. O que leva a violência e que pode ser considerado como uma das principais causas é a subordinação que a mulher sofre devido ao sistema patriarcal e a discriminação histórica que ocorre durante séculos, o machismo.

Conclui-se que a violência contra a mulher é, portanto, um problema social complexo e continua a ser uma realidade presente em diversas camadas sociais afetando mulheres de todas as idades, raças e orientações sexuais. Está, ainda, enraizado em relações hierárquicas de desigualdade de gênero, influenciadas por fatores estruturais, institucionais, ideológicos, pedagógicos e psicológicos. Por fim, o machismo e o padrão patriarcal têm um papel significativo na perpetuação da violência, que se manifesta de diversas formas, desde violência física e sexual até violência psicológica, patrimonial e moral.

De acordo com o 15o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2022), em 2020 no Brasil foram registrados 1 estupro a cada 8 minutos, sendo 85,7% das vítimas do sexo feminino, e o Mato Grosso do Sul o primeiro no ranking dos Estados da Federação com maior taxa de estupros registrados. Além disso, de acordo com a análise produzida a partir dos microdados dos registros policiais e das Secretarias estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social, em 85,2% desses casos a vítima possuía alguma relação com o autor.

Ainda no Mato Grosso do Sul, de acordo com dados da Prefeitura Municipal de Campo Grande, A Casa da Mulher Brasileira, realizou no período de 03/02/2015 (Inauguração da CMB) até o dia 31 de março de 2023 um total de 112.773 atendimentos. Foram registrados nesse mesmo período, de acordo com a Delegacia Especializada de

Atendimento à Mulher 793.468 boletins de ocorrência, e foram concedidas pela 3ª Vara de Violência Doméstica e Familiar, 34.139 medidas protetivas.

Em dados levantados pelo Monitor da Violência, uma parceria do site de notícias G1 com o Núcleo de Estudos da violência da USP (NEV-USP) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), foi constatado que no Brasil teve um aumento de 5% nos casos de feminicídio em 2022 em comparação com 2021. São 1,4 mil mulheres mortas apenas pelo fato de serem mulheres - uma a cada 6 horas, em média. Este número é o maior registrado no país desde que a lei de feminicídio entrou em vigor, em 2015.

No Gráfico abaixo, por exemplo, observa-se que o Brasil teve 3,9 mil homicídios dolosos (intencionais) de mulheres em 2022 (aumento de 2,6% em relação ao ano anterior).

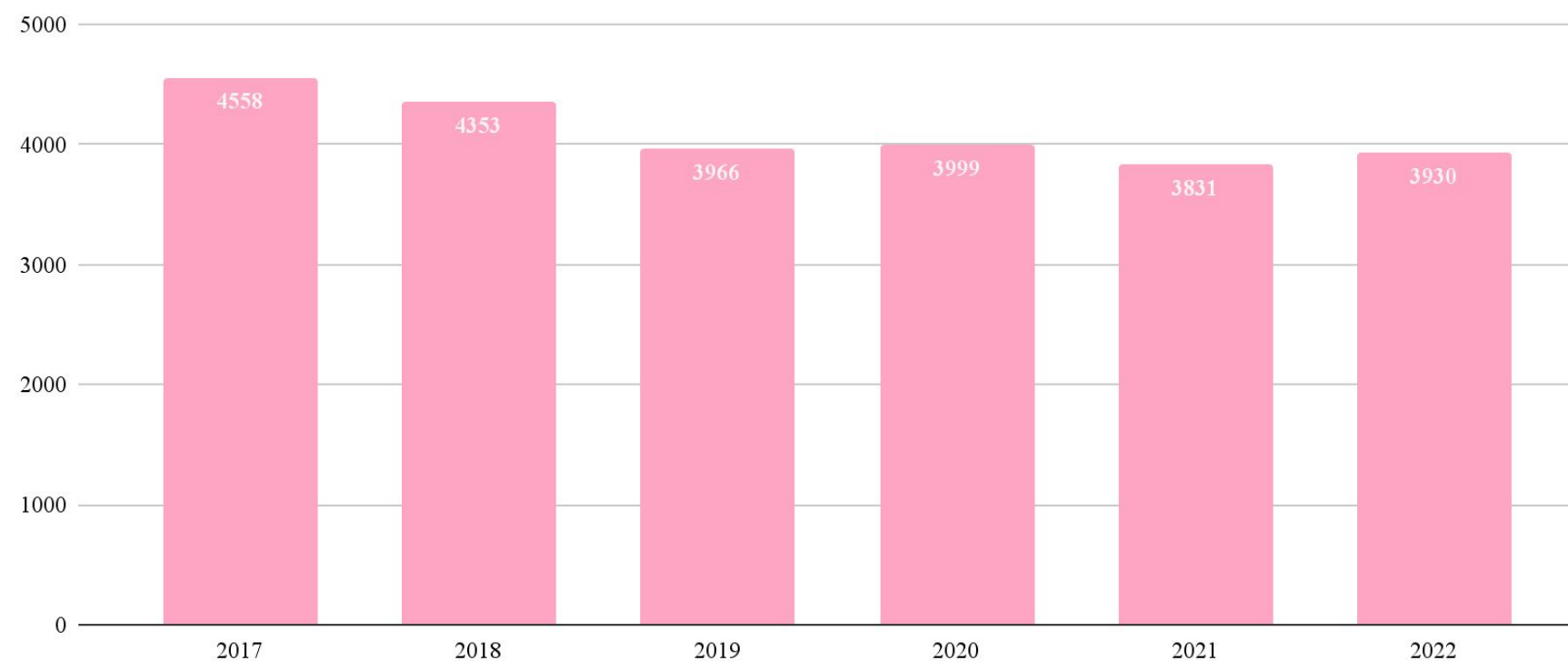


Figura 08: Assassinato de mulheres por homicídios dolosos.

Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). Elaborado pela autora.

Ainda de acordo com a pesquisa, foram 1,4 mil feminicídios, o maior número já registrado desde que a lei entrou em vigor, em 2015, o que representa aproximadamente 36% dos homicídios. Essa alta dá-se, segundo Piccirillo e Silvestre, do NEV-USP, devido à redução expressiva do investimento em políticas de enfrentamento à violência doméstica e familiar. Além disso, de acordo com o Anuário de Segurança Pública, do FBSP, 8 em cada 10 crimes de feminicídio são cometidos pelo parceiro ou ex-parceiro da vítima. (G1, 2022)

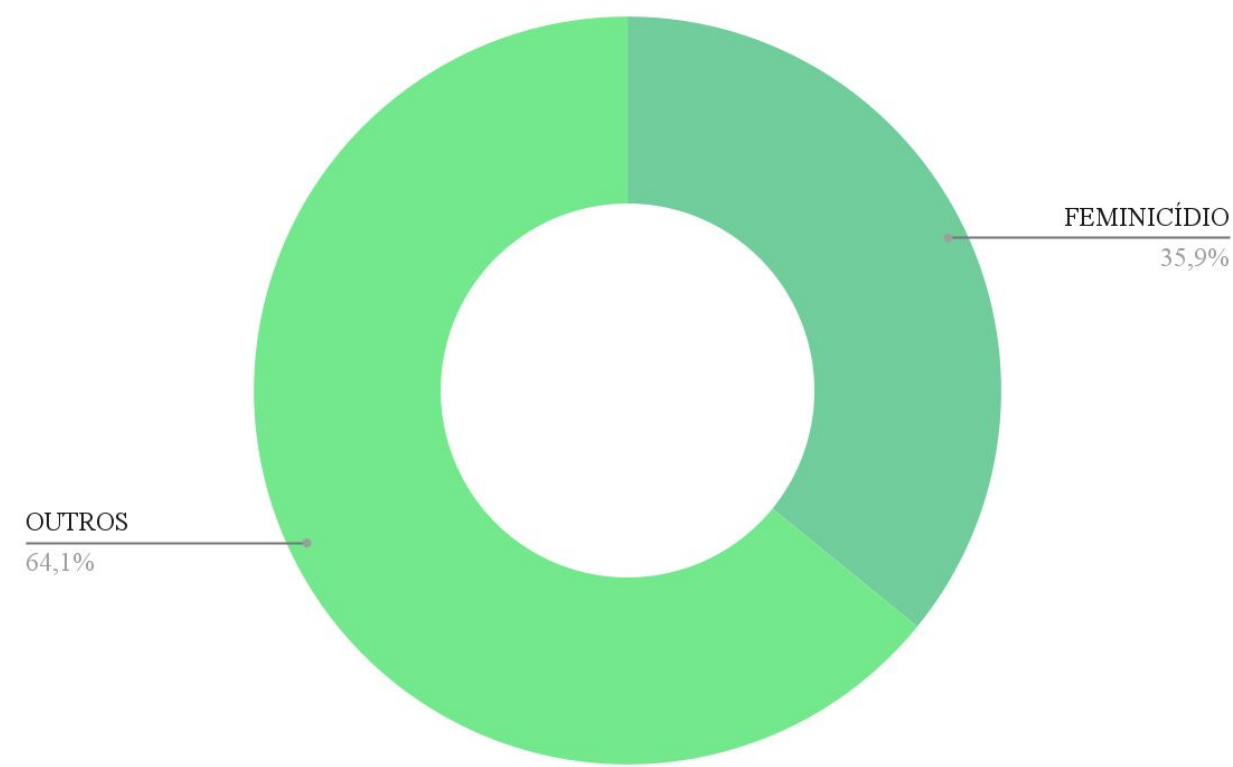


Figura 09: Feminicídios Registrados.
Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). Elaborado pela autora.

Ademais, 12 estados registraram alto no número de homicídios de mulheres e 14 tiveram mais vítimas de feminicídio em 2022 quando comparado ao ano anterior, sendo Mato Grosso do Sul e Rondônia os estados com maior índice de homicídios de mulheres e também de feminicídio.

Taxas de Feminicídio
Maior
Mato Grosso do Sul - 3,5 a cada 100 mil mulheres
Menor
Ceará - 0,6 a cada 100 mil mulheres

Tabela 01: Maior e menor taxa de feminicídio no Brasil.
Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). Elaborado pela autora.

Diante da exposição dos fatos supracitados, é notório que o fortalecimento dos direitos das mulheres e a busca pela garantia de uma sociedade igualitária e livre de violência de gênero é imprescindível. Nesse contexto, a Lei Maria da Penha representa um marco importante na luta contra a violência doméstica e familiar.

A **Lei Maria da Penha** recebeu esse nome em homenagem a Maria da Penha Fernandes, uma farmacêutica brasileira que, em 1983, foi vítima de violência doméstica cometida por seu marido, Marco Antônio Heredia Viveros, um professor universitário colombiano. Maria da Penha sofreu uma tentativa de homicídio, sendo baleada nas costas, o que a deixou paraplégica, além de ter sido alvo de empurrões da cadeira de rodas e tentativa de eletrocussão.

Após o ocorrido, Maria da Penha buscou justiça e entrou com um processo contra seu agressor. No entanto, o caso foi marcado por inúmeras anulações e recursos por parte do Ministério Público. Somente em 1998, com a pressão de ONGs e comitês internacionais de direitos humanos, o Estado brasileiro foi instado a resolver o caso.

Em 2011, o agressor foi finalmente punido por negligência à violência doméstica. Uma das medidas impostas foi a criação de uma legislação específica para esse tipo de violência. Assim, em 22 de setembro de 2006, entrou em vigor a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), que perdura até os dias atuais. Essa lei é amplamente conhecida pela população brasileira e é considerada um avanço no âmbito do direito internacional, representando um importante marco na proteção das vítimas de violência doméstica no Brasil.

A Lei é composta por 77 artigos que tratam de temas como a definição e tipificação da violência doméstica, medidas protetivas de urgência, a punição aos agressores, a criação de órgãos e serviços especializados, direitos das vítimas, atendimento multidisciplinar, entre outros assuntos que visam assegurar a punição e combate à violência doméstica e familiar contra as mulheres. Nesse viés, dentre os direitos dispostos na Lei estão: o direito à vida e à integridade física, mental e moral, à proteção, à assistência jurídica, assistência social e psicológica, informação, à educação e ao trabalho. Vale, portanto, destacar alguns deles:

Art. 2º

Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social.

Art. 3º

Serão asseguradas às mulheres as condições para o exercício efetivo dos direitos à vida, à segurança, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, à moradia, ao acesso à justiça, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

Art. 11º

No atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar, a autoridade policial deverá, entre outras providências:

III - fornecer transporte para a ofendida e seus dependentes para abrigo ou local seguro, quando houver risco de vida;

Art. 35º

A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios poderão criar e promover, no limite das respectivas competências:

I - centros de atendimento integral e multidisciplinar para mulheres e respectivos dependentes em situação de violência doméstica e familiar;

II - casas-abrigos para mulheres e respectivos dependentes menores em situação de violência doméstica e familiar;

Outrossim, a Lei estabelece, também, uma série de punições e medidas de responsabilização para os agressores. Algumas das punições previstas pela lei são: Medidas protetivas de urgência, prisão preventiva, penas privativas de liberdade além da aplicação de medidas educativas para os detentos.

Além disso, no Brasil, outras duas Leis são fundamentais no auxílio ao combate à violência contra mulher e as suas consequências, são elas: a Lei do Minuto Seguinte (Lei nº 12.845/2013) que busca garantir o acesso imediato e integral a serviços de saúde, atendimento psicológico, prevenção de doenças sexualmente transmissíveis (DSTs) e orientações sobre contracepção de emergência; e a Lei da Importunação Sexual (Lei Nº 13.718/2018) que visa combater e punir atos de importunação sexual, ou seja, comportamentos ofensivos e invasivos de natureza sexual que ocorrem em espaços públicos ou privados, e que afetam a liberdade sexual e a dignidade das pessoas.

De acordo com a Lei do Minuto seguinte, é uma estratégia para promover o atendimento rápido e adequado às vítimas de violência sexual assegurada pelos seguintes artigos:

Art. 1º

Os hospitais devem oferecer às vítimas de violência sexual atendimento emergencial, integral e multidisciplinar, visando ao controle e ao tratamento dos agravos físicos e psíquicos decorrentes de violência sexual, e encaminhamento, se for o caso, aos serviços de assistência social.

Art. 2º

Considera-se violência sexual, para os efeitos desta Lei, qualquer forma de atividade sexual não consentida.

Art. 3º

O atendimento imediato, obrigatório em todos os hospitais integrantes da rede do SUS, compreende os seguintes serviços:

I - diagnóstico e tratamento das lesões físicas no aparelho genital e nas demais áreas afetadas;

II - amparo médico, psicológico e social imediatos;

III - facilitação do registro da ocorrência e encaminhamento ao órgão de medicina legal e às delegacias especializadas com informações que possam ser úteis à identificação do agressor e à comprovação da violência sexual;

IV - profilaxia da gravidez;

V - profilaxia das Doenças Sexualmente Transmissíveis - DST;

VI - coleta de material para realização do exame de HIV para posterior acompanhamento e terapia;

VII - fornecimento de informações às vítimas sobre os direitos legais e sobre todos os serviços sanitários disponíveis.

§ 1º Os serviços de que trata esta Lei são prestados de forma gratuita aos que deles necessitarem.

§ 2º No tratamento das lesões, caberá ao médico preservar materiais que possam ser coletados no exame médico legal.

§ 3º Cabe ao órgão de medicina legal o exame de DNA para identificação do agressor.

A Lei de Importunação Sexual é, também, uma importante ferramenta legal para coibir e responsabilizar os agressores por atos de violência sexual e garantir a proteção dos direitos sexuais e da integridade das pessoas. De acordo com a lei, configura crime de importunação sexual a prática de ato libidinoso contra alguém sem seu consentimento, com o objetivo de satisfazer a própria lascívia ou a de terceiro e a realização de ato obsceno em lugar público, ou aberto ou exposto ao público, e que possa ofender a dignidade sexual de outra pessoa.

Art. 1º

Esta Lei tipifica os crimes de importunação sexual e de divulgação de cena de estupro, torna pública incondicionada a natureza da ação penal dos crimes contra a liberdade sexual e dos crimes sexuais contra vulnerável, estabelece causas de aumento de pena para esses crimes e define como causas de aumento de pena o estupro coletivo e o estupro corretivo.

Em suma, essas leis desempenham um papel crucial na proteção das vítimas, na prevenção da violência de gênero e na promoção de uma sociedade mais igualitária. No entanto, é importante ressaltar que a efetividade dessas leis depende da conscientização da sociedade, da implementação adequada de políticas públicas e do engajamento de todos na busca por um mundo livre de violência e discriminação de gênero.

contexto / principais contribuições do capítulo para o desenvolvimento do projeto

A relevância desse estudo faz-se, portanto, no entendimento da legitimidade das relações hierárquicas entre homem e mulher que estruturam o modelo social atual, onde, por meio da imersividade na história, compreende-se o contexto da desigualdade de gênero à qual estamos inseridos, o que explica, de certo modo, os motivos que levam à violência doméstica. Nota-se, ainda, a importância do movimento feminista para a desconstrução do patriarcado, uma luta que desafia as relações de poder e dominação e a opressão interseccional, sendo fundamental para o combate à violência de gênero, já que visa mudar as atitudes culturais e as estruturas sociais que perpetuam tal violência.

Além disso, ao analisar os dados citados nesse estudo, identifica-se a gravidade do assunto "violência doméstica", sobretudo, no estado do Mato Grosso do Sul, que lidera o ranking da federação brasileira em homicídios dolosos e feminicídio. Como já mencionado anteriormente, percebe-se, então, que as Leis não agem por si só, é necessário falar sobre a violência doméstica. É essencial romper o silêncio e desafiar as normas sociais que a perpetuam. A superação da violência doméstica requer, especialmente, ações coletivas, políticas públicas efetivas, apoio às vítimas e uma mudança cultural em relação às relações de gênero.



estudo de caso

/casa da mulher brasileira x casa abrigo

/casa-abrigo KWIECO

/Abrigo para Vítimas de Violência Doméstica - Amos Goldreich

Architecture + Jacobs Yaniv Architects

estudo de caso / casa da mulher brasileira x casa abrigo

A necessidade da existência de espaços seguros e acolhedores onde as vítimas de violência doméstica possam ser acolhidas e ouvidas, para que se sintam encorajadas a compartilhar suas experiências e a buscar o apoio emocional, psicológico e principalmente o jurídico para enfrentar a violência que estão vivenciando.

Espaços como a Casa da Mulher Brasileira são fundamentais, já que, ao receberem as denúncias de violência doméstica, a Casa encaminha a vítima para os serviços necessários, como a Casa Abrigo, assistência jurídica, atendimento médico e psicológico, ajudando-as a reconstruir suas vidas em um ambiente seguro e livre de violência. Além disso, ao escutar atentamente as histórias das vítimas, esses espaços contribuem para a conscientização pública sobre a violência doméstica e a necessidade de combater e prevenir esse tipo de violência.

Ao entender a importância desses espaços para o combate à violência doméstica, viu-se a necessidade de compreensão do funcionamento interno dos mesmos. Foram realizadas entrevistas com as coordenadoras da Casa da Mulher Brasileira e da Casa Abrigo de Campo Grande respectivamente, por conta de medidas de segurança não é possível a apresentação de fotos, documentos e nomes, mas pode-se ter uma maior compreensão da função e da condução desses espaços.

A Casa da Mulher Brasileira é um espaço integrado e humanizado para atendimento às mulheres em situação de violência doméstica. A de Campo Grande foi inaugurada em 2015 e é a pioneira no país. Funciona com um regime de plantão 24h, todos os dias da semana. O espaço hoje conta com 231 profissionais capacitados e preparados para atuarem nos 12 setores de serviços oferecidos pela Casa, sendo que no mês de março deste ano foram realizados um total de 18164 atendimentos e encaminhamentos, sendo 1410 mulheres atendidas neste mesmo mês.

No espaço são oferecidos diversos atendimentos e serviços às vítimas, sendo alguns deles:

Acolhimento e triagem: O serviço da equipe de acolhimento e triagem é a porta de entrada da Casa da Mulher Brasileira. Forma um laço de confiança, agiliza o encaminhamento e inicia os atendimentos prestados pelos outros serviços da Casa, ou pelos demais serviços da rede, quando necessário.

Apoio Psicossocial: A equipe multidisciplinar presta atendimento psicossocial continuado e dá suporte aos demais serviços da Casa. Auxilia a superar o impacto da violência sofrida; e a resgatar a autoestima, autonomia e cidadania.

Delegacia: Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (Deam) é a unidade da Polícia Civil para ações de prevenção, proteção e investigação dos crimes de violência doméstica e sexual, entre outros.

Juizado/Vara especializada: Os juizados/varas especializadas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher são órgãos da Justiça responsáveis por processar, julgar e executar as causas resultantes de violência doméstica e familiar, conforme previsto na Lei Maria da Penha.

Ministério Público: A Promotoria Especializada do Ministério Público promove a ação penal nos crimes de violência contra as mulheres. Atua também na fiscalização dos serviços da rede de atendimento.

Defensoria Pública: O Núcleo Especializado da Defensoria Pública orienta as mulheres sobre seus direitos, presta assistência jurídica e acompanha todas as etapas do processo judicial, de natureza cível ou criminal.

Promoção da Autonomia Econômica: Esse serviço é uma das "portas de saída" da situação de violência para as mulheres que buscam sua autonomia econômica, por meio de educação financeira, qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho. As mulheres sem condições de sustento próprio e/ou de seus filhos podem solicitar sua inclusão em programas de assistência e de inclusão social dos governos federal, estadual e municipal.

Central de Transportes: Possibilita o deslocamento de mulheres atendidas na Casa da Mulher Brasileira para os demais serviços da Rede de Atendimento: saúde, rede socioassistencial (CRAS e CREAS), medicina legal e abrigamento, entre outros.

Brinquedoteca: Acolhe crianças de 0 a 12 anos de idade, que acompanhem as mulheres, enquanto estas aguardam o atendimento.

Alojamento de Passagem: Espaço de abrigo temporário de curta duração (até 24h) para mulheres em situação de violência, acompanhadas ou não de seus filhos, que corram risco iminente de morte.

Além disso, os serviços de saúde também atendem às mulheres em situação de violência. Nos casos de violência sexual, a contracepção de emergência e a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis/aids devem ocorrer em até 72h. Além do atendimento de urgência, os serviços de saúde também oferecem acompanhamento médico e psicossocial.

Ao receberem o atendimento da Casa da Mulher Brasileira, alguns casos são então encaminhados para a Casa Abrigo. Nesse lugar as mulheres podem permanecer até 180 dias. Os serviços são oferecidos com o intuito de restabelecê-las em sociedade. O lugar conta com uma capacidade para 30 pessoas, sendo 10 mulheres e 20 filhos e recebe mulheres de diversas nacionalidades e culturas: haitianas, colombianas, sírias, portuguesas, nesses casos, é necessário a utilização de serviços de tradução. O funcionamento do sistema público para mulheres vítimas de violência doméstica que necessitam da casa abrigo é dado da seguinte maneira:

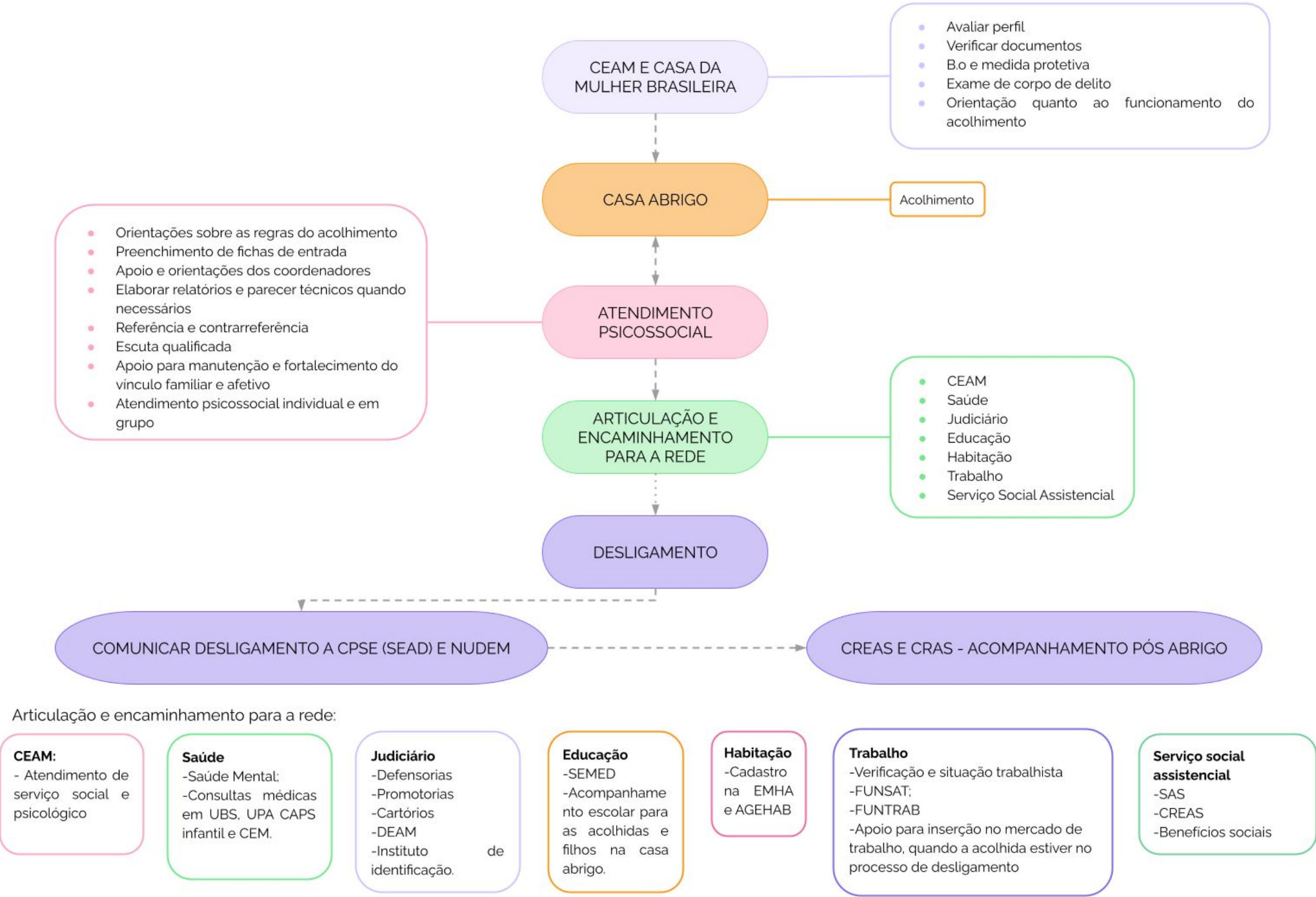


Figura 10: Organograma Casa Abrigo de Campo Grande para mulheres vítimas de violência doméstica.

Fonte: Entrevistas realizadas no trabalho de conclusão de curso. Elaborado pela autora.

A Casa da Mulher Brasileira é, então, a porta de entrada para a Casa Abrigo. Para ter acesso aos serviços da Casa Abrigo a mulher precisa obrigatoriamente realizar a denúncia ao agressor. Ao fazê-la, a vítima pode ser abrigada e acolhida pela casa, onde terá o apoio e a orientação necessária dos cuidadores, recebendo todos os serviços (consultas médicas, acompanhamento escolar para as acolhidas e/ou seus filhos, apoio para inserção no mercado de trabalho) que forem julgados necessários pelos profissionais do espaço.

A Casa Abrigo de Campo Grande conta com os seguintes espaços:

Setor Administrativo	
Coordenação	Sala com mesa e cadeira onde a coordenadora recebe as vítimas e as visitas da casa.
Administração	Sala onde trabalham 2 funcionários e onde estão concentrados os documentos do administrativo
Multiuso	Sala onde podem ser realizadas consultas rápidas com psicólogo e médico (apenas em urgências), onde estão as receitas médicas, etc.
W.C Feminino	Banheiro para servidores
W.C Masculino	Banheiro para servidores
Psicossocial	Sala da psicóloga que acompanha a casa.
Sala de convívio dos servidores	Espaço de descanso com tv, sofá e mesa de jantar.
Cozinha	Espaço com pia, microondas, fogão, etc.
Sala de aula para crianças	Espaço com mesas, cadeiras, quadros, brinquedos, livros, etc. Onde é realizado o acompanhamento escolar das crianças
Sala de aula para adolescentes	Espaço com mesas, cadeiras, quadros, livros, etc. Onde é realizado o acompanhamento escolar dos adolescentes.
Sala de depósito de doações	Espaço com prateleiras onde estão armazenadas as doações que a casa recebe.

Tabela 02: Espaços que compõem o setor administrativo da Casa Abrigo.
Fonte: Elaborado pela autora.

Abrigo	
10 dormitórios (1 acessível)	Os quartos de um modo geral contam com 3 ou 4 camas de solteiro, 1 banheiro e prateleiras de organização de roupas e acessórios.
Brinquedoteca	Espaço com prateleiras onde estão dispostos diversos brinquedos
Artesanato	Sala onde recebem no máximo 3 pessoas por vez, onde as mulheres podem desenvolver crochês, pinturas, etc.
Lavanderia	Conta com máquinas de lavar, tanque e um amplo espaço de varal
Depósito	Onde ficam as comidas e utensílios utilizados na cozinha.
Cozinha	Amplo espaço com pia, fogão, geladeira, etc.; onde os profissionais da casa fazem as refeições dos abrigados.
Lactário	Espaço com pia e prateleiras.
Refeitório	Amplo espaço com mesas de jantar e cadeiras.
Sala de Tv	Conta com um sofá e uma TV

Tabela 03: Espaços que compõem o setor de acolhimento da Casa Abrigo.
Fonte: Elaborado pela autora.

Área Externa	
Jardim	Espaço gramado com árvores e bancos.
Parquinho	Conta com um brinquedo de parquinho.
Horta	Espaço para plantio de verduras, frutas e legumes para consumo da casa.
Casa de Máquinas	Destinado às máquinas de funcionamento e manutenção da casa
Depósito	Depósito de materiais de limpeza e utensílios de jardinagem.

Tabela 04: Espaços que compõem o jardim da Casa Abrigo.
Fonte: Elaborado pela autora.

Em entrevista com a coordenação da Casa Abrigo, foram mencionadas, também, algumas dificuldades em relação ao espaço, como: a dificuldade da concretização da parceria com a PROINC (Programa de Inclusão Profissional) pela necessidade de mover a mulher até o local; a política da mulher perdeu espaço no âmbito federal nos últimos anos, dificultando o recebimento de recursos financeiros, a inexistência de entretenimento para os adolescentes no espaço. Segundo a coordenação, ainda, seria mais prático haver capacitações relacionadas ao artesanato e à culinária dentro da própria casa.

É notório a importância do trabalho mútuo da Casa da Mulher Brasileira e da Casa Abrigo para o enfrentamento da violência doméstica no Mato Grosso do Sul. Nesse viés, a implementação de uma Casa Abrigo com todos os recursos necessários para atendimento das vítimas é imprescindível. Neste trabalho, portanto, serão projetados espaços pensando na viabilidade e no conforto das vítimas, visando superar as dificuldades já relatadas pela coordenação da atual Casa Abrigo vigente no Estado, com lugares destinados à profissionalização dessas mulheres e onde seus filhos possam ter também entretenimento. O presente estudo visa um projeto com espaços que tenham como principal objetivo ACOLHER.



FICHA TÉCNICA			
Localização	Moshi, Tanzânia	Contratante	Prajesh Chauhan, Rocktronic Ltd.
Arquitetura	Hollmén Reuter Sandman	Área	423 m²
Arquitetos responsáveis	Saija Hollmén, Jenni Reuter e Helena Sandman	Ano do Projeto	2015

Tabela 05: Ficha Técnica Casa-Abrigo KWIECO.
Fonte: Elaborado pela autora.



Figura 11: Pátio Interno/Dormitórios.
Fonte:ArchDaily, 2015.

A KWIECO, sigla para Organização de Consultoria e Intercâmbio de Informações das Mulheres de Kilimanjaro, foi estabelecida em 1987. A organização tem como objetivo fornecer orientação em aspectos legais, sociais, econômicos e de saúde para as mulheres da região. Infelizmente, assim como em outras partes da África, as mulheres em Kilimanjaro enfrentam uma alta vulnerabilidade à violação de seus direitos à vida, à liberdade e à segurança. A violência contra as mulheres é tolerada em Kilimanjaro devido a atitudes sociais e culturais arraigadas, e a legislação existente não é capaz de oferecer garantias adequadas contra essas violações, nem de promover uma postura favorável ao exercício dos direitos fundamentais das mulheres. (ARCHDAILY, 2015)

A KWIECO concebeu a ideia de desenvolver um projeto de Casa Abrigo para Mulheres Vítimas de Violência. Em parceria com a ONG Ukumbi, apresentou o projeto ao Ministério dos Negócios Estrangeiros da Finlândia e obteve sucesso ao receber financiamento para a primeira fase, que se concentra na infraestrutura necessária. (ARCHDAILY, 2015)

A arquitetura da Casa Abrigo foi projetada levando em consideração a cultura local e a hierarquia espacial. Foram utilizadas energias renováveis, materiais, mão-de-obra e know-how local, além de adotar um processo de planejamento participativo. Isso garante que os usuários do abrigo tenham um senso de pertencimento e propriedade em relação ao espaço.

O abrigo é composto por dez quartos individuais para acomodar dez famílias, além de dois sanitários, um sanitário para pessoas com necessidades especiais, um fraldário, uma cozinha refeitório, uma área de lavanderia, quatro salas/depositórios diversos, um pátio interno e três espaços externos. Há também uma garagem e um amplo terreno com vegetação local preservada.



Figura 12: Planta baixa da Casa Abrigo KWIECO.
Fonte: Archdaily, 2015. Adaptada pela autora.



Corte AA
sem escala

Figura 13: Corte AA da Casa Abrigo KWIECO.
Fonte: Archdaily, 2015. Adaptado pela autora.

Vale ressaltar, também, que o projeto foi concebido com base nas condições climáticas da região, que incluem calor, umidade e ventos fortes. Por esse motivo, o programa é organizado em torno de um jardim central interno. As estruturas da cobertura e das caixas d'água são feitas de metal, os pisos são revestidos com cimento queimado, as divisões são construídas em alvenaria com utilização de garrafas translúcidas de vidro colorido e as janelas e portas são feitas de madeira e palha.



Fachada Sul
sem escala

Figura 14: Fachada Sul da Casa Abrigo KWIECO.
Fonte: Archdaily, 2015. Adaptado pela autora.

Dentro do abrigo, devido à disposição da planta e dos espaços, as mulheres e crianças têm liberdade de convivência e circulação. Por não haver muros em alvenaria, e a barreira visual ser estabelecida por vegetações e gradis, o espaço transmite a sensação de liberdade, não parece haver um controle absoluto de acesso, exceto pelo portão e pelas grades que cercam a propriedade.

Conforme visto, portanto, a Casa Abrigo KWIECO, possui vários pontos relevantes para o projeto, são alguns deles: a liberdade de circulação dos abrigados, o contato com a natureza, o uso de materialidade e recursos locais para enfrentamento das condições climáticas locais, o uso de barreiras que não trazem a sensação de aprisionamento, etc.



Figura 15: Fotografias da Casa Abrigo KWIECO.
Fonte: Archdaily, 2015.

estudo de caso / abrigo para vítimas de violência doméstica / amos goldreich architecture + jacobs yaniv architects

FICHA TÉCNICA	
Localização	Tel Aviv-Yafo, Israel
Arquitetos responsáveis	Amos Goldreich e Jacobs Yanivs
Área	Não Informado
Ano do Projeto	2018

Tabela 06: Ficha Técnica Abrigo para Vítimas de Violência Doméstica / Amos Goldreich Architecture + Jacobs Yaniv Architects.
Fonte: Archdaily, 2018. Elaborada pela autora.

O projeto do Abrigo para Vítimas de Violência Doméstica desenvolvido pela Amos Goldreich Architecture + Jacobs Yaniv Architects possui um design cuidadoso, onde eles buscaram criar um espaço acolhedor, funcional e seguro, proporcionando um ambiente propício para o bem-estar e a recuperação das vítimas.

A importância do projeto se dá pelos dados, que de acordo com a Organização Mundial da Saúde, mais de 45% das mulheres em Israel enfrentarão a violência doméstica em algum momento de suas vidas, e estatísticas recentes revelam que 45% das crianças em Israel também estão expostas à violência. Essa realidade representa uma epidemia global. (ARCHDAILY, 2018)

O projeto arquitetônico do edifício foi concebido com uma divisão estética em duas superfícies distintas: a externa, que possui uma aparência rústica, transmite solidez, segurança e proteção; enquanto a interna é suave e delicada, voltada para o jardim central, que se torna o ponto de encontro dos moradores.



Figura 16: Área externa do Abrigo para Vítimas de Violência Doméstica / Amos Goldreich Architecture + Jacobs Yaniv Architects
Fonte: Archdaily, 2018.



Figura 17: Área interna do Abrigo para Vítimas de Violência Doméstica / Amos Goldreich Architecture + Jacobs Yaniv Architects
Fonte: Archdaily, 2018.



- | | |
|---|---|
| ■ Dormitórios | ■ Apoio Social |
| ■ Banheiros individuais | ■ Pátio e playground |
| ■ Áreas comuns | ■ Administração |

Figura 18: Planta Baixa Térrea do Abrigo para Vítimas de Violência Doméstica / Amos Goldreich Architecture + Jacobs Yaniv Architects
Fonte: Archdaily, 2018. Modificado pela autora.



Figura 19: Pátio central do Abrigo para Vítimas de Violência Doméstica / Amos Goldreich Architecture + Jacobs Yaniv Architects
Fonte: Archdaily, 2018.

Na chegada do abrigo, cada nova família recebe uma pequena "casa" que é parte de uma edificação maior. A fim de permitir que as famílias possuam uma rotina diária normal no refúgio, as 'casas' são separadas por funções comuns e conectadas por corredores internos. O berçário é fisicamente separado do grande edifício permitindo que sua função, como uma creche comum, seja cumprida. Ou seja, as mães deixam os filhos no espaço pela manhã e os buscam ao final do dia. (ARCHDAILY, 2018)

Os ambientes são conectados por um ponto nodal no projeto, o pátio central, que estabelece a integração entre os dormitórios, o setor de apoio social, as áreas de convivência e também o setor administrativo. Os dormitórios contam com banheiros individuais e dois quartos reforçando a ideia de "pequenas casas". Além disso, o projeto oferece ambientes destinados ao apoio social, espaços que têm papel fundamental para a reintegração da mulher na sociedade.

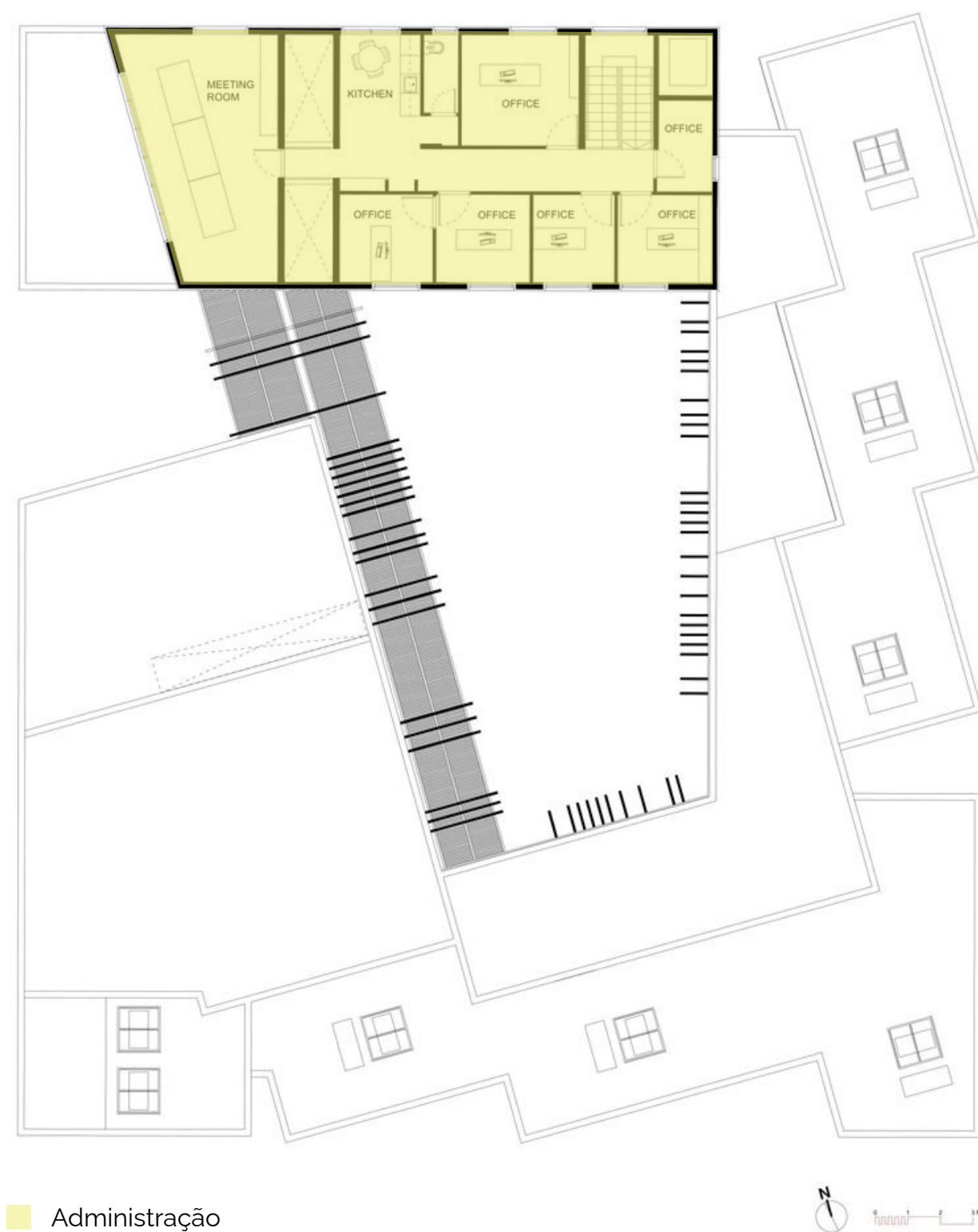


Figura 20: Planta Baixa Segundo Pav. do Abrigo para Vítimas de Violência Doméstica / Amos Goldreich Architecture + Jacobs Yaniv Architects
Fonte: Archdaily, 2018. Modificado pela autora.

O setor administrativo possui dois pavimentos com espaços bem definidos e setorizados. Conta com salas de trabalho, copa, banheiros, depósito e sala de reuniões. Ele é, também, o responsável por criar a maior das barreiras visuais para proteção do espaço interno do abrigo.

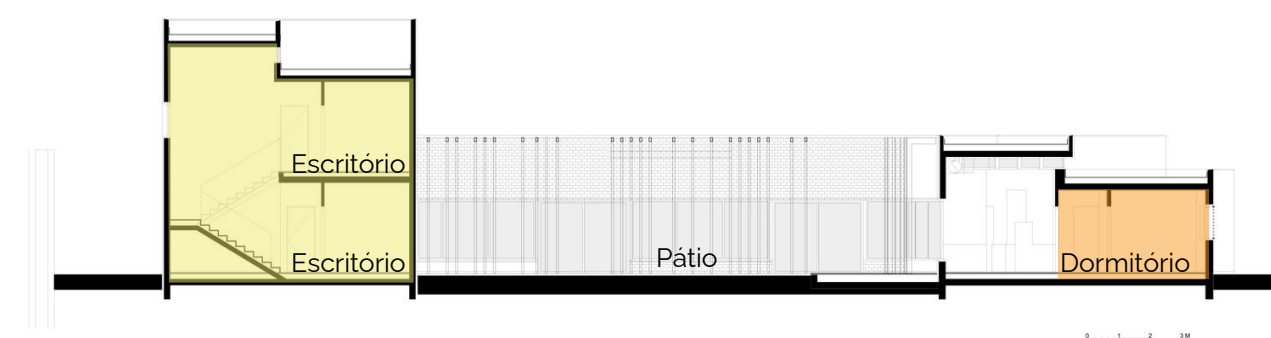


Figura 21: Corte do Abrigo para Vítimas de Violência Doméstica / Amos Goldreich Architecture + Jacobs Yaniv Architects
Fonte: Archdaily, 2018. Modificado pela autora.

Como mencionado anteriormente, o pátio central é, então, o responsável pela conexão entre os demais setores e ambientes. O setor administrativo verticalizado serve como barreira visual do observador da sua e os dormitórios funcionam como “mini residencias”.

Portanto, a Casa Abrigo possui vários pontos relevantes para o projeto, são alguns deles: o jardim como ponto essencial e principal do projeto, oferece espaços de apoio social, projetado com o intuito de trazer a sensação de segurança para as abrigadas e suas famílias, possui uma planta que é, de um modo geral, bem definida e setorizada.

estudo de caso / mozhi, the house of conversations

FICHA TÉCNICA	
Localização	Kerala, Índia
Arquitetura	ARK Architecture Studio
Arquitetos responsáveis	Ar. Rahul Kumar and Ar. Malavika Mahesh
Área	205 m²
Ano do Projeto	2023

Mozhi é uma casa feita de terra, alma, interações e elementos espaciais. Após compreender o padrão de vida dos usuários, o escritório buscou, através do projeto, proporcionar diversos espaços de conversas e interações de maneira integrada. O conceito está, então, em trazer a vernaculidade do local para o projeto. O edifício incorporou, portanto, elementos que vão desde elementos espaciais como *thinnaish* (contíguos à estrada) até elementos de design como portas em arco, sem diferir do tecido urbano. (Volume Zero, 2023)

Aberturas zenitais foram inseridos no projeto para alterar a qualidade térmica, bem como a conectividade intangível dos interiores. A paleta de materiais terrosos e quentes, complementada por padrões de azulejos *athangudi*, é usada em todo o interior desta residência, de maneira a remeter a cultura local. (Volume Zero, 2023)

Tabela 07: Ficha Técnica Mozhi, The House of Conversations.
Fonte: Elaborado pela autora.



Figura 22: Fachada e ambientes internos.
Fonte: Volume Zero, 2023.



Figura 23: Sacada.
Fonte: Volume Zero, 2023.

A importância do estudo de caso para a pesquisa se dá, portanto, na preocupação do projeto com as influências construtivas do local em relação a: materialidade, aos traços, cobertura, cores, texturas, revestimentos, entre diversos outros fatores relacionados a cultura da cidade que foram cruciais para as definições do conceito do projeto.

Destarte,, por se tratar de uma instituição de carácter social, a Casa Abrigo Acolher trará concepções de uma arquitetura vernacular, tanto do ponto de vista estético quanto funcional, assim como o estudo apresentado, a fim de promover um ambiente em que as vítimas se sintam acolhidas e, principalmente, "em casa", assemelhando-se, ainda, as edificações do entorno.

projeto

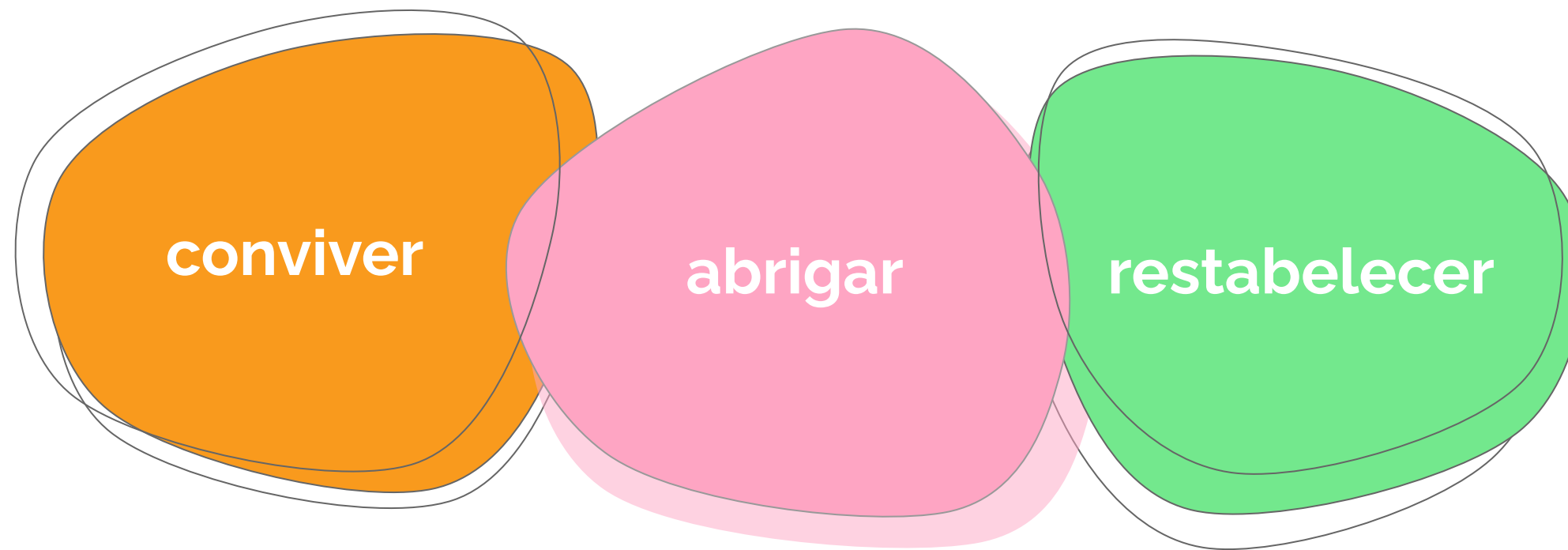
/partido arquitetônico
/escolha do terreno
/estudo preliminar

projeto / partido arquitetônico

O projeto da Casa Abrigo "Acolher" tem como objetivo principal proporcionar um espaço seguro e acolhedor para mulheres em situação de vulnerabilidade, que sofreram violência doméstica ou de gênero, destinado principalmente àquelas que estão sob risco de morte. O conceito por trás desse projeto vai além de apenas oferecer abrigo temporário, busca restabelecer essas mulheres na sociedade e promover espaços de convivência que favoreçam seu empoderamento e recuperação emocional.

A intenção do projeto é promover uma arquitetura de forma a garantir a privacidade e a

autonomia das moradoras, respeitando suas individualidades e necessidades específicas. Além disso, o espaço, visa à renovação da vida das mulheres ali recebidas. Através de espaços de convivência acolhedores, terapias, atividades de desenvolvimento pessoal e cuidados especiais, busca-se promover o fortalecimento, a reintegração na sociedade e a construção de um futuro livre de violência e cheio de oportunidades. O objetivo principal do projeto é, portanto, acolher essas mulheres em todas as esferas supracitadas através de espaços de abrigo, convivência e de trabalho, com a finalidade de restabelecê-las em sociedade de maneira digna e eficaz.



- O partido arquitetônico da casa Acolher, portanto, tem como principais pilares os conceitos "acolher", "conviver" e "restabelecer", e a partir dele será desenvolvido o
- estudo preliminar, e anteprojeto da Casa Abrigo Acolher. Os espaços serão pensados de maneira a proporcionar segurança garantindo a privacidade e autonomia das
- moradoras.

projeto / partido arquitetônico

Os ambientes do projeto foram pensados e divididos em 4 instâncias: organizar, conviver, restabelecer e abrigar. Estabelece-se, portanto, todos os espaços que tem como finalidade a administração da casa na instância “organizar”, sendo dividida em 3 setores: setor administrativo, apoio aos servidores e serviços. Já na categoria “conviver” encontram-se todos aqueles espaços de livre circulação dos abrigados e dos funcionários, destinados ao lazer, ao bem-estar e ao cuidado das mulheres e de seus filhos, estão nesse setor: espaços de convivência e de apoio.

ORGANIZAR
SETOR ADMINISTRATIVO
recepção
coordenação
sala administrativo
sala de depósito de doações
sala de espera
APOIO SERVIDORES
cozinha
despensa
sala de convívio
w.c fem./masc.
SERVIÇOS
psicossocial
enfermaria
sala de aula para crianças
sala de aula para adolescentes

Já na esfera restabelecer, estão propostos ambientes que tem por finalidade receber profissionais que auxiliem na profissionalização dessas mulheres. Por fim, à instância abrigar está atribuído o abrigo onde serão oferecidos ambientes de descanso seguros e aconchegantes.

Síntese dos espaços propostos:

CONVIVER	
APOIO	ESPAÇOS DE CONVIVÊNCIA
lavanderia	brinquedoteca
cozinha	sala de tv
depósito	parquinho
despensa	refeitório
lactário	academia
horta	jardim
w.c feminino	área de jogos
w.c masculino	área de convívio

REESTABELECECER	ABRIGAR
PROFISSIONALIZAÇÃO	ABRIGO
sala de aula	dormitórios
sala de artesanato	banheiros individuais

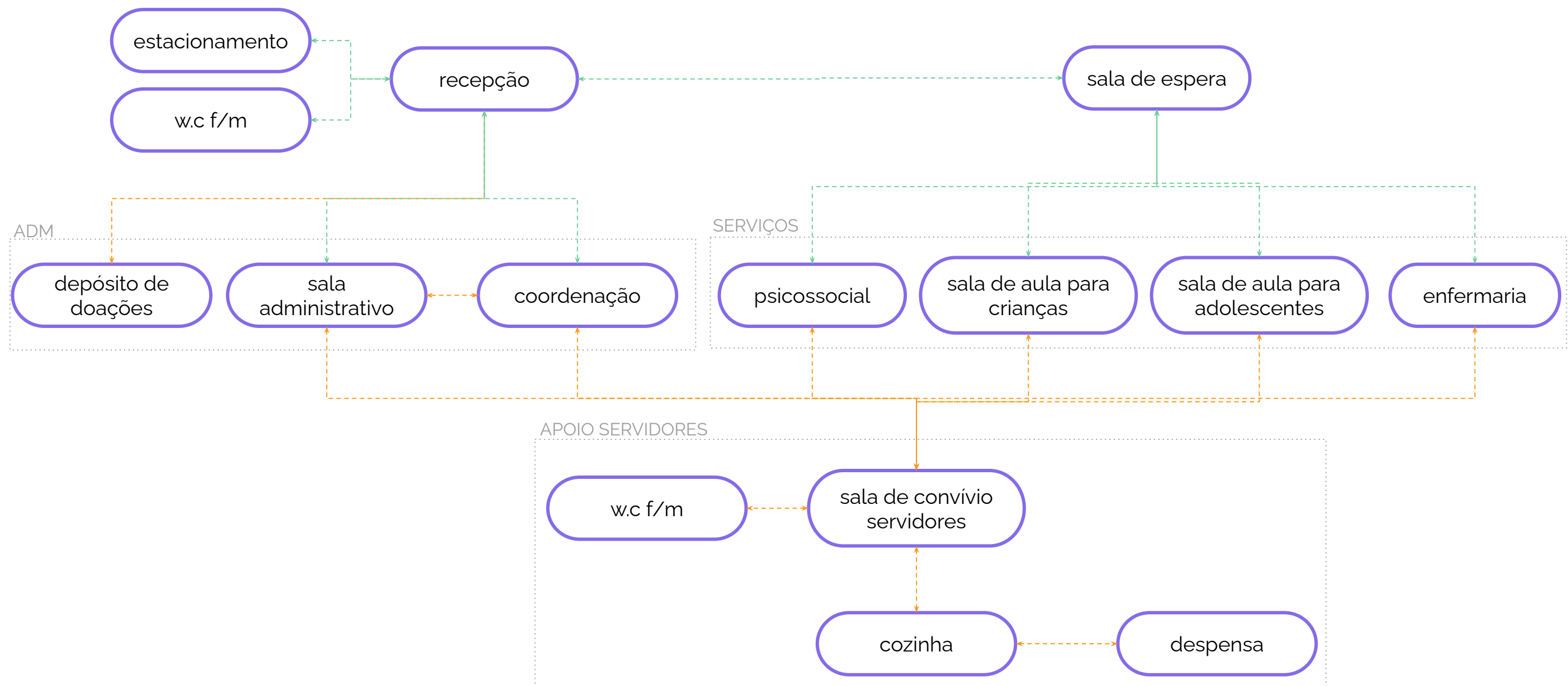
A princípio, foi então pensado um setor administrativo onde seriam estabelecidos espaços destinados à coordenação e organização da casa, além de serviços como: enfermaria, salas de aula e psicossocial.



Figura 24: Organograma Setor Administrativo
Fonte: Elaborado pela autora.

ADMINISTRAÇÃO	
psicossocial	A sala psicossocial é um espaço destinado à um profissional que realizará: orientações as abrigadas sobre as regras do acolhimento, preenchimento de fichas de entrada, apoio e orientação dos coordenadores, atendimentos psicossociais individuais e em grupo quando necessário. Será, portanto, um ambiente com mesa, cadeiras, armários e todos os equipamentos necessários para atendimentos.
salas de aula	As salas de aula são destinadas ao acompanhamento escolar dos abrigados, já que, por medidas de segurança, durante o período de abrigamento eles não podem frequentar a escola. Será, portanto, um espaço com lousa, mesas, cadeiras, livros, armários e brinquedos (quando necessário).
enfermaria	Espaço destinado a consultas médicas (em casos de urgência), armazenamento de medicamentos e receitas médicas das abrigadas. Contará, então, com maca, armários, mesa e cadeiras.

Tabela 09: Descrição dos espaços do setor administrativo.
Fonte: Elaborado pela autora.



O fluxograma do setor administrativo organiza-se na setorização dos espaços: setor administrativo, de serviços e de apoio aos servidores. Além disso fica evidente também os acessos que serão exclusivos dos funcionários (em vermelho) e aqueles que serão também dos abrigados (em verde).

←- - - - -> acesso exclusivo dos funcionários
 ←- - - - -> acesso dos funcionários e abrigados

projeto / **partido arquitetônico** / convívio, profissionalização e abrigo

A intenção do projeto é promover, através de um jardim central, a integração dos espaços de convivência com o setor de profissionalização e também com o abrigo, de tal maneira que proporcione um ambiente acolhedor a todos os abrigados.

O setor de convívio contará com espaços destinados ao lazer e bem-estar dos abrigados, como: academia, sala de tv, brinquedoteca e parquinho, além de espaços que servirão de apoio para o setor de profissionalização e também para o abrigo, como: cozinha, lavanderia, horta, banheiros e depósitos.

Já o setor de profissionalização foi pensado com o intuito de servir como um centro educativo para as abrigadas com aulas de artesanato, de educação financeira e culinária. E por fim, o setor de abrigo seria um espaço mais íntimo com dormitórios e banheiros individuais para cada família. Nesse viés, foram propostos os seguintes espaços:



Figura 25: Organograma setor de apoio e convívio.
Fonte: Elaborado pela autora.

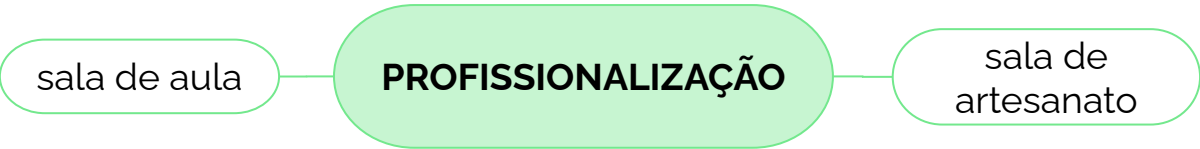


Figura 26: Organograma setor de profissionalização.
Fonte: Elaborado pela autora.



Figura 27: Organograma setor de profissionalização.
Fonte: Elaborado pela autora.

PROFISSIONALIZAÇÃO	
sala de aula	Será um espaço destinado à aulas de educação financeira, contabilidade, etc. Será, portanto, um ambiente com mesa, cadeiras e lousa.
sala de artesanato	Será uma sala destinada para execução de artesanatos de uma modo geral. Serão oferecidos equipamentos de costura, crochê, pintura, etc.

Tabela 10: Descrição dos ambientes do setor de profissionalização.
Fonte: Elaborado pela autora.

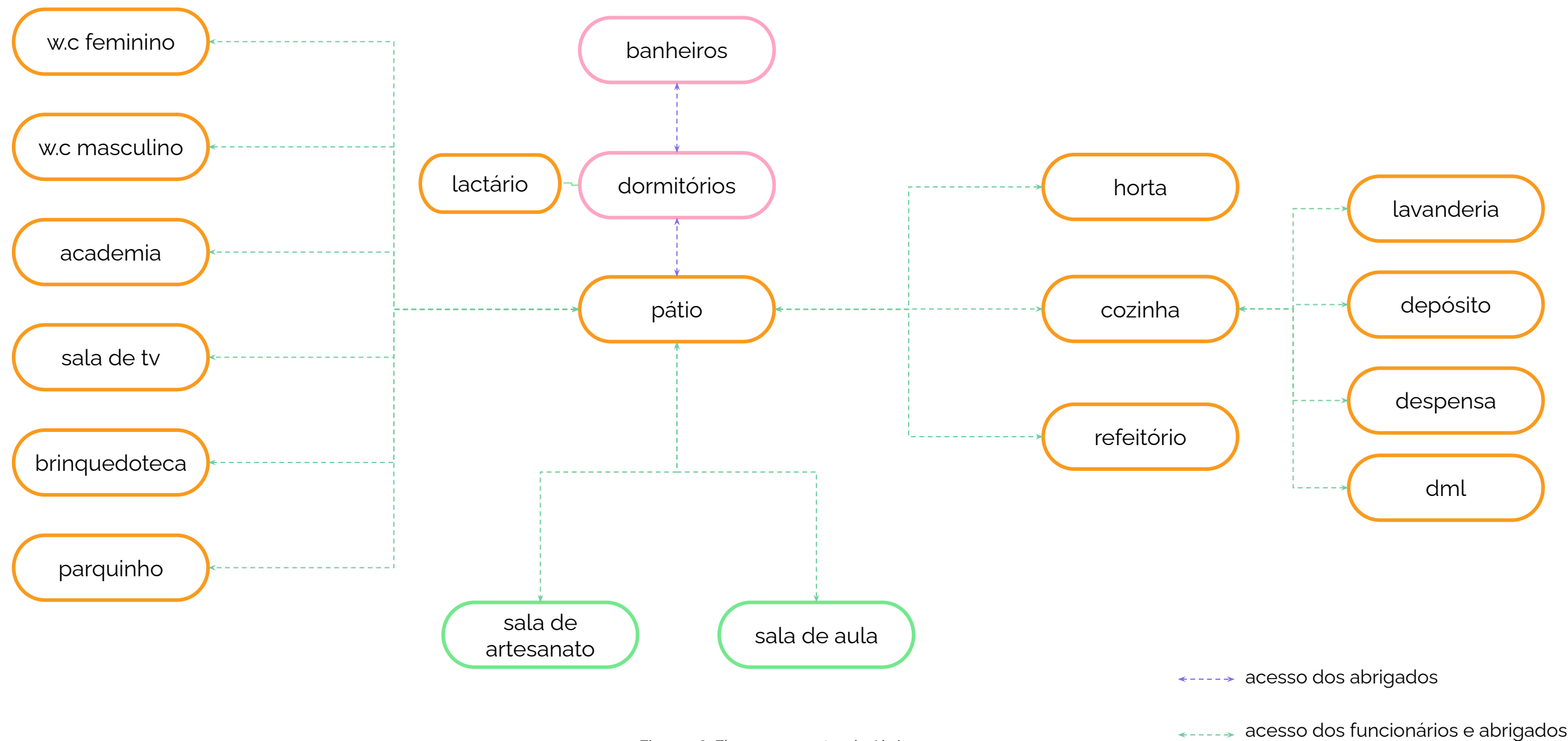


Figura 28: Fluxograma setor de Abrigo.
Fonte: Elaborado pela autora.

O fluxograma organiza-se, portanto, na setorização dos espaços. Foi estabelecido um jardim como ponto nodal do projeto, estabelecendo a conexão entre os espaços de convívio, apoio, profissionalização e abrigo. Os acessos desse setor são dados de modo geral de uma maneira livre, onde as abrigadas terão liberdade de ir e vir promovendo, dessa maneira, a integração e convívio entre as internas.

Conclui-se, portanto, que a Casa Acolher é fundamental para a quebra das relações hierárquicas que contextualizam a desigualdade de gênero e que são os principais motivos da dominação e da opressão sofridas pelas mulheres vítimas de violência doméstica.

Para a escolha da localização da casa abrigo Acolher foram estabelecidos os seguintes parâmetros:

Segurança

Ao escolher a localização do abrigo buscou-se o distanciamento da vítima em relação ao agressor e um local onde elas se sentissem protegidas.

Acessibilidade

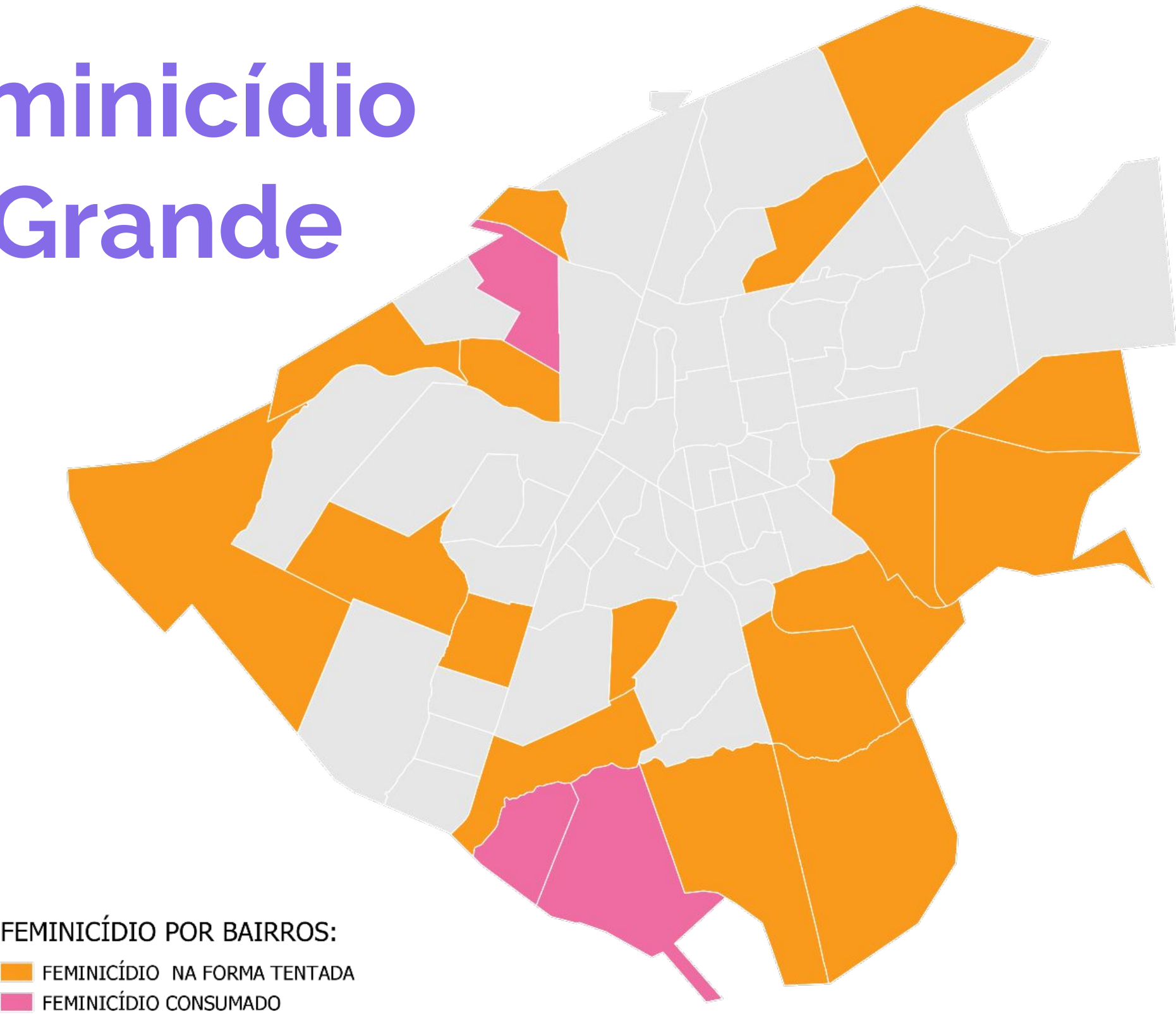
Local facilmente acessível para as vítimas em situação de emergência, com uma hierarquia viária e acesso ao transporte público adequados.

Assistência

Proximidade com assistências como: apoio jurídico, serviços de saúde e educação.

Mapa do feminicídio em Campo Grande

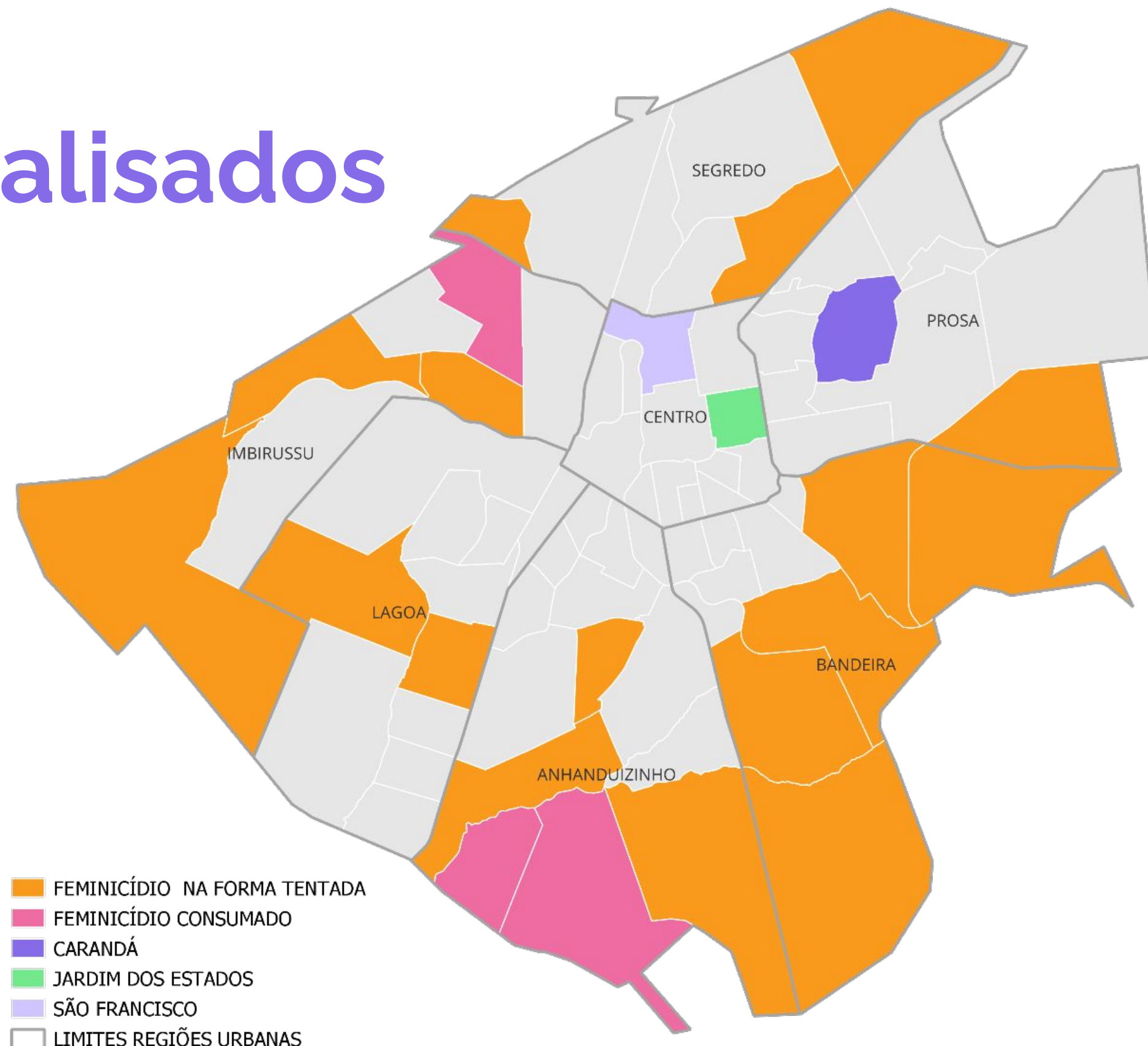
Para determinar, portanto, a melhor região para localização da Casa Abrigo Acolher, empregou-se a análise dos registros de feminicídios em Campo Grande durante o período de janeiro de 2021 a abril de 2022, conforme documentado pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública do Mato Grosso do Sul. Buscou-se, então, por bairros que estivessem distantes dessas estatísticas, com o intuito de proporcionar uma maior segurança para a vítima que buscar abrigo na instituição.



FONTE:SEJUSP-MS.
Sistema de projeção UTM. Datum Sirgas 2000. Zone 21S.
Base Cartográfica: Prefeitura Municipal de Campo Grande, 2023.
Elaborado pela autora.

Terrenos analisados

Foram selecionados, então, 3 terrenos em 3 bairros distintos 2 deles localizados na região urbana do centro de Campo Grande e um na região do Prosa. Onde foram realizadas visitas técnicas para análise e estudo de viabilidade de implantação do estudo no local.



0 2,5 5 km

FONTE:SEJUSP-MS.
Sistema de projeção UTM. Datum Sirgas 2000. Zone 21S.
Base Cartográfica: Prefeitura Municipal de Campo Grande, 2023.
Elaborado pela autora.

Terrenos analisados

Ao realizar a visita técnica observou-se que o terreno localizado no bairro São Francisco contava com uma instituição religiosa, uso que atrai um grande fluxo de pessoas, indo contra, portanto, o conceito do projeto, onde a intenção é proporcionar à vítima a sensação de acolhimento e segurança, sem muitos olhares da sociedade externa voltados à casa. Nesse mesmo viés, o terreno do bairro Jardim dos Estados, que possui em seu entorno edifícios verticalizados em que o usuário teria visibilidade das acomodações internas do projeto.

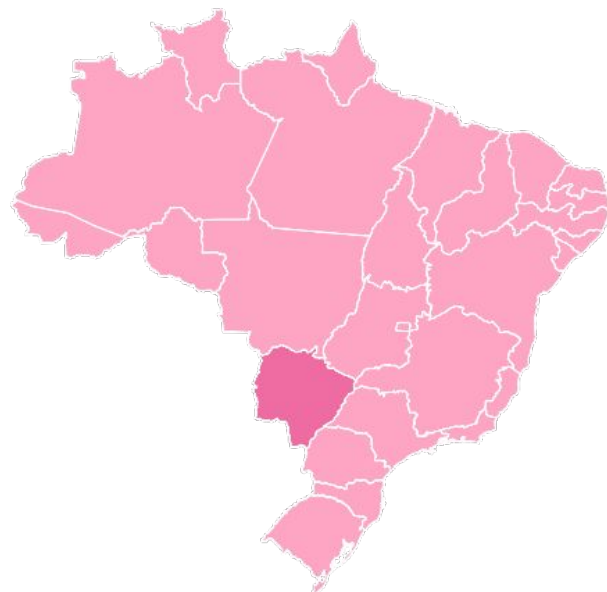


Figura 29: Terreno Bairro São Francisco.
Fonte: Elaborado pela autora.

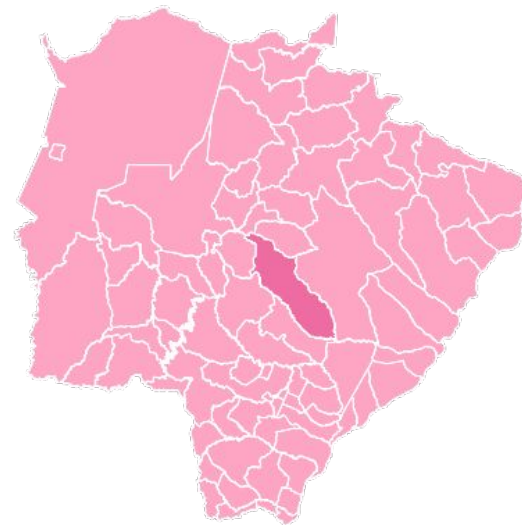


Figura 30: Terreno Bairro Jardim dos Estados.
Fonte: Elaborado pela autora.

Terreno escolhido - localização



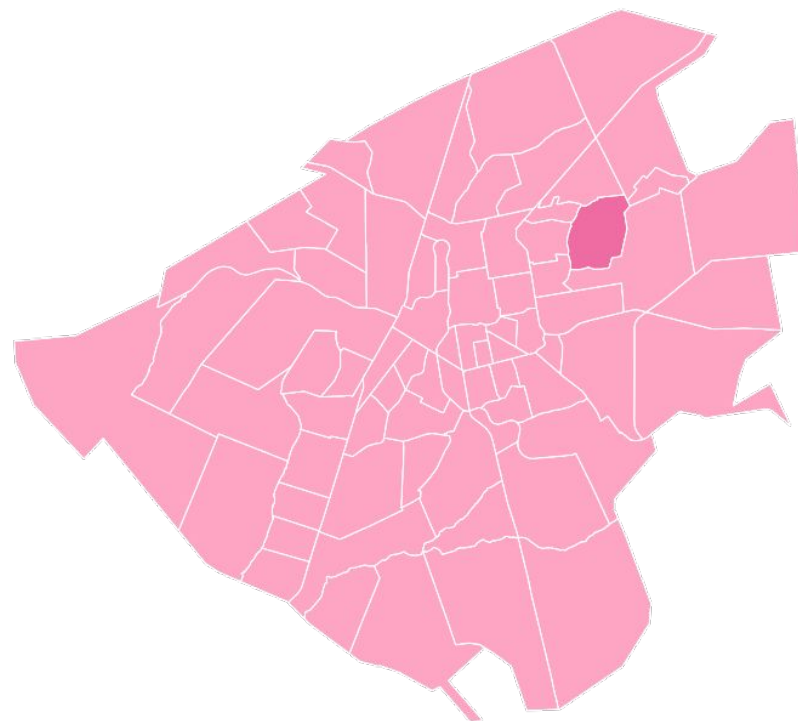
Mapa do Brasil com destaque para
Mato Grosso do Sul



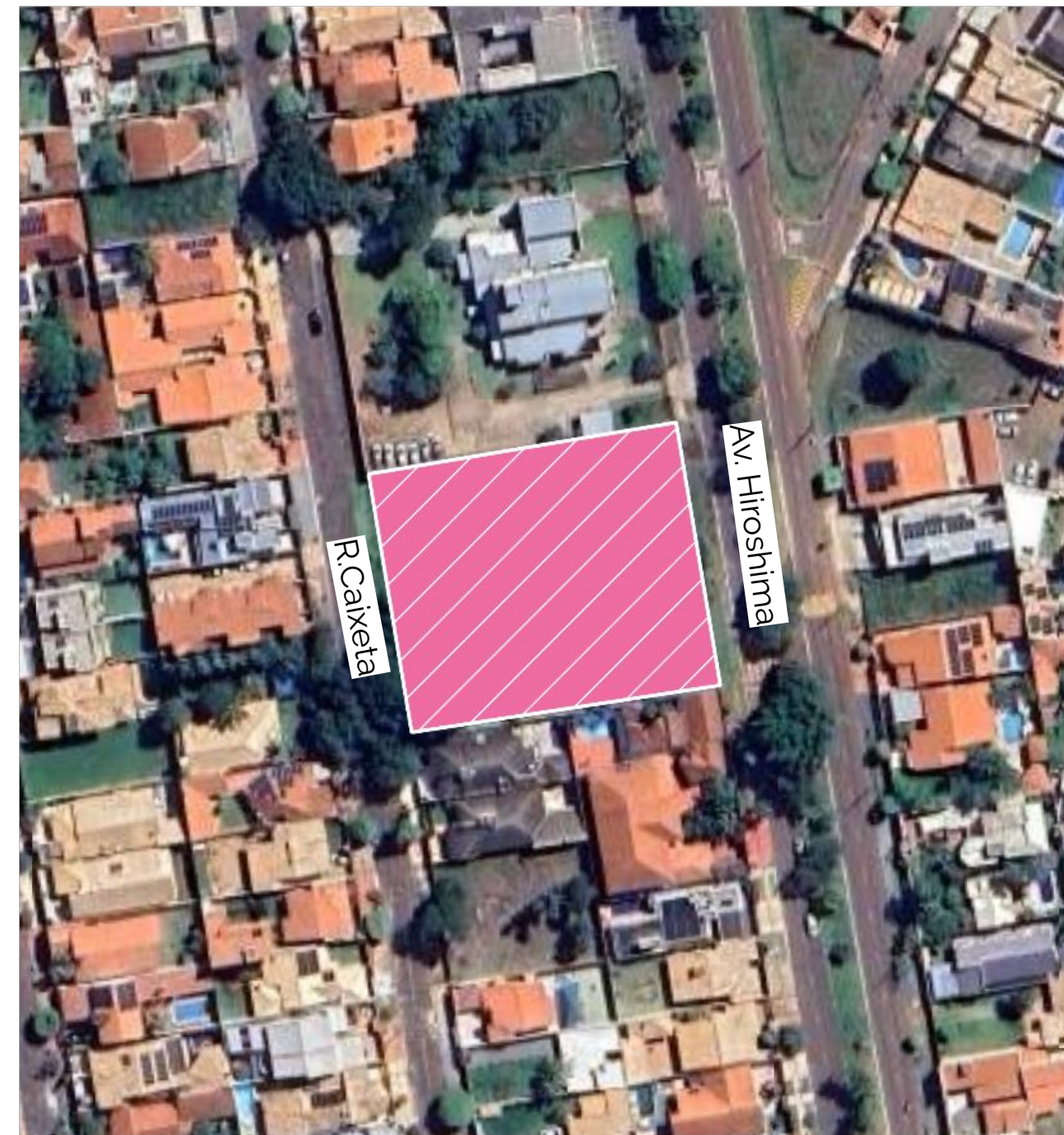
Mapa do estado do Mato Grosso do Sul com
destaque para Campo Grande



Município de Campo Grande com
destaque para o perímetro Urbano



Perímetro urbano de Campo Grande com
destaque para o bairro Carandá



0 10 20 m

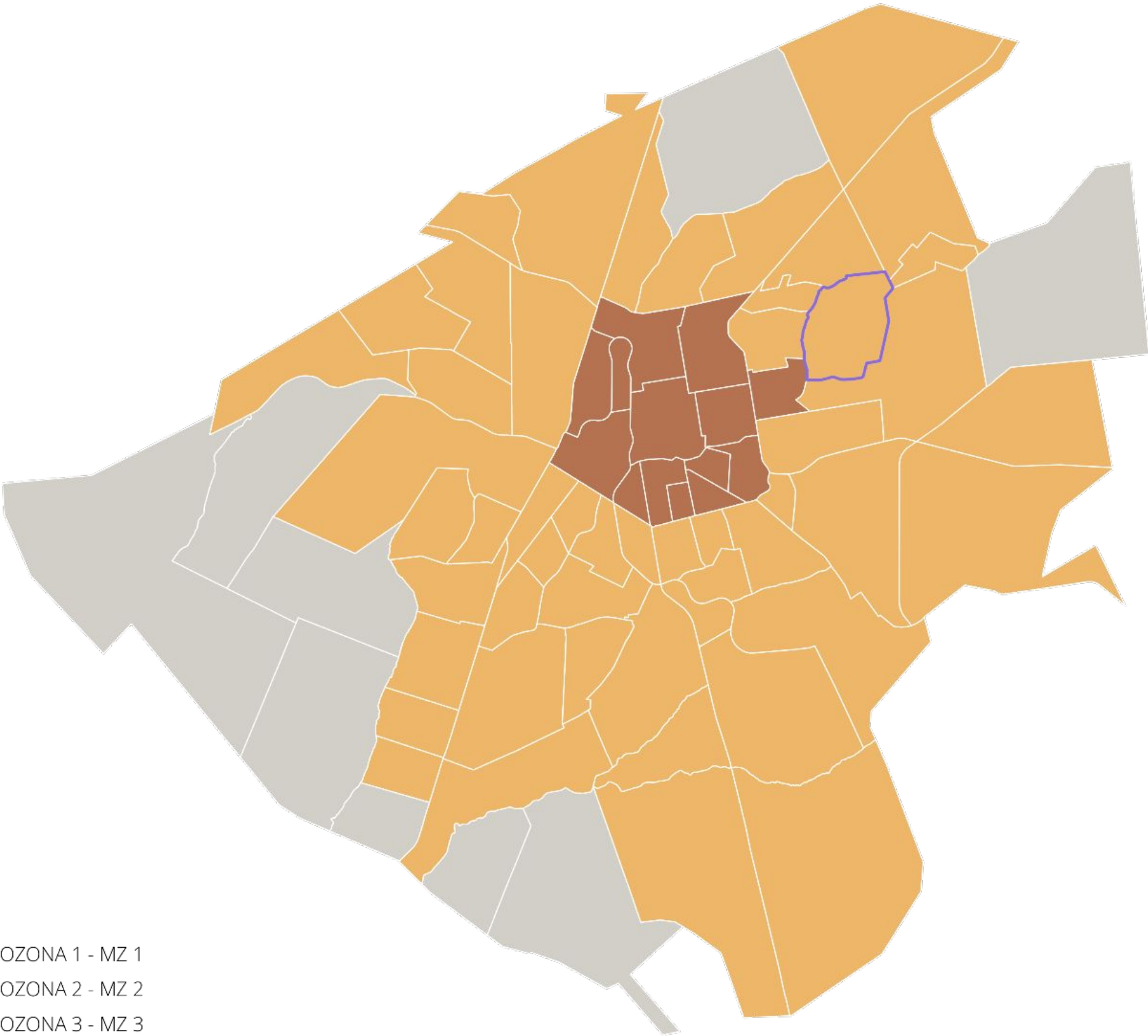
FONTE: Sistema de Projeção UTM, Datum SIRGAS 2000, ZONE 21S.
Base Cartográfica: Prefeitura Municipal de Campo Grande, 2023.
Elaborado pela autora.

Macrozona

O bairro ao qual o terreno se encontra está localizado na Macrozona 2 de acordo com a Lei Complementar n.341, de 4 de dezembro de 2018, onde prevê o adensamento populacional, a ocupação de áreas e lotes vazios ou subutilizados, a implantação de programas habitacionais bem como o aproveitamento do solo para diretrizes voltadas à habitação.

- MACROZONA 1 - MZ 1
- MACROZONA 2 - MZ 2
- MACROZONA 3 - MZ 3
- BAIRRO OBJETO DE ESTUDO: CARANDÁ

0 2,5 5 km



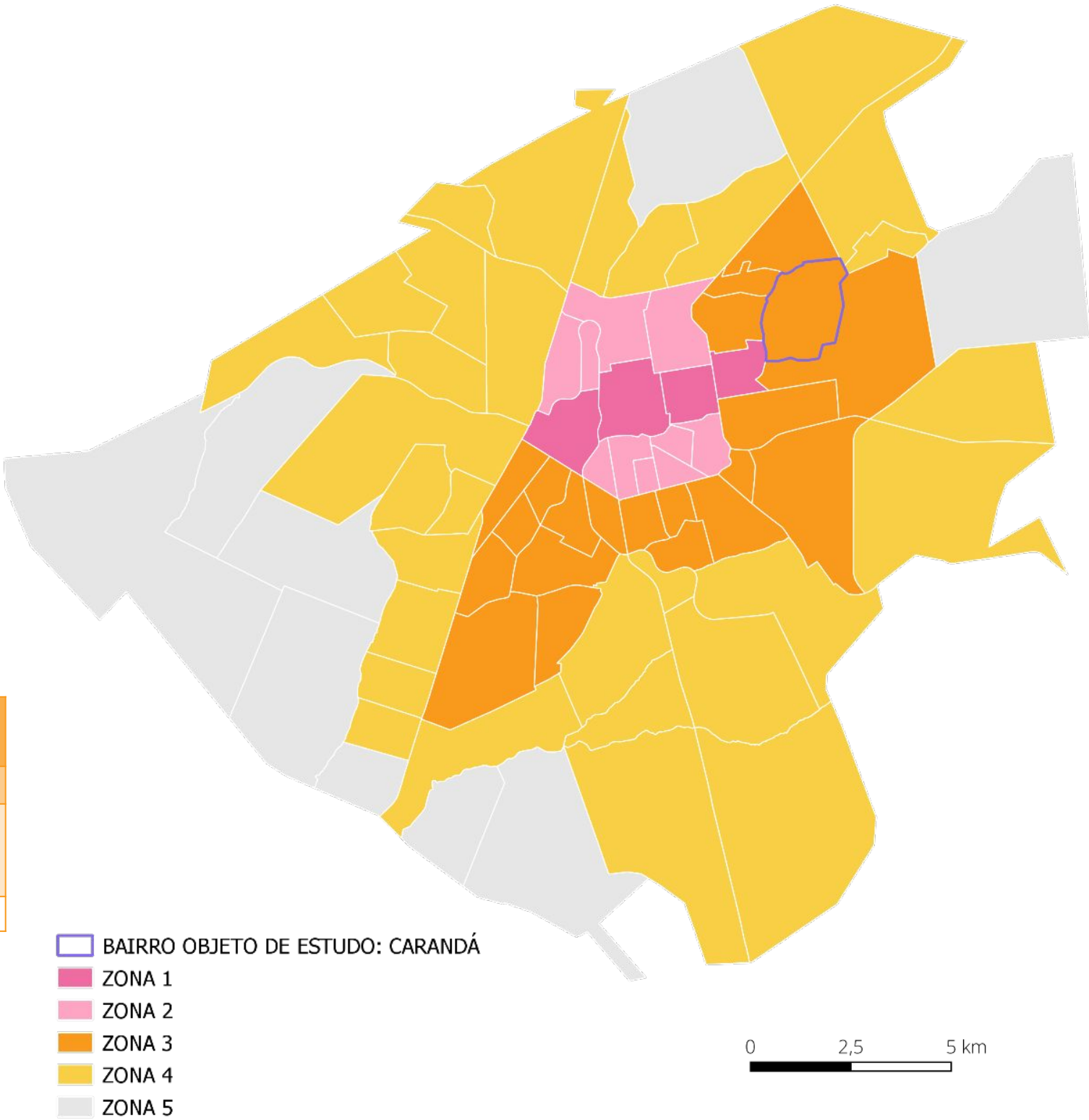
FONTE: Sistema de projeção UTM. Datum Sirgas 2000. Zone 21S.
Base Cartográfica: Prefeitura Municipal de Campo Grande, 2023.
Elaborado pela autora.

Zona Urbana

A zona urbana do bairro definida pela Lei Complementar n.341, de 4 de dezembro de 2018 é a Zona Urbana 3 - Z3. As informações das tabelas são provenientes do Anexo 8.1 e 8.2. Nesse viés utilizamos como base as informações explícitas nas tabelas para elaboração da pesquisa.

ANEXO I - LEI COMPLEMENTAR 341/2018 - ANEXO 8.2 - ÍNDICES E INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS				
ÍNDICES E INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS APLICÁVEIS À ZONA E EIXO DE ADENSAMENTO				
TAXA DE OCUPAÇÃO	COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO MÍNIMO	COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO BÁSICO	COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO - MÁXIMO	ÍNDICE DE ELEVação
0,5	0,1	2	4	4

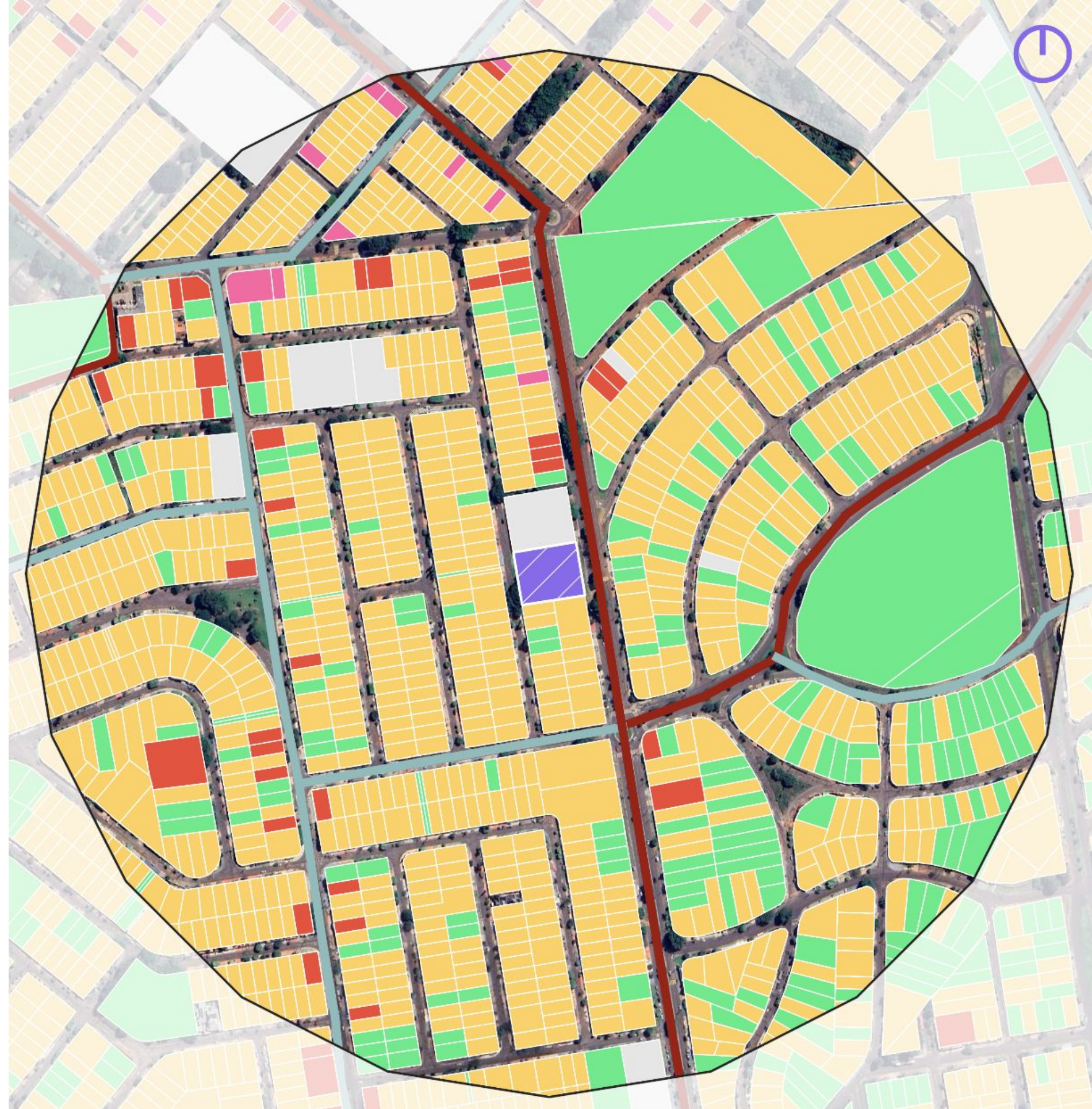
ANEXO I - LEI COMPLEMENTAR 341/2018 - ANEXO 8.2 - RECUOS MÍNIMOS	
RECUOS MÍNIMOS	
FRENTE	LATERAL E FUNDO
IE>2 - 5m	IE até 2 - livre IE>2 - h/4



FONTE: Sistema de projeção UTM. Datum Sirgas 2000. Zone 21S.
Base Cartográfica: Prefeitura Municipal de Campo Grande, 2023.
Elaborado pela autora.

Uso do solo e hierarquia viária

Observa-se, através do mapa, que a região é bastante consolidada, além de ser majoritariamente residencial. o que auxilia na descrição da instituição quando comparada com o entorno. Além disso, a existência de alguns comércios e serviços na região proporcionam, também, um movimento moderado de pessoas, tornando a região mais segura. Por fim, a via arterial na fachada leste do terreno facilita o acesso ao abrigo em casos emergenciais.



Uso do solo e hierarquia viária:

COMÉRCIO E SERV.	TERRITORIAL
MISTO	ARTERIAL
PÚBLICO	COLETORA
RESIDENCIAL	TERRENO

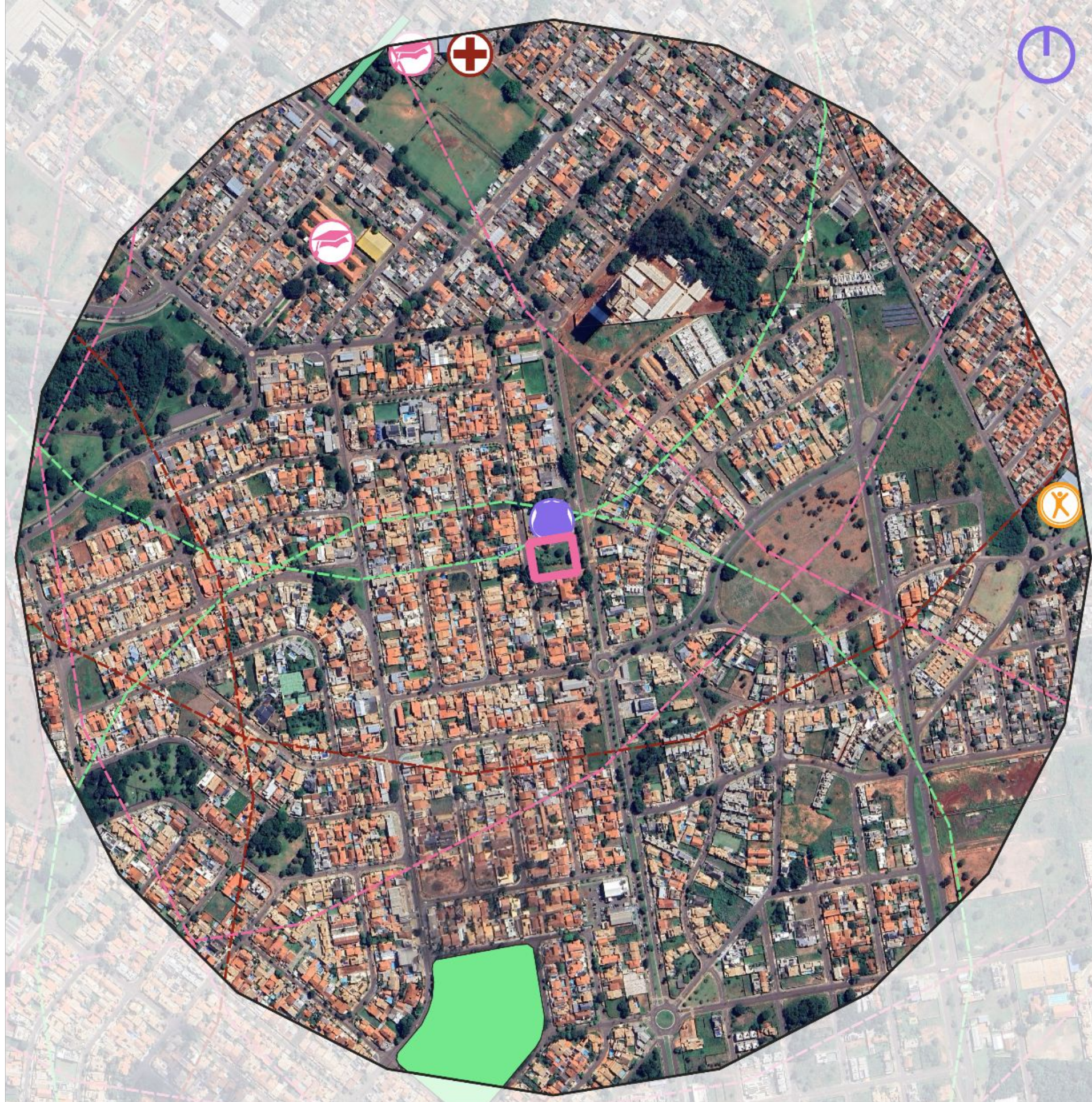
0 50 100 m

FONTE: Sistema de Projeção UTM, Datum SIRGAS 2000, ZONE 21S.
Base Cartográfica: Prefeitura Municipal de Campo Grande, 2023.
Elaborado pela autora.

Equipamentos comunitários

Para análise dos equipamentos comunitários que atendem o terreno foi adotado os Raios de Abrangência da Prefeitura de Goiânia, ANEXO XII da Lei Complementar N° 171 de 26 de junho de 2007 de Equipamentos Públicos Comunitários.

Pode-se observar através do mapa que o terreno é atendido por equipamentos de segurança, saúde, educação, lazer e assistência social (CRAS), possui, portanto, todos os recursos necessários à instituição.



UBS



CRAS

FEIRA LIVRE

PRAÇA



DELEGACIA



ESCOLAS

TERRENO EM ESTUDO

0 50 100 m

FONTE: Sistema de Projeção UTM, Datum SIRGAS 2000, ZONE 21S.
Base Cartográfica: Prefeitura Municipal de Campo Grande, 2023.
Elaborado pela autora.

Transporte

Para análise do transporte público próximo ao terreno objeto de estudo (assinalado em laranja no mapa) foi utilizado um raio de abrangência de 500m, adotado do Plano Diretor da Prefeitura de Goiânia, ANEXO XII da Lei Complementar N° 171 de 26 de junho de 2007 de Equipamentos Públicos Comunitários.

Através do mapa é possível perceber que apesar de não haver linhas de ônibus limítrofes ao terreno a região é bem atendida, sendo que o ponto mais próximo do abrigo está a uma distância de 250m.



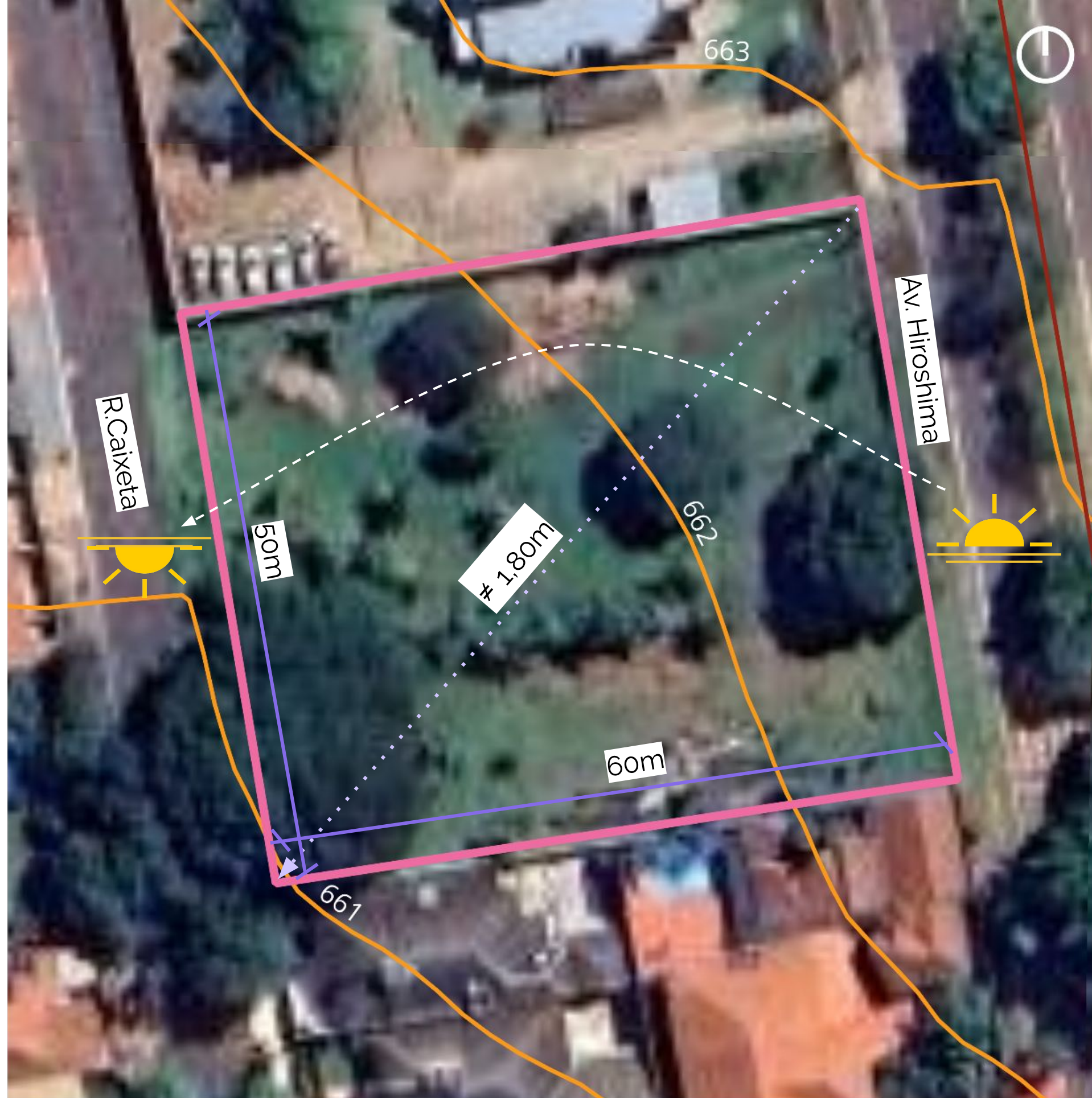
- BAIRRO OBJETO DE ESTUDO: CARANDÁ
- PONTO DE ÔNIBUS
- 072
- 202 230 498
203 232 526
205 290
206 291

FONTE: Sistema de Projeção UTM, Datum SIRGAS 2000, ZONE 215.
Base Cartográfica: Prefeitura Municipal de Campo Grande, 2023.
Elaborado pela autora.

o terreno

O terreno em estudo possui uma área de 3100m^2 , conta com duas frentes, uma posicionada a leste do terreno para a Av. Hiroshima, se tratando de uma via arterial e outra para a Rua Caixeta, via local.

Em relação a planialtimetria, o terreno possui um declive de $1,80\text{m}$ do ponto mais alto, localizado na Av. Hiroshima, ao ponto mais baixo do terreno (Rua Caixeta).



- TERRENO EM ESTUDO
- VIA ARTERIAL
- CURVAS DE NÍVEL

Terreno em imagens



Figura 31: Entorno
Fonte: Autoral.



Figura 32: Frente - Via arterial
Fonte: Autoral.



Figura 33: Delegacia
Fonte: Autoral.

Terreno em imagens



Figura 34: Frente - Via local
Fonte: Autoral.



Figura 35: Frente - Via local.
Fonte: Autoral.

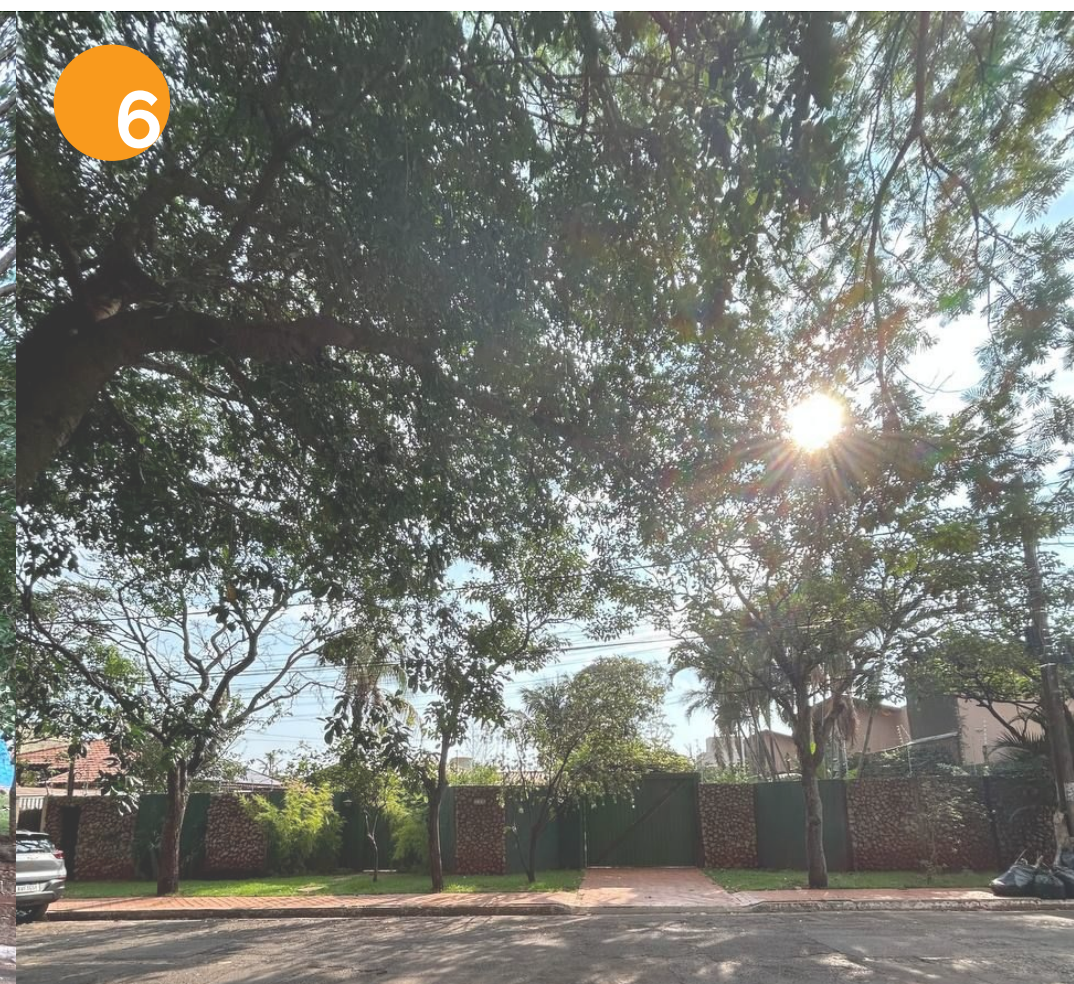


Figura 36: Vizinho
Fonte: Autoral.

Terreno em imagens



Figura 37: Fachada norte
Fonte: Autoral.



Figura 38: Fachada leste
Fonte: Autoral.

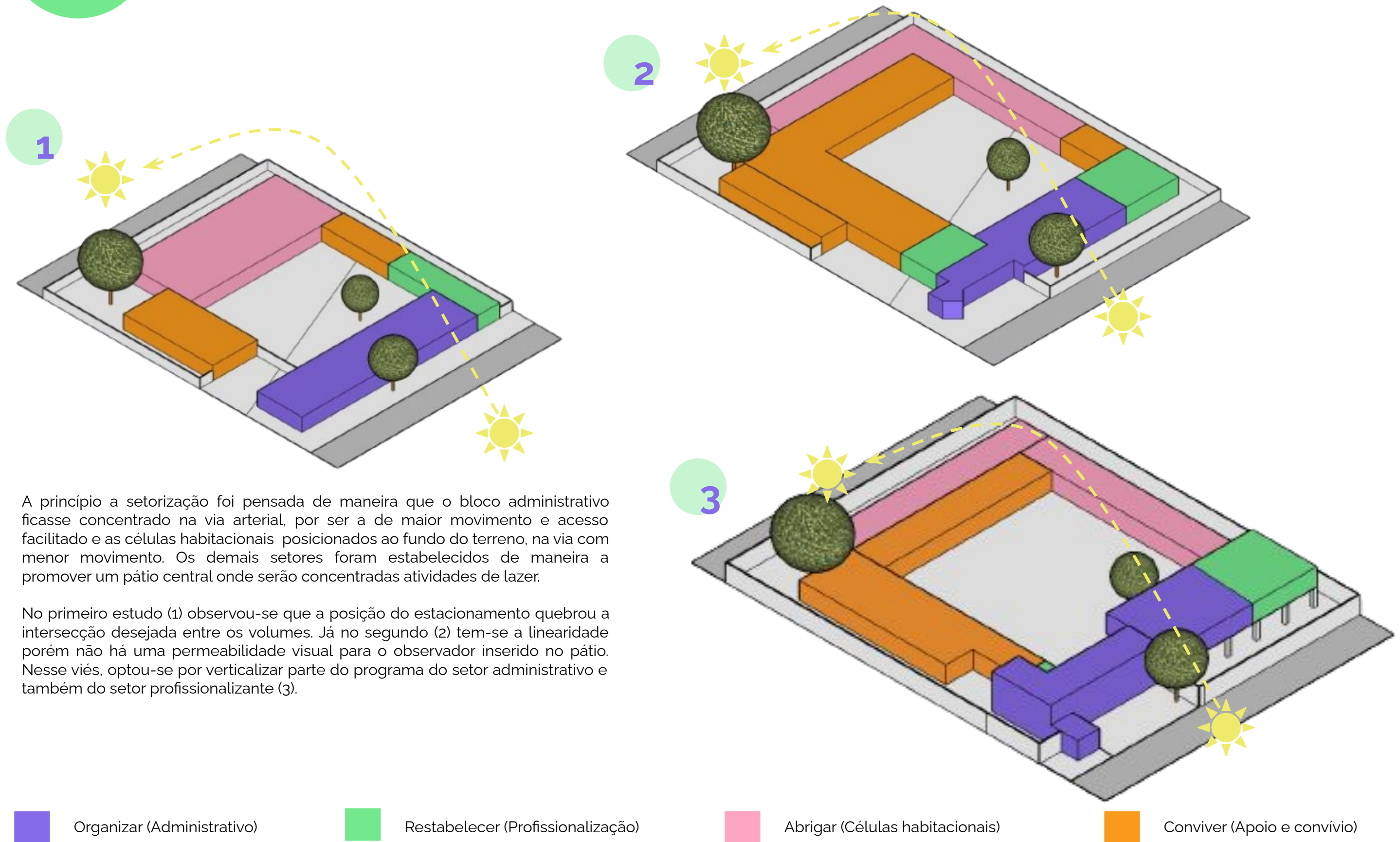


Figura 39: Fachada sul
Fonte: Autoral.



Figura 40: Fachada oeste
Fonte: Autoral.

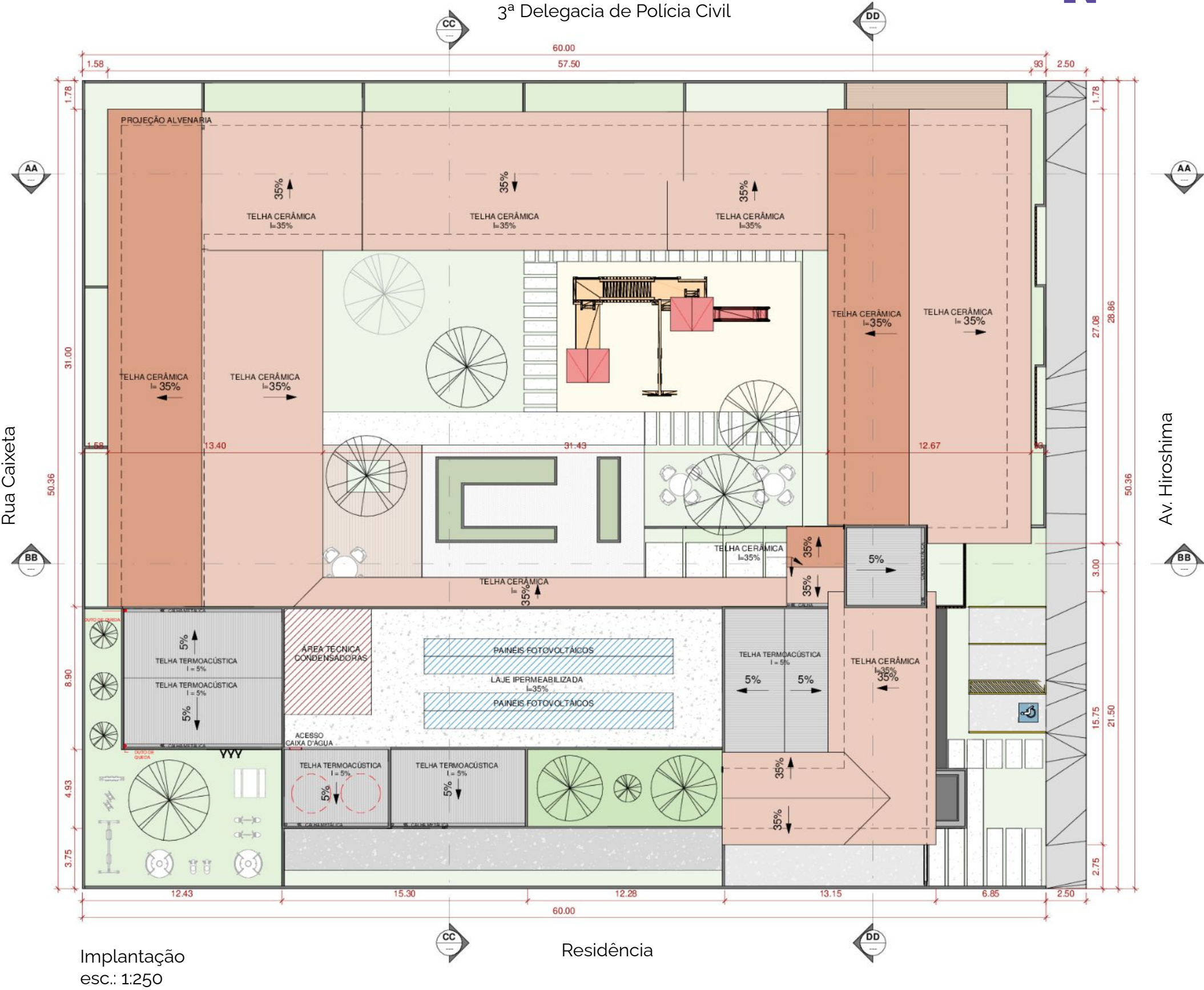
Estudo de volumes





EXIGIDO	ATINGIDO
ÁREA PERMEÁVEL	
25%	34.5%
ÍNDICE DE ELEVAÇÃO	
4	0,8
TAXA DE OCUPAÇÃO	
0,5	0,49

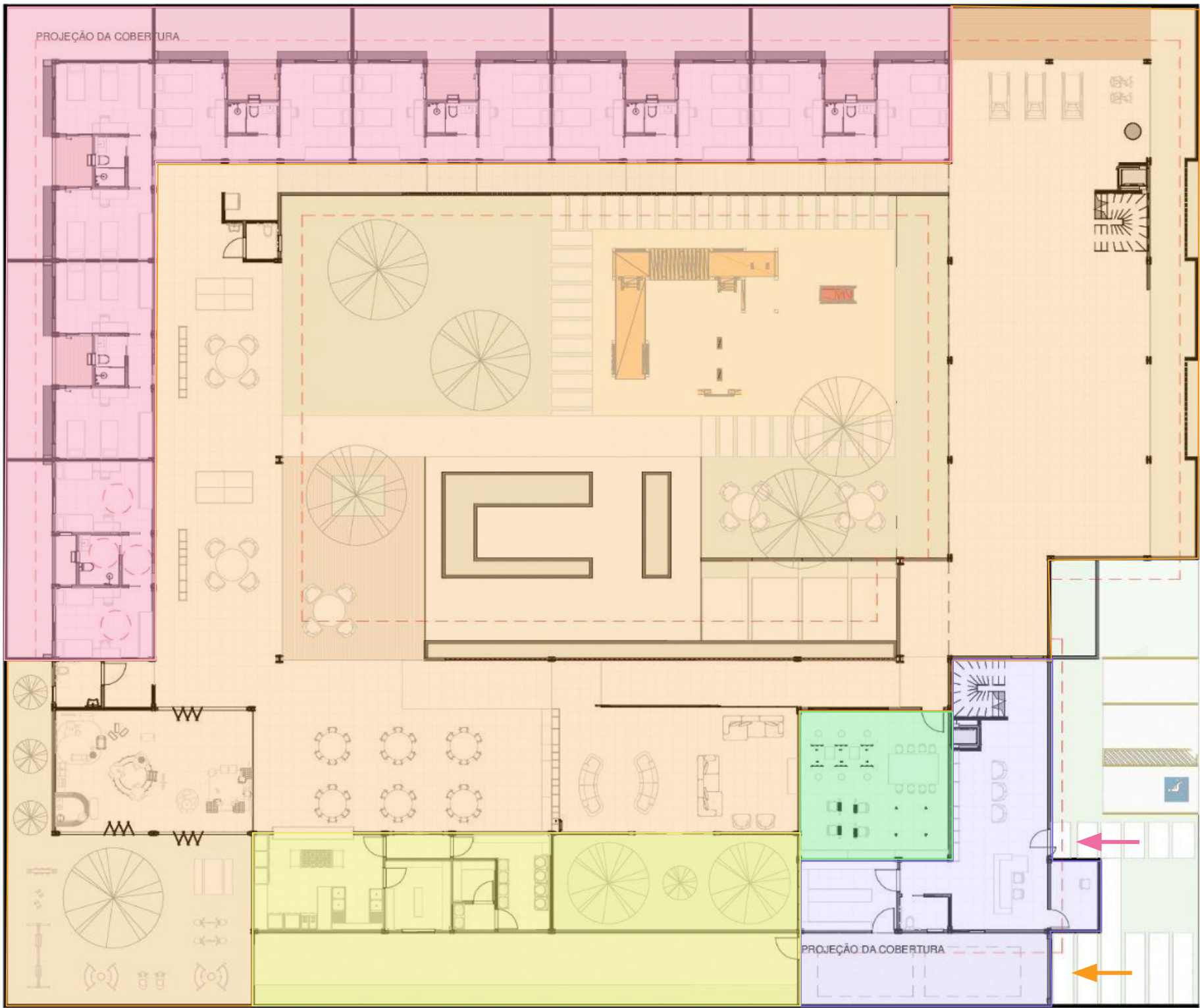
Área Construída: 1500m²





Os ambientes foram organizados de maneira setorizada, com a intenção de concentrar os espaços de convivência principalmente no centro do terreno. Paralelamente, foi planejado um centro administrativo voltado para a via arterial, visando facilitar o acesso ao empreendimento. Este centro administrativo está conectado ao setor de serviços permitindo um acesso mais restrito, direcionado para atividades internas.

As unidades habitacionais foram estrategicamente posicionadas nos cantos do terreno, em áreas mais tranquilas, proporcionando um ambiente íntimo e reservado. A partir dessa setorização foi possível criar uma distribuição equilibrada das funções do empreendimento, otimizando o espaço e tornando a movimentação das pessoas mais eficiente.



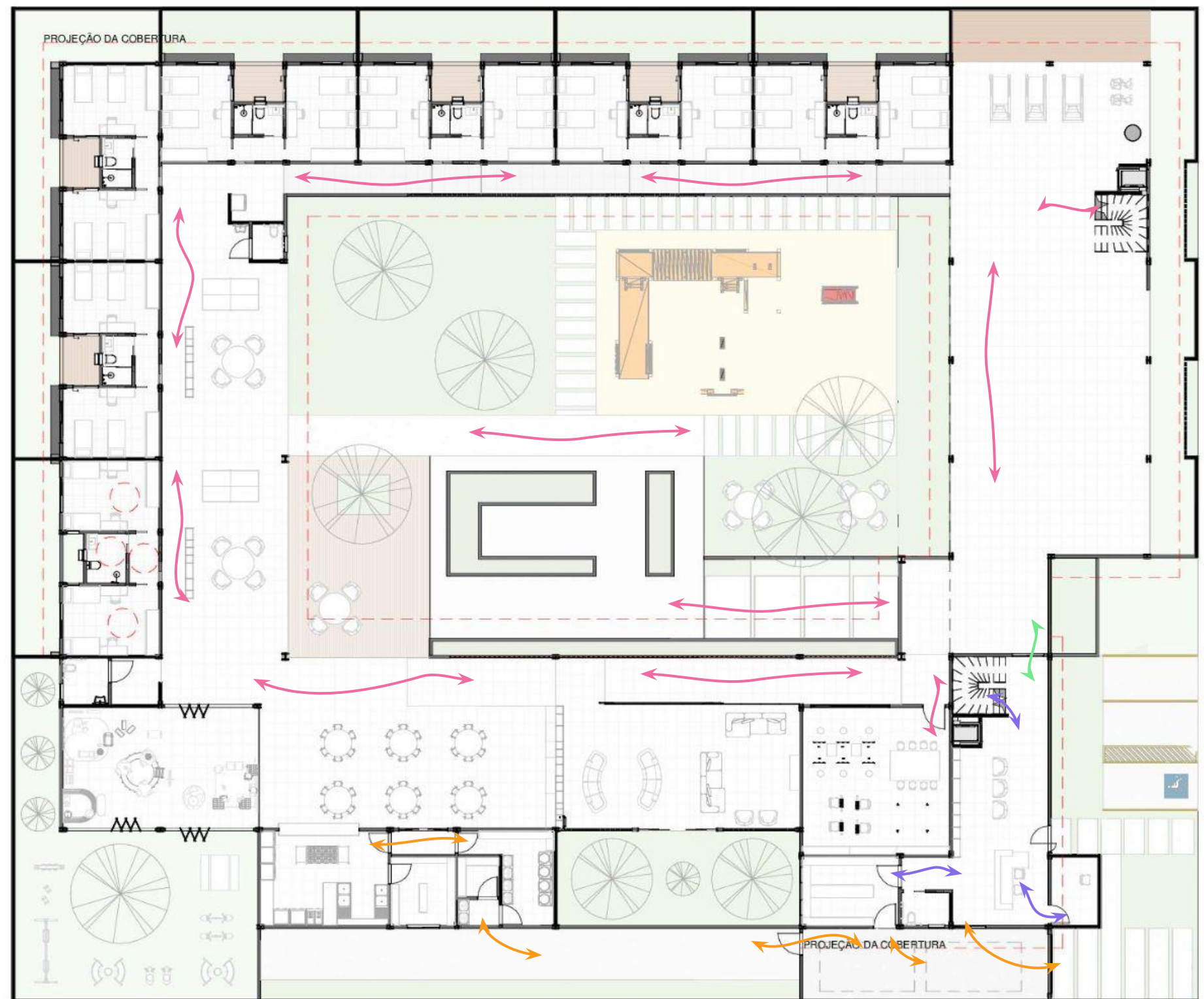
Pav. Térreo
esc.: 1:250

- | | | |
|-----------------------|------------------------|--------------------|
| ← Acesso de pedestres | Convívio | Profissionalização |
| ← Acesso de serviços | Unidades Habitacionais | Serviços |
| ← Acesso veicular | Administrativo | |



Quanto aos fluxos, foram concebidos de modo a possibilitar uma circulação de 360 graus dentro da edificação. O acesso à área interna da residência foi projetado de maneira mais intimista, considerando a necessidade de segurança do empreendimento.

O fluxo de serviços ocorre pelo corredor lateral da construção, enquanto o fluxo administrativo da casa está completamente integrado à recepção. Essa abordagem visa garantir uma organização eficiente e segura, otimizando a circulação tanto para atividades mais privadas na residência quanto para as operações de serviços e administração.



Pav. Térreo
esc.: 1:250

↔ Fluxos internos principais

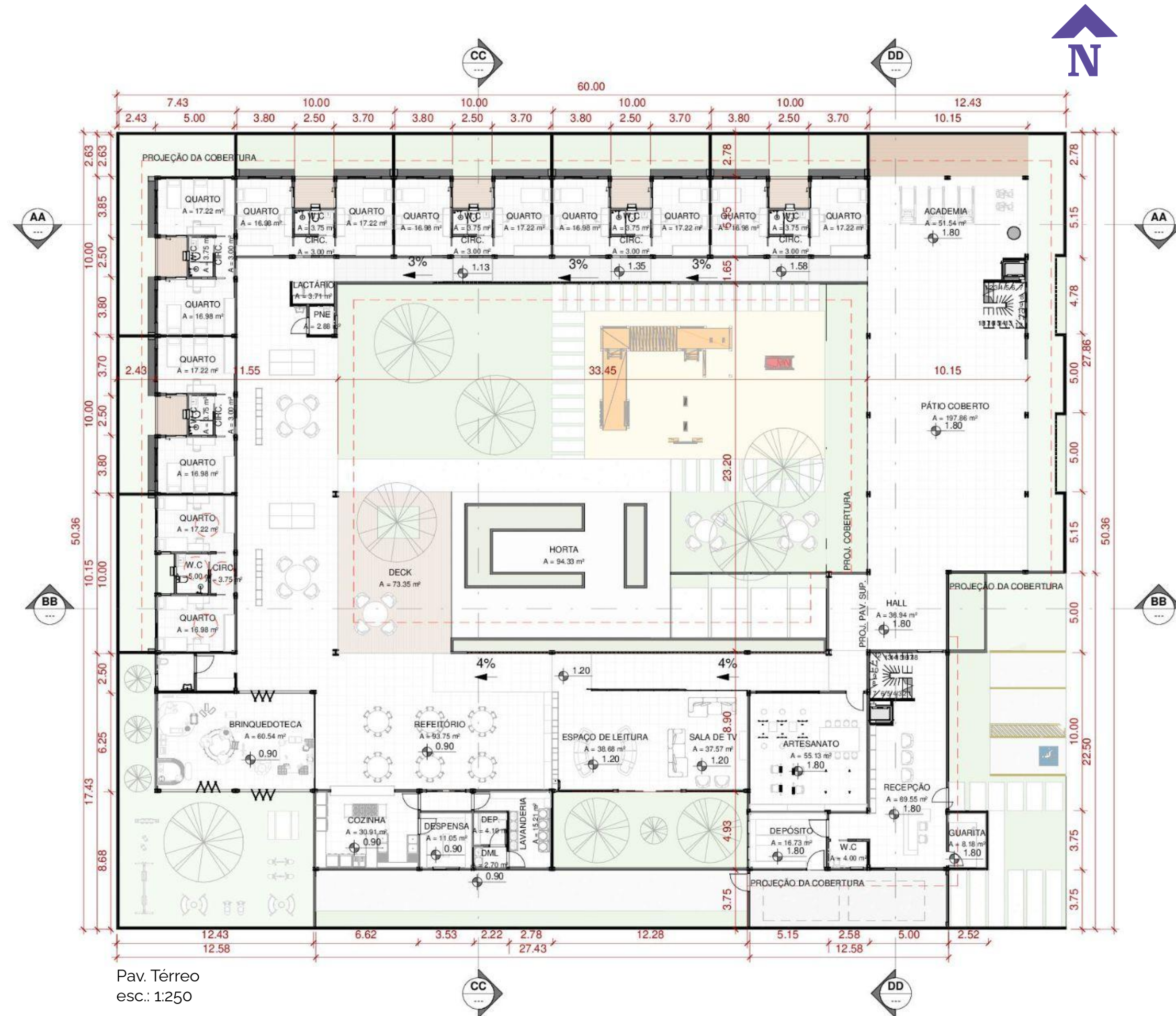
↔ Fluxos majoritário de funcionários

↔ Fluxos de serviços

↔ Acesso principal da Casa

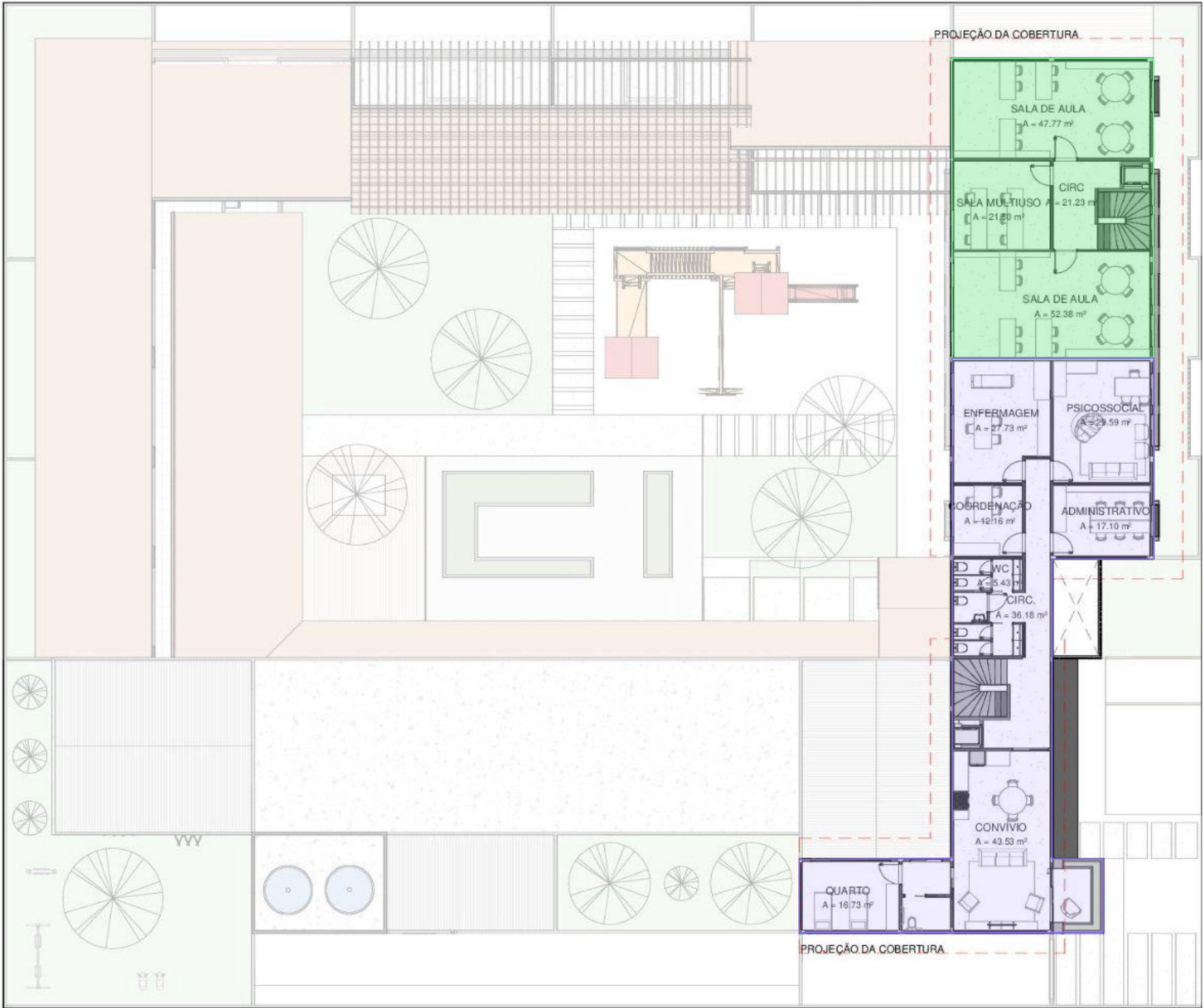
No pavimento térreo, foram alocados todos os espaços destinados ao **convívio**, **serviços**, **unidades habitacionais**, bem como parte do programa **administrativo** (recepção, guarita e depósito) e de **profissionalização** (sala de artesanato).

No segundo pavimento, a elevação por pilotis foi adotada, proporcionando permeabilidade visual e criando uma transição entre o pátio coberto e a área ao ar livre. Essa abordagem visa permitir a realização de atividades recreativas independentemente das condições climáticas.





Conforme mencionado anteriormente, o segundo pavimento foi dividido em dois setores independentes: administrativo e profissionalizante. O setor administrativo está posicionado ao sul do terreno, estabelecendo uma conexão fluida com os ambientes correspondentes desse mesmo setor no pavimento térreo. Essa disposição visa otimizar a continuidade e a acessibilidade entre os diferentes níveis da edificação, contribuindo para um fluxo eficiente nas operações administrativas.

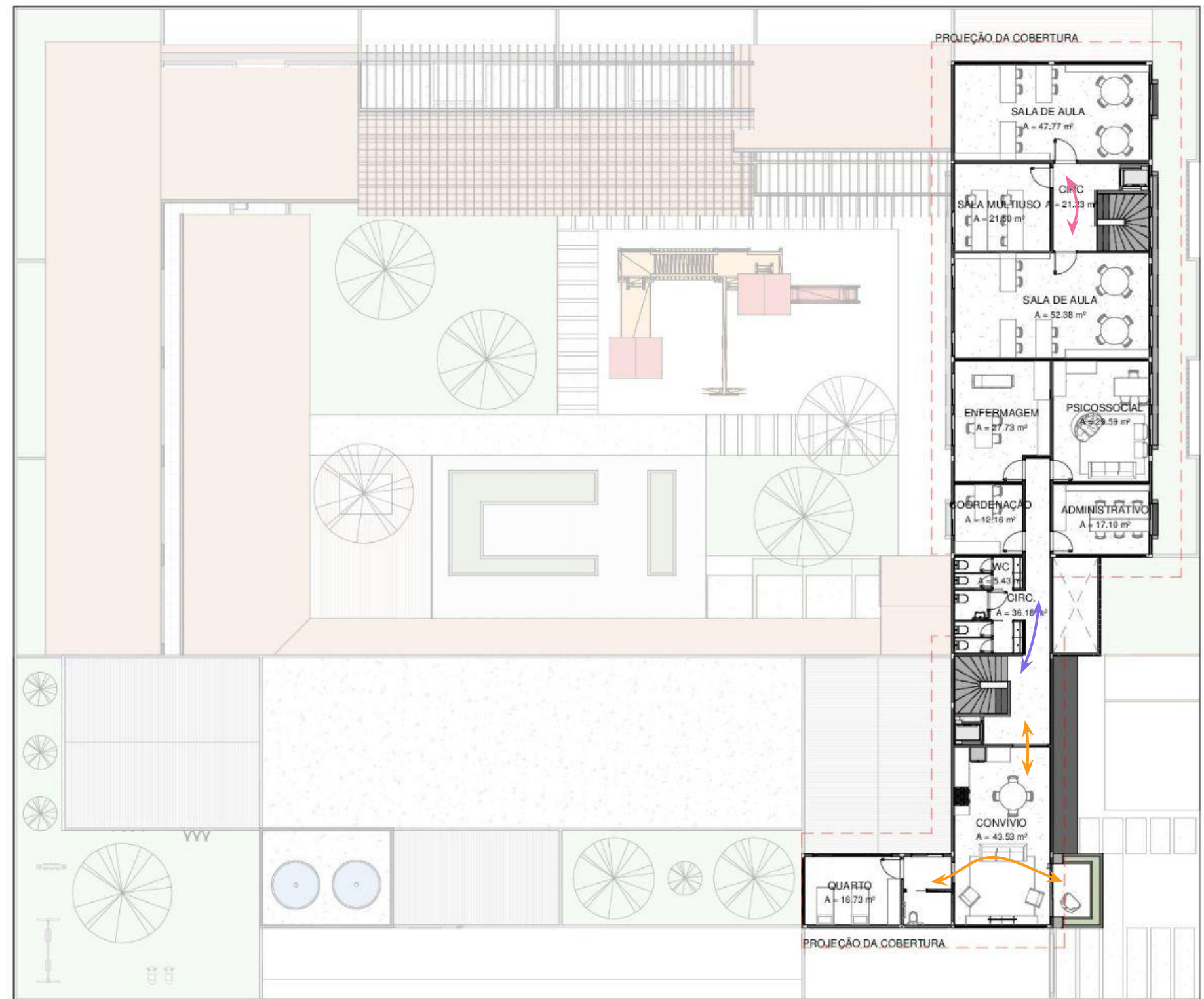


Pav. Superior
esc.: 1:250

- Profissionalização
- Administrativo



No segundo pavimento, no setor administrativo, o fluxo foi projetado de maneira restritiva, sendo permitido apenas a pessoas autorizadas na recepção e outros caminhos reservados exclusivamente para os funcionários. Por outro lado, no setor profissionalizante, o fluxo é mais livre, possibilitando o acesso tanto aos funcionários quanto aos internos. Com essa diferenciação de fluxos torna-se possível controlar os acessos, sendo mais rigoroso onde necessário e permitindo maior flexibilidade onde a circulação é menos restrita.



Pav. Superior
esc.: 1:250

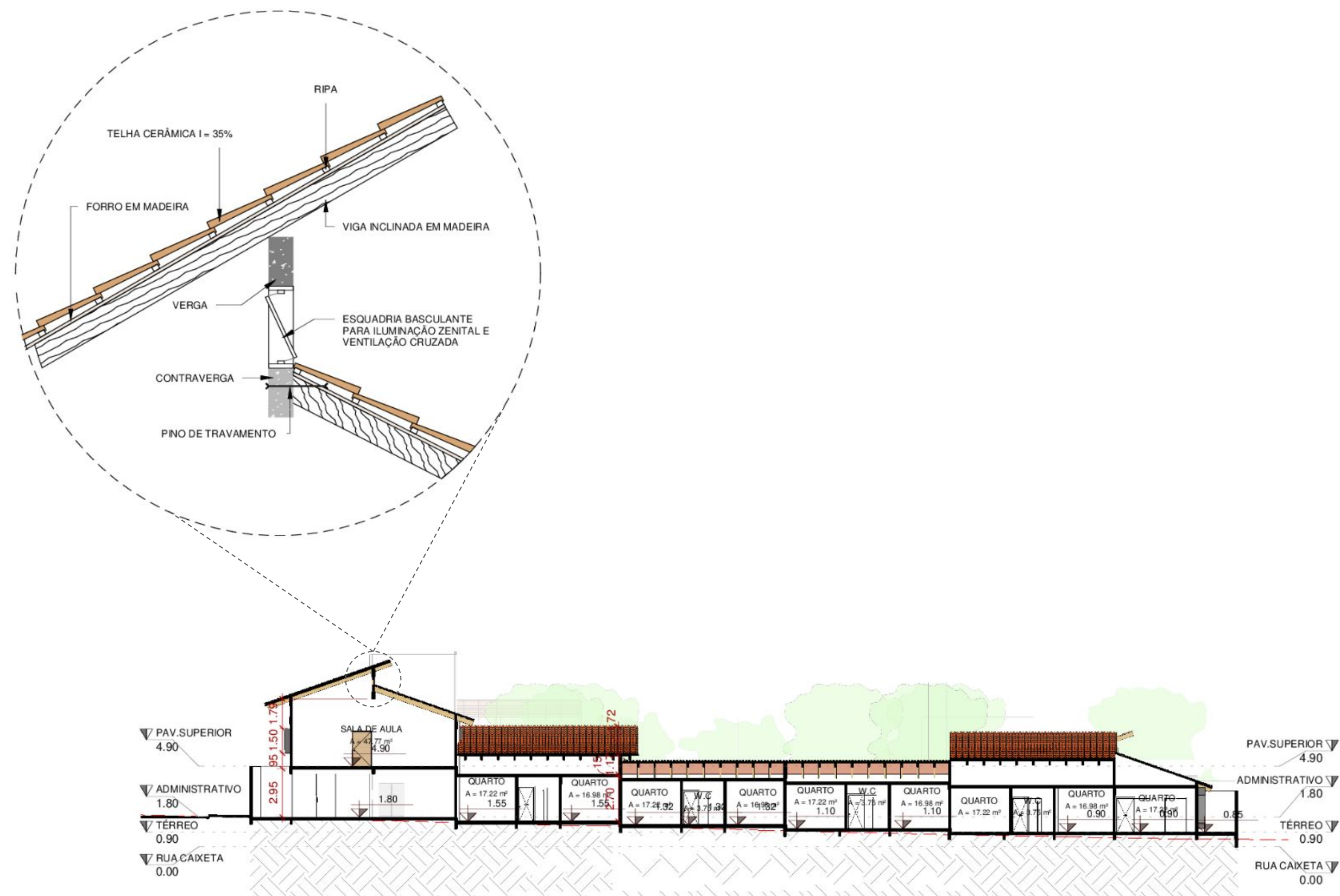
↔ Fluxo de internos e funcionários

↔ Fluxos majoritário de funcionários

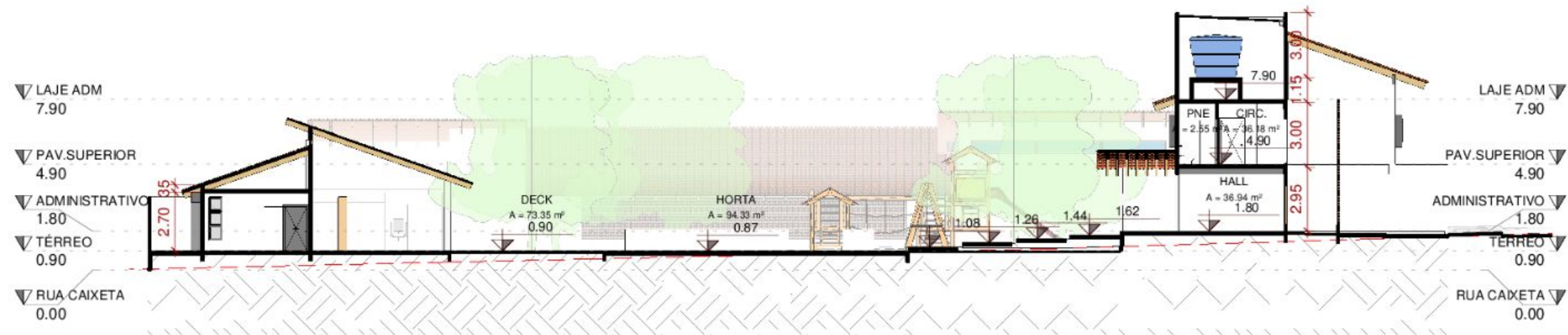
↔ Fluxos exclusivo de funcionários

No segundo pavimento, foram estabelecidos os demais ambientes do setor administrativo e de profissionalização, com circulações independentes. Isso se deve ao fato de que o setor administrativo envolve fluxos tanto internos quanto externos, enquanto o setor profissionalizante está relacionado apenas a fluxos internos. Nesse viés, através dessa organização é possível garantir uma separação funcional, otimizando a movimentação e proporcionando uma dinâmica adaptada às necessidades específicas de cada setor.





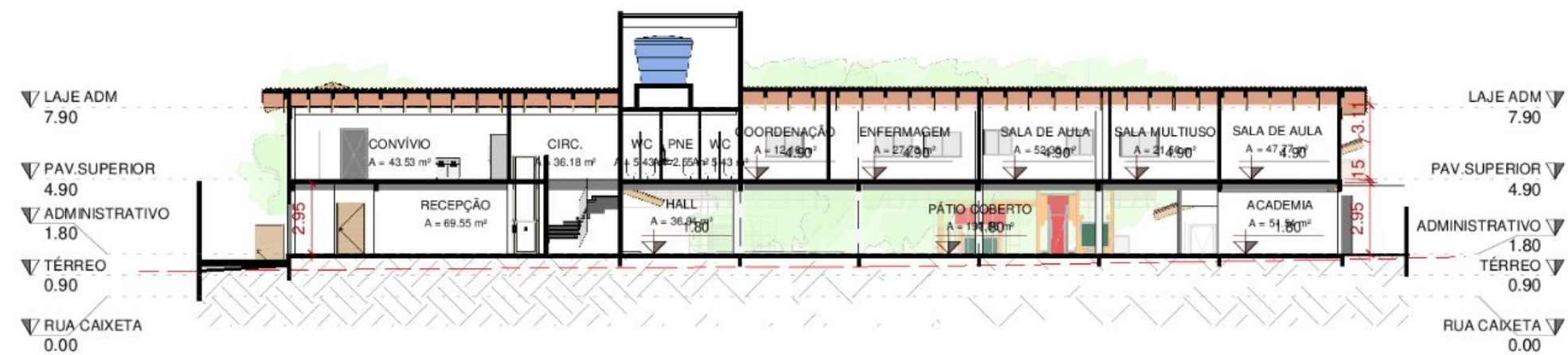
CORTE AA
esc.: 1:250



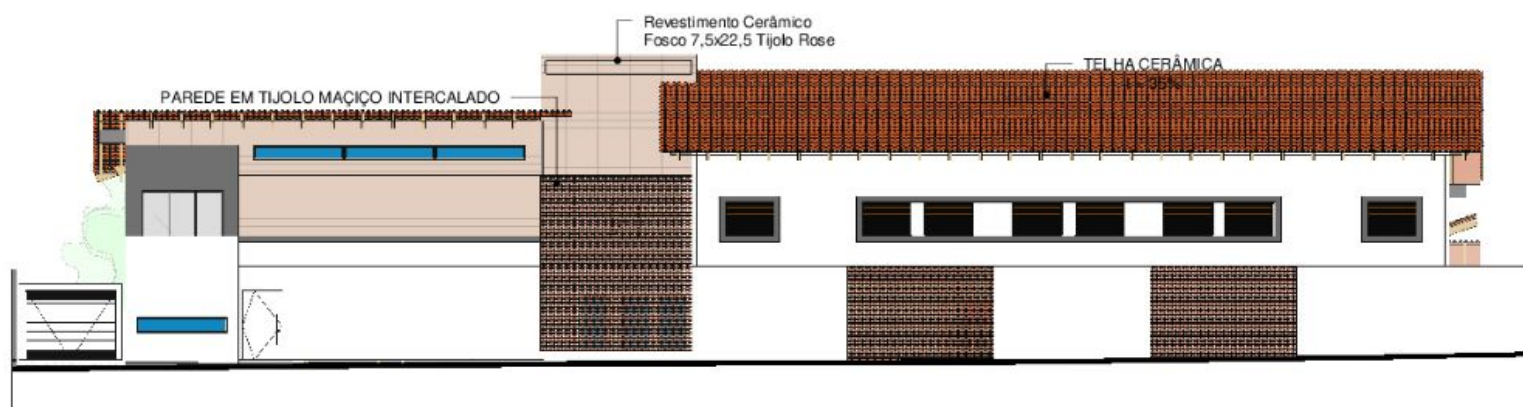
CORTE BB
esc.: 1:250



CORTE CC
esc.: 1:250



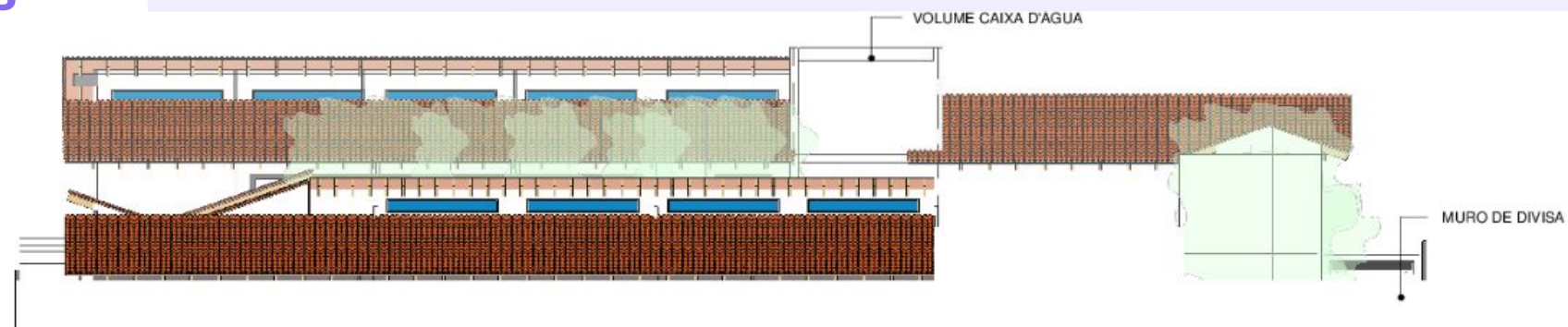
CORTE DD
esc.: 1:250



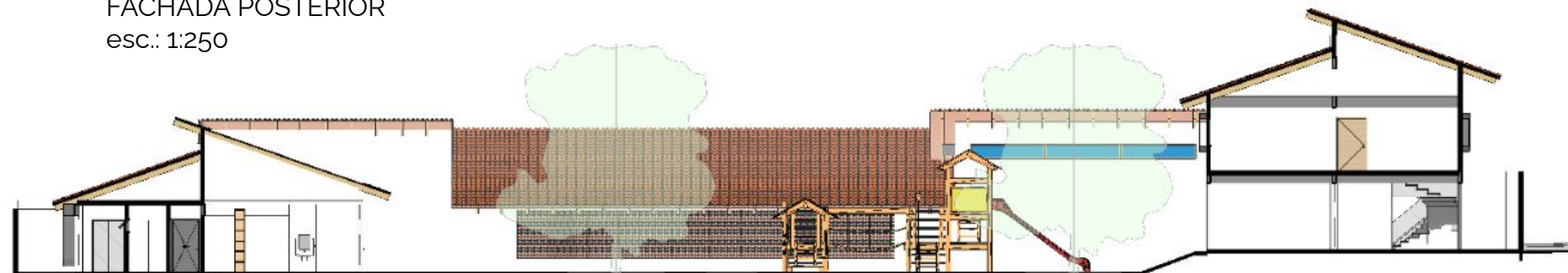
FACHADA FRONTAL
esc.: 1:250

As fachadas foram concebidas com a intenção de estabelecer uma harmonia visual com o entorno, predominantemente residencial. Nesse sentido, procurou-se incorporar elementos que evocam o conceito popular de casa, como telhados em águas, promovendo uma arquitetura democrática. Essa escolha considera a diversidade das mulheres que ocuparão o espaço, representando diversas culturas e regiões. A abordagem na concepção das fachadas visa, assim, criar uma atmosfera acolhedora e inclusiva, alinhada com a variedade cultural das futuras moradoras.





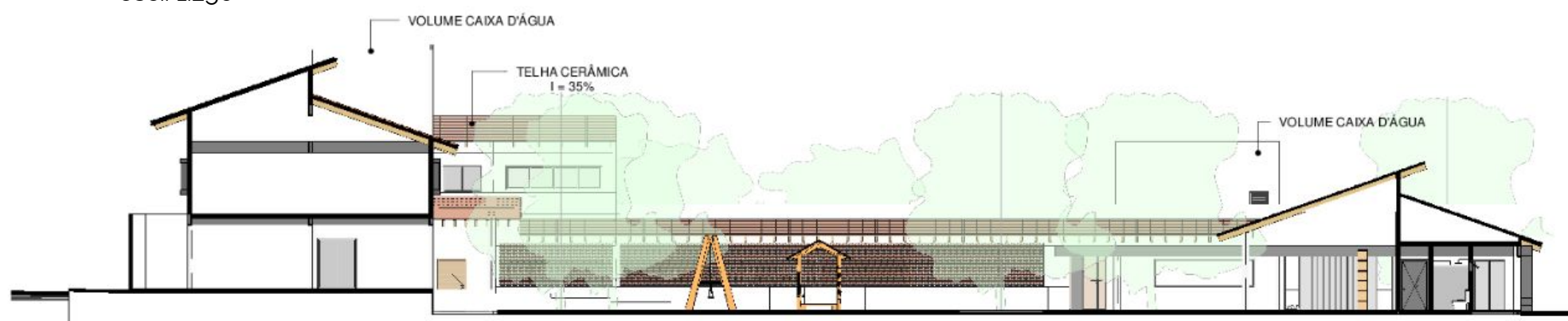
FACHADA POSTERIOR
esc.: 1:250



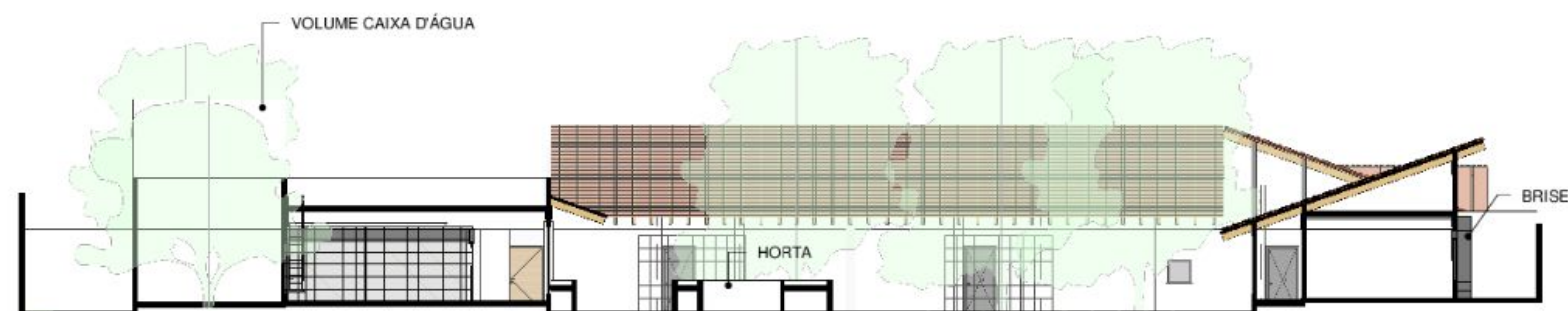
FACHADA INTERNA - 1
esc.: 1:250



FACHADA INTERNA - 2
esc.: 1:250



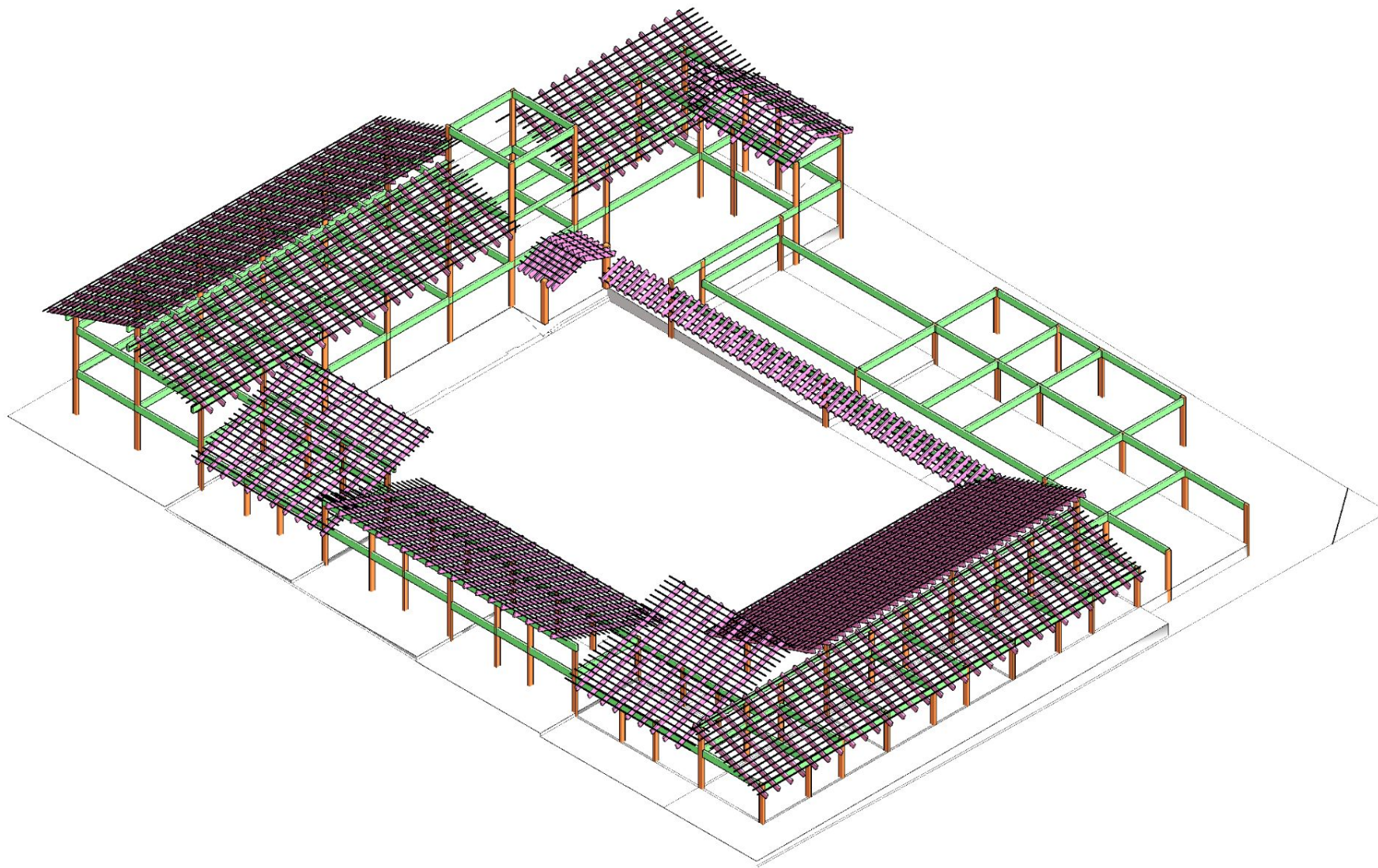
FACHADA INTERNA - 3
esc.: 1:250



FACHADA INTERNA - 4
esc.: 1:250

projeto / estrutura

O edifício foi projetado em estrutura de concreto com pilares em sua maioria de 15x30cm e vigas variando de acordo com o tamanho do vão a ser vencido, sendo a maioria em seção de 15x50cm. O lançamento desses pilares foi feito com o distanciamento em módulos de 2,5m, 5m e 10m.



Legenda:



Pilares em concreto



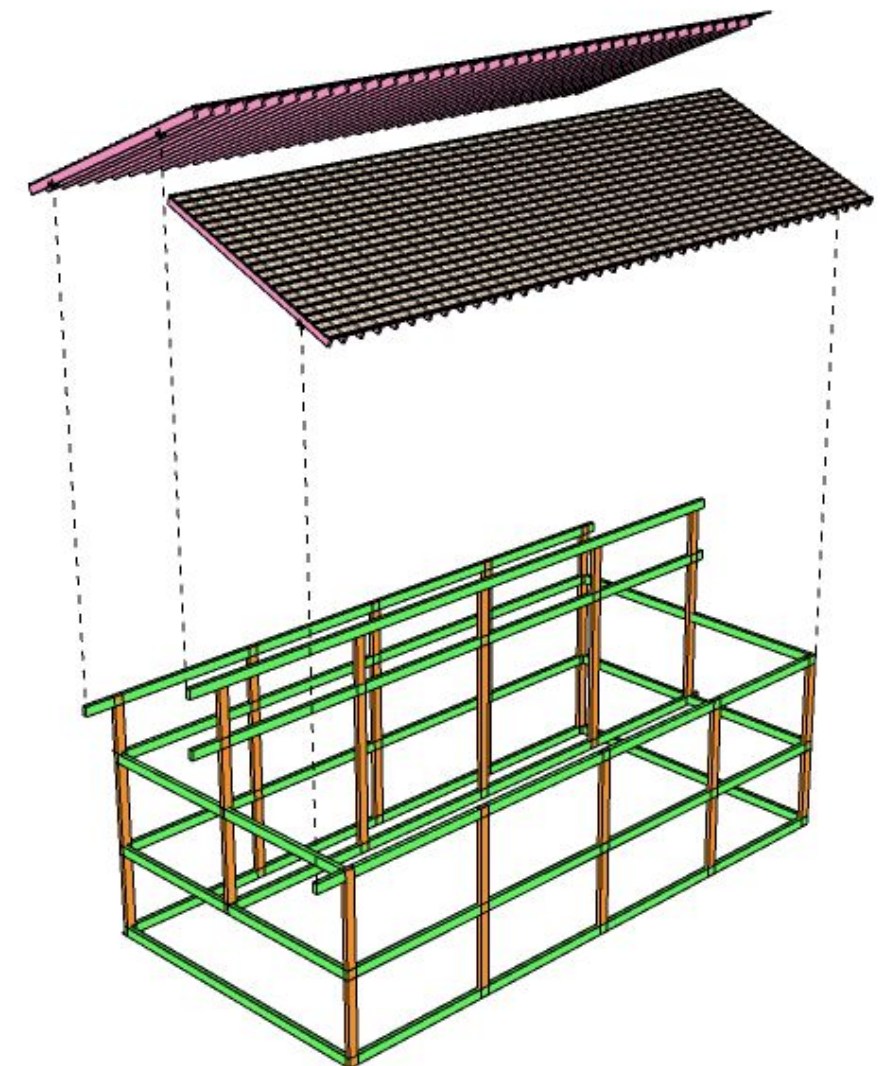
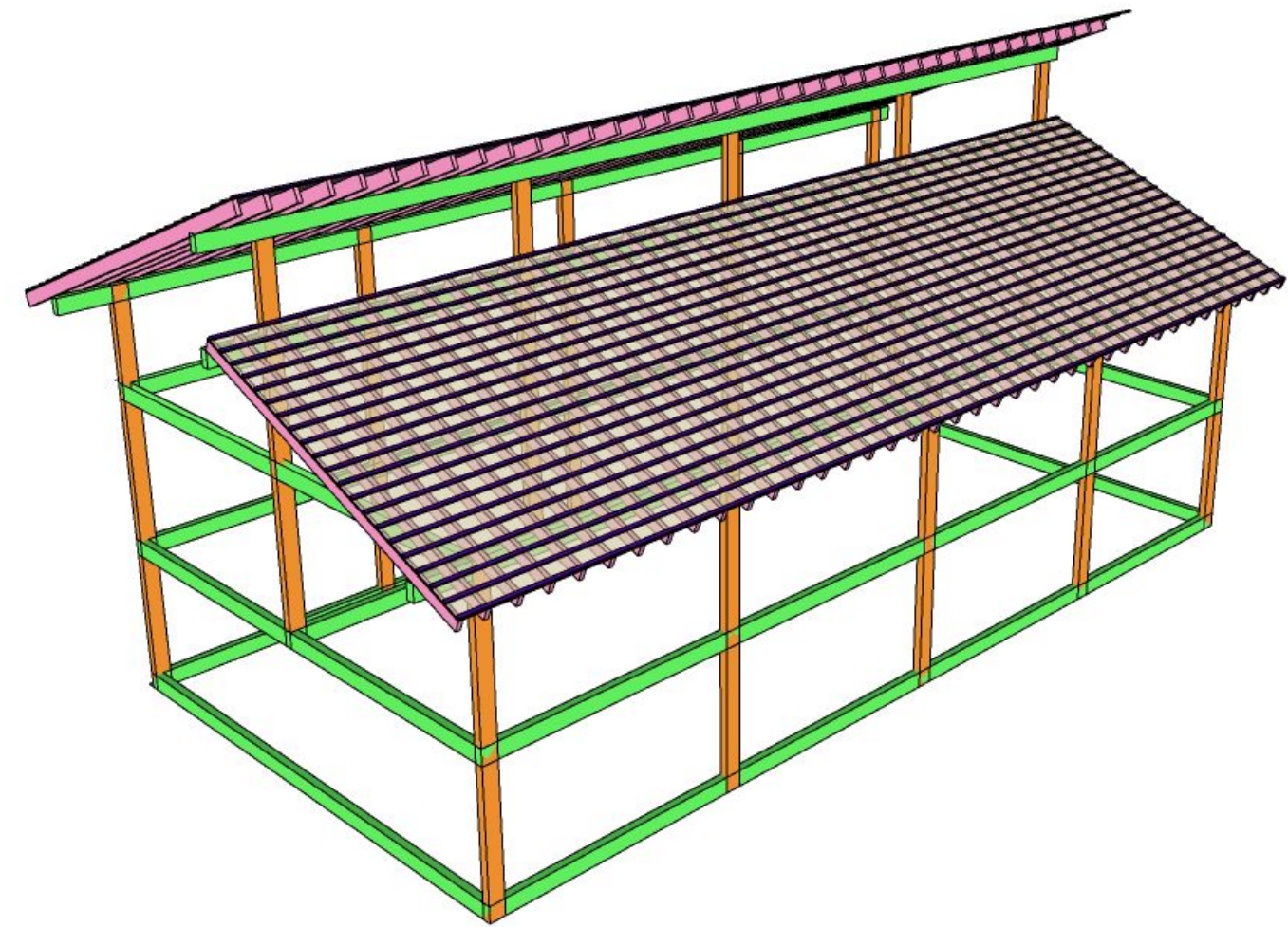
Vigas em madeira



Vigas de concreto

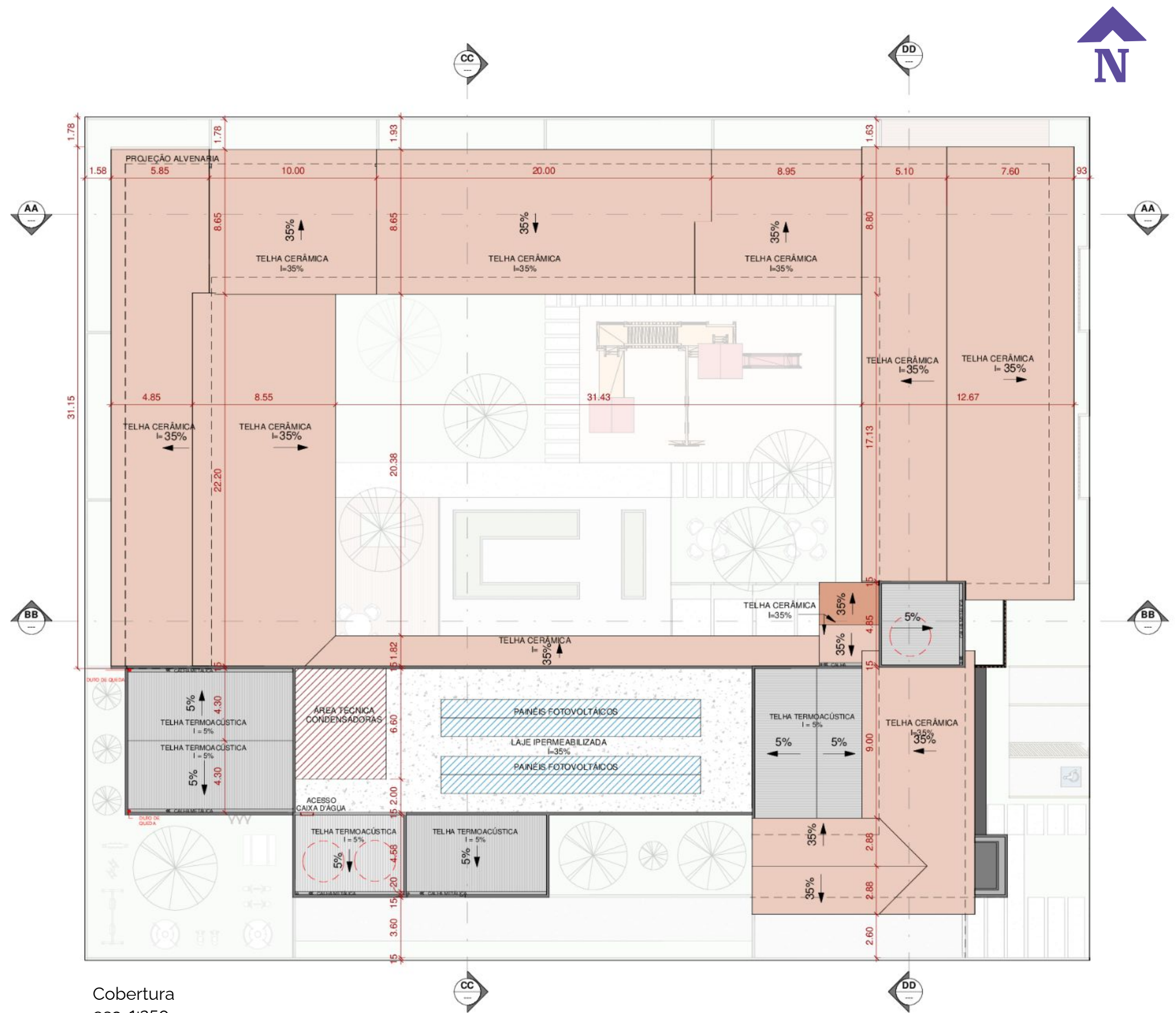


Ripas de madeira



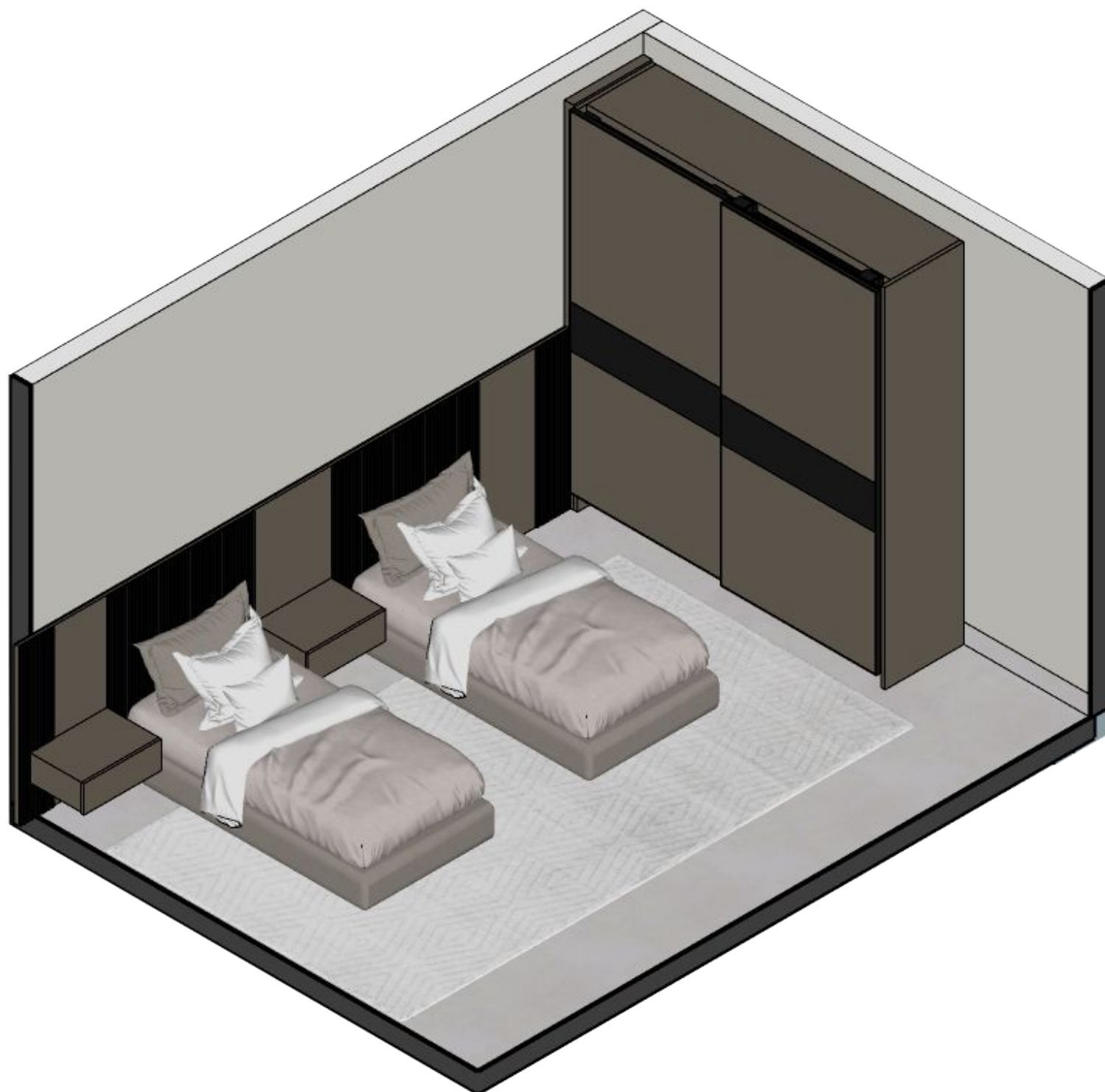
A cobertura, como mencionado anteriormente, é predominantemente composta por telhas cerâmicas com inclinações de 35%. Além disso, foram incorporadas platibandas com telhas metálicas nos volumes das caixas d'água. Estas foram dimensionadas considerando uma média de 240 litros por pessoa, totalizando aproximadamente 12.000 litros, além de uma reserva de incêndio de 20%, totalizando, portanto, 14.400 litros. Para acomodar esses volumes, foram instalados três reservatórios de 5 mil litros cada.

Por fim, uma laje impermeabilizada foi designada para a área técnica, proporcionando um componente funcional à estrutura da cobertura.



Cobertura
esc. 1:250

projeto / esquema volumétrico - quarto 1



O layout dos quartos foi pensado de maneira a criar um equilíbrio visual no ambiente, com camas em posições simétricas. Foram posicionadas, também, mesas de cabeceira ao lado de cada cama para fornecer espaço para colocar itens pessoais, como livros, óculos, além de fotos de entes queridos. Além disso, uma escrivaninha foi posicionada de forma a proporcionar espaço suficiente para o uso do computador, materiais de escrita e estudo.



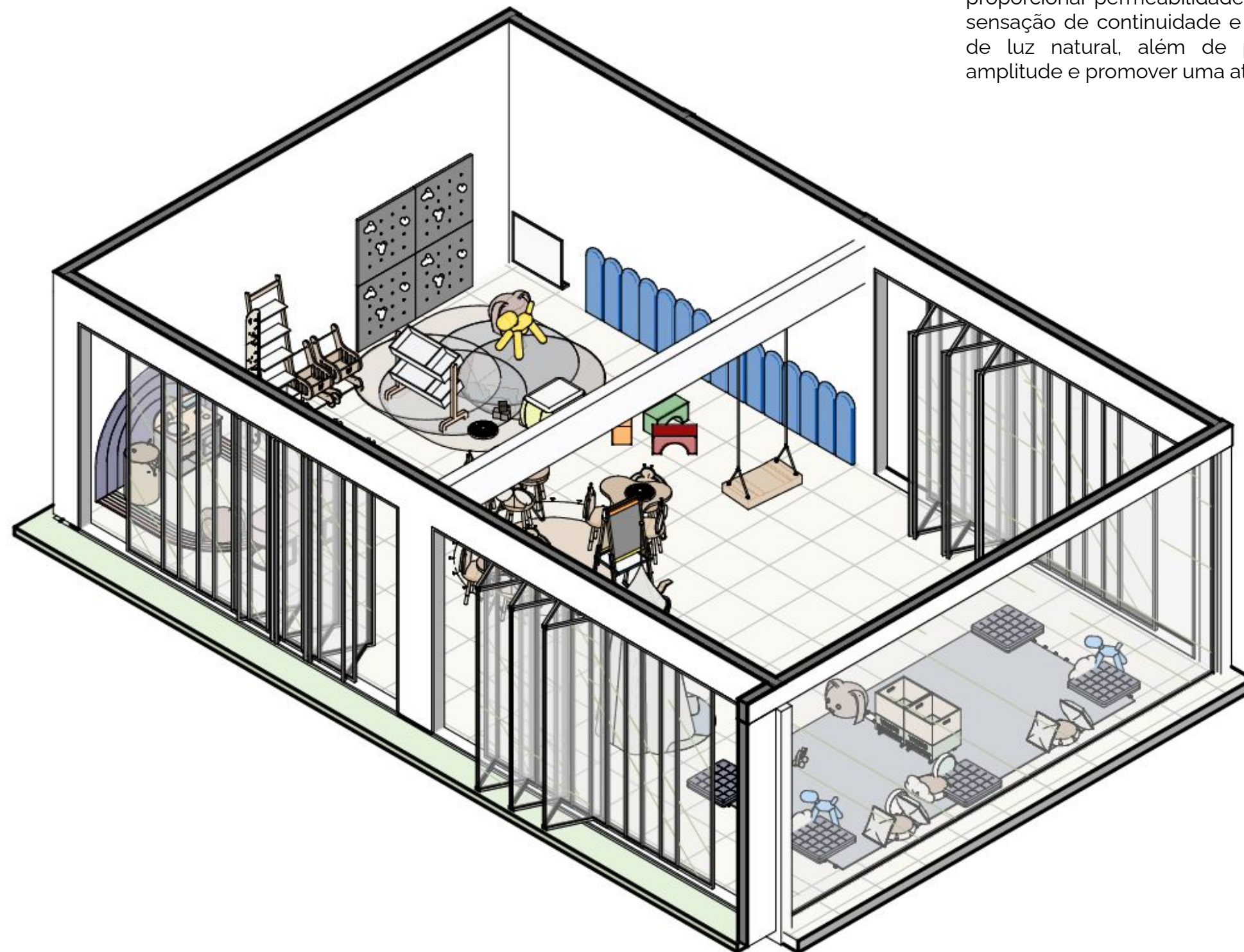


Por se tratar de ambientes que serão ocupados por pessoas com diferentes culturas e preferências pessoais, os tons neutros foram adotados nos ambientes internos das unidades habitacionais, por serem atemporais e se adaptarem facilmente às mudanças podendo ser atualizados com acessórios sazonais, almofadas coloridas ou outros elementos decorativos.





Os banheiros dessas unidades seguiram o mesmo princípio de tons neutros. Além disso, as instalações hidráulicas foram estrategicamente colocadas para formar uma única parede hidráulica, visando economia de custos e facilitação da manutenção.



As áreas de convívio foram projetadas de maneira a proporcionar permeabilidade visual na edificação, criando uma sensação de continuidade e conexão, maximizando a entrada de luz natural, além de proporcionar uma sensação de amplitude e promover uma atmosfera aberta.









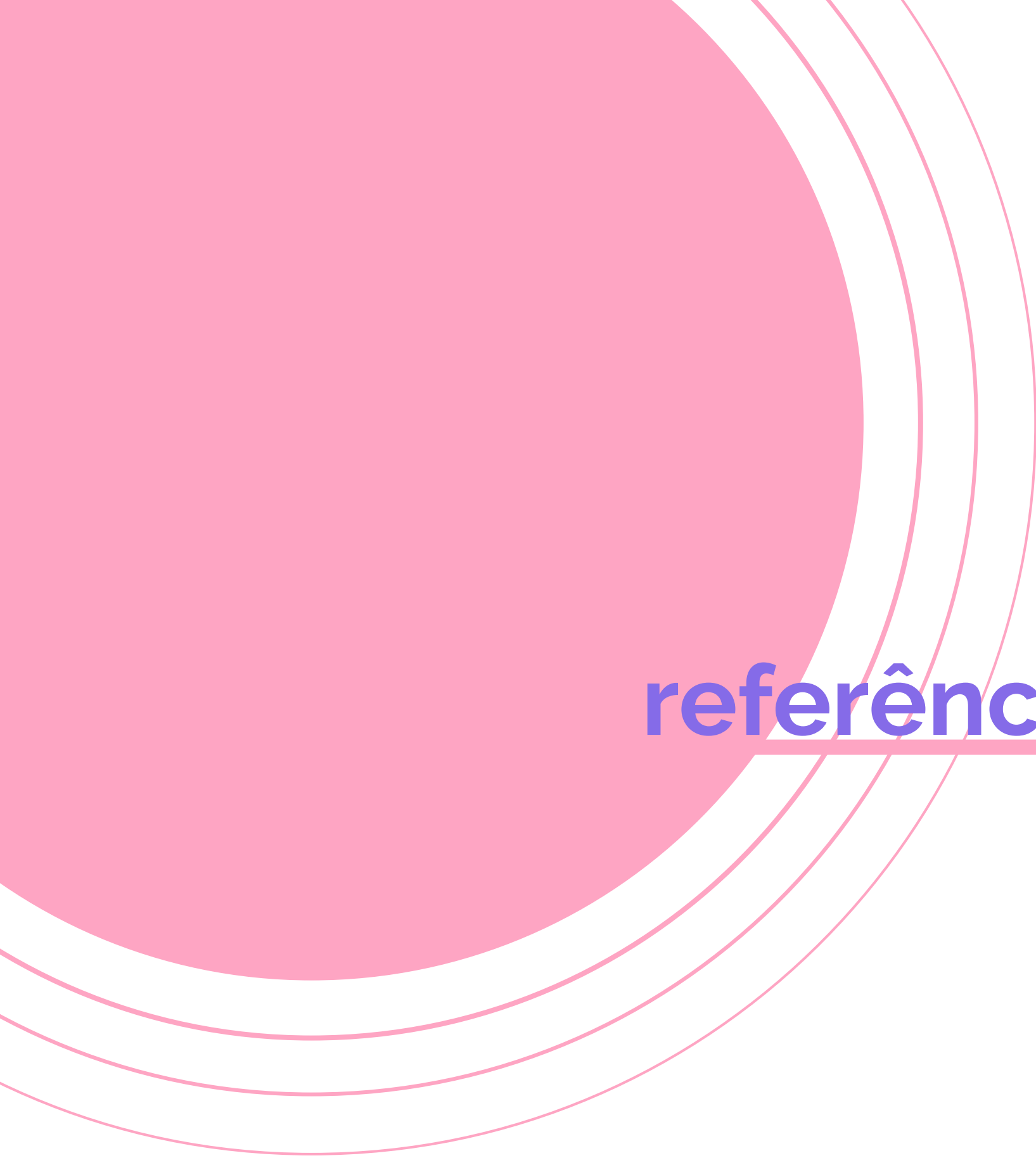
conclusões

Com esse trabalho de conclusão de curso acerca do desenvolvimento do anteprojeto da Casa Abrigo Acolher, em Campo Grande, MS foi possível contribuir com a discussão sobre o tema "violência doméstica" e a necessidade de espaços de acolhimento para mulheres em situação de vulnerabilidade. A pesquisa proporcionou não apenas a compreensão da dinâmica de funcionamento das Casas-Abrigo em termos projetuais, mas também a análise e o entendimento da problemática social acerca do tema.

Ademais, é notório a importância desse projeto na promoção do acolhimento e proteção das mulheres em situação de vulnerabilidade. Pode-se destacar como a concepção arquitetônica e funcional da Casa Abrigo reflete não apenas a necessidade de espaços seguros, mas também o reconhecimento da complexidade envolvida na superação da violência doméstica.

Ao longo do trabalho, portanto, explorou-se a relevância da integração de aspectos sociais, emocionais e funcionais no projeto da Casa Abrigo, reconhecendo-a não apenas como um local físico de refúgio, mas também como um ambiente que promove a reconstrução e empoderamento das mulheres atendidas. Essa iniciativa não só responde a uma demanda crítica na sociedade, mas também contribui para a conscientização e sensibilização da comunidade em relação à violência doméstica.

Conclui-se, portanto, que a casa pode desempenhar um papel crucial na sociedade ao oferecer um ambiente seguro e acolhedor para aquelas mulheres que enfrentam situações de violência em seus lares.



referências

- ARCHDAILY. **Abrigo para Vítimas de Violência Doméstica / Amos Goldreich Architecture + Jacobs Yaniv Architects** [Shelter For Victims Of Domestic Violence / Amos Goldreich Architecture + Jacobs Yaniv Architects]. Archdaily 2018. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/895789/abrigo-para-vitimas-de-violencia-domestica-amos-goldreich-architecture-plus-jacobs-yaniv-architects>> ISSN 0719-8906
- ARCHDAILY. **Casa Albergue KWIECO / Hollmén Reuter Sandman Architects** [KWIECO Shelter House / Hollmén Reuter Sandman Architects]. Archdaily 2015. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/775596/casa-albergue-kwieco-hollmen-reuter-sandman-architects>> ISSN 0719-8906
- AZEVEDO, M. A., 1986. **Mulheres espancadas/violência denunciada: Repensando a problemática**. Temas IMESC. Sociedade, Direito e Saúde, 3:129-149.
- BADINTER, Elisabeth. Émilie, Émilie. **A ambição feminina no século XVIII.**/ Elisabeth Badinter; tradução de celeste Marcondes - São Paulo: Discurso Editorial: Duna Dueto: Paz e Terra, 2003.
- BRAGANÇA, Cláudia. **As conquistas do movimento feminista como expressão do protagonismo social das mulheres** . Anais do I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas, 2010.
- BRASIL. **Lei Complementar nº 341, de 4 de dezembro de 2018**. Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Campo Grande (PDDUA) e dá outras providências. Diário Oficial de Campo Grande-MS, Campo Grande, MS, Registro nº 26.965, Livro A-48, Protocolo nº 244.286, Livro A-10.
- CHAUÍ, Marilena. **Participando do debate sobre mulher e violência**. In: Várias autoras, Perspectivas Antropológicas da Mulher, nº 4, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1985.
- FOLLADOR, Kellen Jacobsen. **A mulher na visão do patriarcado brasileiro: uma herança ocidental**. Revista fato & versões, v. 1, n. 2, p. 16, 2009.
- HUNT, Lynn. **Revolução francesa e vida privada**. In: ARIES, Philippe; DUBY, Georges (Org.). História da vida privada. Tradução Denise Bottman e Bernardo Joffly. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- Igor Fracalossi. **Clássicos da Arquitetura: Frederick C. Robie House / Frank Lloyd Wright**. 30 Jan 2013. ArchDaily Brasil. Acessado 17 Nov 2023. <<https://www.archdaily.com.br/br/01-94257/classicos-da-arquitetura-frederick-c-robie-house-slash-frank-lloyd-wright>> ISSN 0719-8906
- IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Atlas da Violência 2019**. Brasília; Rio de Janeiro; São Paulo, 2019. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/9144-dashboardviolenciamulherfinal-1.pdf>> . Acesso em: 02 jun. 2023.
- KELLY-GADOL, Joan. **Did Women Have a Renaissance?**. [S. l.: s. n.], 1977.
- MOZHI - THE HOUSE OF CONVERSATIONS BY ARK ARCHITECTURE STUDIO. Disponível em: <<https://volzero.com/articles/view/mozhi-the-house-of-conversations-by-ark-architecture-studio>>.
- PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Tradução Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1988.
- POWER, Eileen. **Medieval Women**. United States of America, by Cambridge University, New York: Cambridge University, 1978.
- PREFEITURA DE GOIÂNIA ANEXO XII EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS. Acesso em: 14 de Agosto de 2023;
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio ou Da Educação**. Tradução Roberto Leal Ferreira -2ªed -São Paulo: Martins Fontes, 1999.- 2.
- SAFFIOTI, Heleieth I.B. **Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero**. Cadernos Pagu, 2001.

referências

VASCONCELOS, T. M. P. **A PERSPECTIVA DE GÊNERO REDIMENSIONANDO A DISCIPLINA HISTÓRICA.** Revista Ártemis, [S. l.], n. 3, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/artemis/article/view/2208>. Acesso em: 18 jun. 2023.

VELASCO, Clara; GRANDIN, Felipe; PINHONI, Marina. **Brasil bate recorde de feminicídios em 2022, com uma mulher morta a cada 6 horas: Número de vítimas cresceu 5% no último ano, mostra levantamento exclusivo do Monitor da Violência.** Foram 1,4 mil mortes motivadas pelo gênero. Alta de casos vai na contramão dos assassinatos, que tiveram queda de 1% em 2022.. G1, [S. l.], 8 mar. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2023/03/08/brasil-bate-recorde-de-feminicidios-em-2022-com-uma-mulher-morta-a-cada-6-horas.ghtml>. Acesso em: 1 jun. 2023.

VIVA DECORA. **Frank Lloyd Wright: Biografia, Arquitetura e +25 Projetos Orgânicos.** Disponível em: <https://www.vivadecora.com.br/pro/frank-lloyd-wright/>. Acesso em: 17 nov. 2023